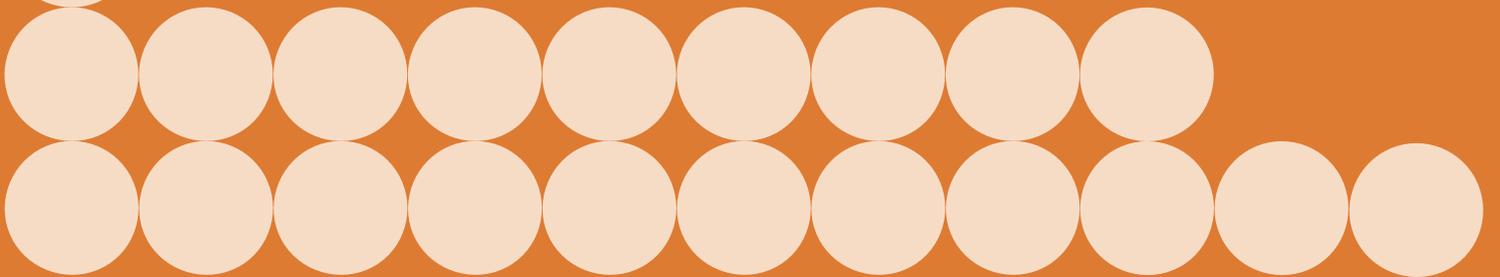




● **Desastres**
● **Socioambientais:**
● **Cidadania em risco?**





Indicadores da Cidadania

Equipe Incid

Coordenador Geral

Cândido Grzybowski

Coordenadora Técnica

Rita Corrêa Brandão

Pesquisadoras

Adriana B. Cardoso

Renata Feno Neves

Flávia Valença Lima

Bianca Arruda Soares

Assistente de Pesquisa Comunicação

Paula Brito

Assistente de Pesquisa

Rozi Billo

Pesquisadoras/es Auxiliares

Suellem Henriques da Silva

Edvan de Azevedo Silva da Costa

Hozana Beatriz Leite Cabral

Equipe de Campo:

Pesquisadoras/es Supervisores/as

Bruna Lasse Araújo

Manuela de Almeida Castor do Amaral

Robson de Aguiar Oliveira

Consultoras/es do Grupo de Referência

Técnico Científico (GRTC)

Adhemar Mineiro

Carlos Frederico Loureiro

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Eugênia Mota

Ilma Rezende

Marcos Otavio Bezerra

Nahyda Fraca

Napoleão Miranda

Nelson Delgado

Regina Novaes

Wilson Madeira Filho

Articuladoras/es Locais

Aloha Xavier

Ana Bartira da Penha Silva

Cristiane Benevenuto de Moraes

Daiane Alves da Silva

Franciellen Fonseca

Christian Boyer

Hector Hugo Parra Fraile

Lália Barros

Luciano Gomes Franklin

Lucas Plaisant Jouan

Monick Silva Dallia da Rosa

Ramon Vieira

Sérgio A. Paulino

Tatiane Costa dos Santos

Wellington Lyra

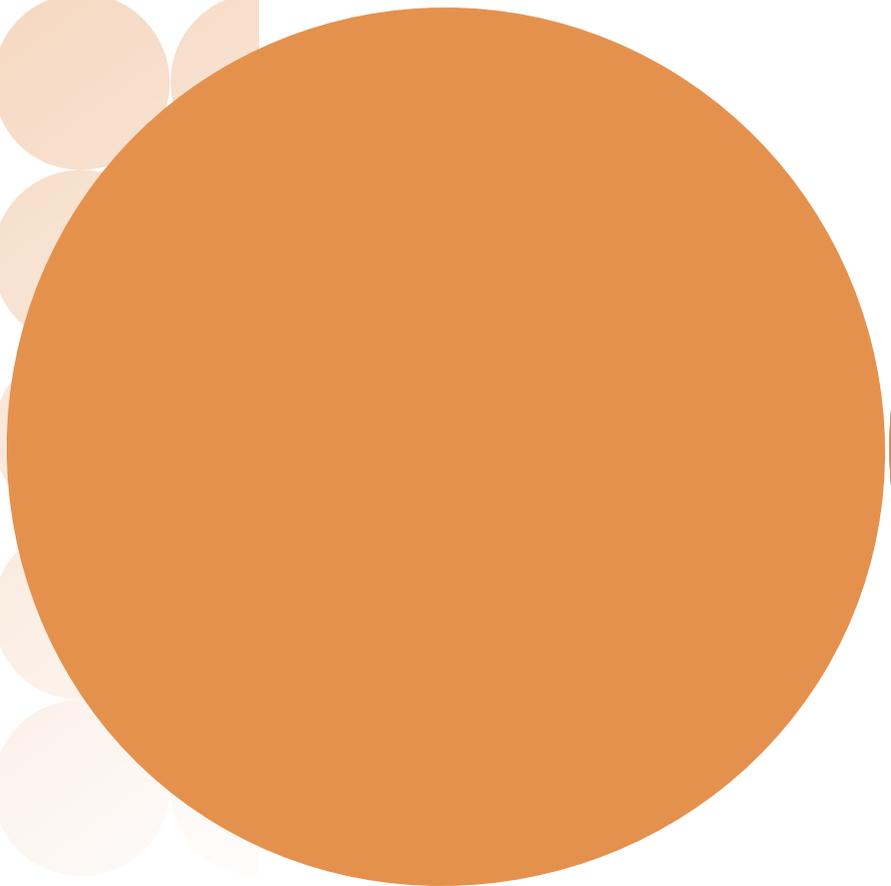
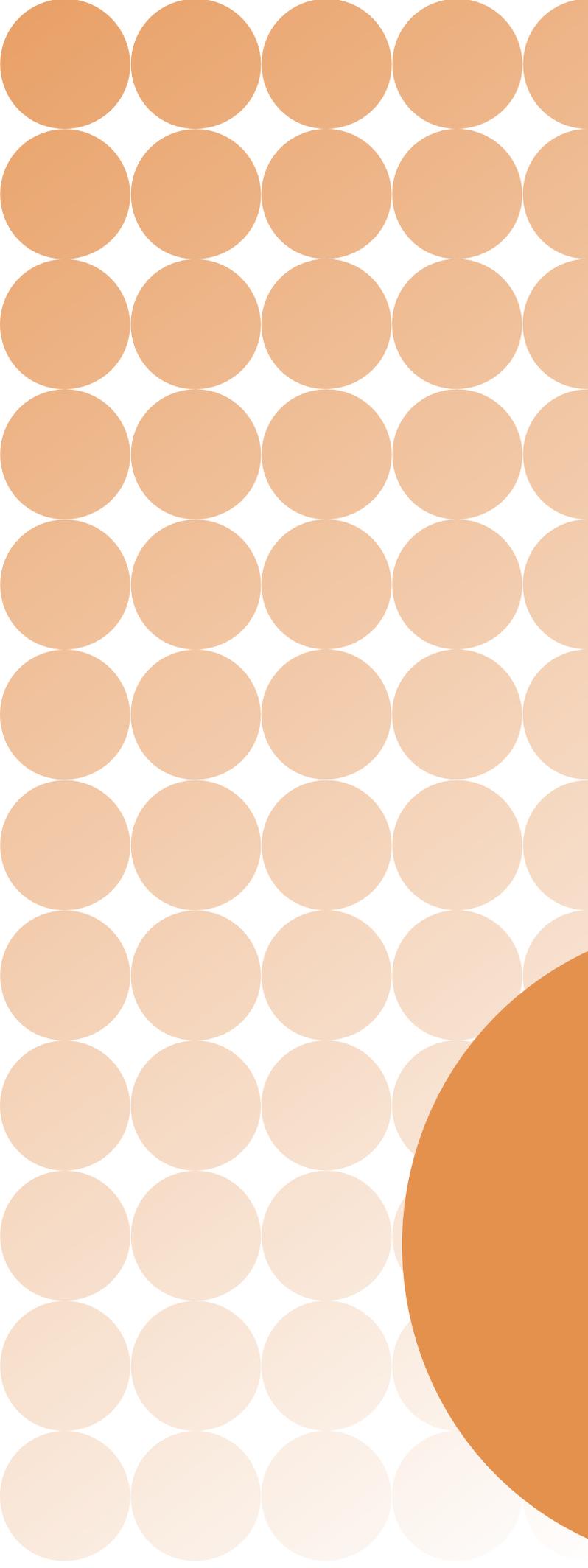
Rogério Henrique de Oliveira Lourenço

Consultor Estatístico

Leonardo de Carvalho Silva

Sumário

Introdução	1
O Sistema de Indicadores da Cidadania e os desastres socioambientais	4
CIDADANIA VIVIDA	
As ameaças de desastres socioambientais	10
Os principais eventos socioambientais que ameaçam a cidadania da AAI.....	10
Indicador 01 Direito à Segurança Humana: Situação da ocorrência e gravidade dos desastres socioambientais	14
Indicador 02 Direito à Segurança Humana: Situação da população em risco de deslizamentos	15
Indicador 03 Direito à Segurança Humana: Situação de domicílios em risco de deslizamentos	18
CIDADANIA GARANTIDA	
Garantia de Prevenção no enfrentamento dos desastres socioambientais	19
Indicador 04 Direito à Segurança Humana: Garantia de prevenção de desastres socioambientais	20
A) No Plano Diretor	20
B) No Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).....	22
Garantia de respostas de emergência em caso de desastres socioambientais.	24
Indicador 05 Direito à Segurança Humana: Garantia de Segurança Humana para respostas de emergência em caso de desastres.....	25
Garantia de alertas de cheias para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais....	28
Indicador 06 Direito à Segurança Humana: Garantia de alertas de cheias para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais	31
Outras Medidas e Instrumentos de Garantia de Cidadania em face dos desastres socioambientais	32
CIDADANIA PERCEBIDA	
As ameaças e as ações para prevenção de desastres socioambientais: o drama humano de conviver com tragédias socioambientais e o descaso com a cidadania.....	33
Nova Friburgo	34
Teresópolis	36
Niterói	39
São Gonçalo	41
Magé.....	42
Apontamentos sobre o Direito à Saúde em caso de desastres socioambientais	44
CIDADANIA ATIVA	
A Luta pela Segurança Humana diante de desastres socioambientais	48
Considerações Finais.....	53
Referências Utilizadas	56
Anexos	65



ibase.

Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas



Desastres Socioambientais: Cidadania em risco?



Introdução

Através do Projeto Incid- A Cidadania e a Sustentabilidade Socioambiental na Área de Influência do COMPERJ, o IBASE avaliou o estado da cidadania nos 14 municípios fluminenses da área no que diz respeito aos desastres socioambientais.

O sistema de indicadores de cidadania desenvolvido pelo IBASE tem objetivo de avaliar a efetividade e instrumentalizar a cidadania na luta por seus direitos. Na Área de Atuação do Incid (AAI) a equipe do projeto conviveu com os efeitos devastadores e contínuos que sofrem aqueles que encontram-se vulneráveis aos desastres socioambientais. Em várias reuniões com representantes de organizações dos territórios foi recorrente a saída antecipada de alguns membros devido a precipitação de água nem sempre intensa. As mesmas chuvas que levavam muitos a participarem das reuniões como forma de se fortalecer nas lutas pela segurança em caso de desastres socioambientais, também os impedia de participar ocasionalmente de momentos de construção coletiva de indicadores e debates para solução de problemas.

As chuvas, elemento fundamental de vida, constituem uma ameaça de morte na AAI. A casa e o bairro, a “terra firme” o “porto seguro”, o espaço de convivência e compartilhamento, de amizade, de segurança, abrigo, intimidade e descanso são também motivos de preocupação, ansiedade, insônia, ou seja, é motivo de vigilância constante.

Na insegurança humana diante desse elemento natural vital que são as chuvas, estão famílias e comunidades levando a sua vida como podem. A insegurança se gesta nas estruturas sociais locais, nos padrões de desenvolvimento e nas relações de domínio com o lugar em que se vive. A isto se associa o descaso do poder público no planejamento urbano, o clientelismo nas ocupações irregulares e vários outros fatores. No conjunto, tais condições contribuem para que os desastres

desencadeados por ações naturais, na verdade, não tenham origem apenas em si só, são desastres configurados por caracteres socioambientais, pela presença das ações e interações humanas que são constantemente criadas e recriadas pela humanidade, ou seja, possuem uma dimensão antrópica.

O objetivo principal desta pesquisa específica do Projeto Incid é dar visibilidade à insegurança, às condições de vulnerabilidade com as quais cidadãos e cidadãs da AAI são obrigados a conviver e, principalmente, às violações de direitos e estratégias de enfrentamento relacionados à ocorrência de desastres socioambientais.

A análise da efetividade da cidadania em face aos desastres socioambientais, a partir dos levantamentos e entendimentos orientados pelas quatro dimensões do Sistema de Indicadores da Cidadania (cidadania vivida, cidadania garantida, cidadania percebida e cidadania ativa), possibilita identificar os principais problemas causados por desastres para a população local, os tratamentos dados pelos órgãos públicos competentes na garantia de respostas e prevenções, a percepção das violações de direitos e as formas como a cidadania ativa se mobilizada pela legitimidade e dignidade do bem viver em seus territórios sob ameaça.

Os efeitos devastadores dos desastres ocorridos em janeiro de 2011 na Região Serrana se faziam sentir a cada reunião com as organizações de cidadania ativa de Nova Friburgo e Teresópolis, em especial na primeira etapa do Projeto Incid. Os dados apresentados de indicadores com base no censo do IBEGE de 2010 causavam sérios desconfortos. O desastre alterou significativamente a vida nesses municípios.

Embora eventos ambientais categorizados como enchentes, enxurradas e deslizamentos sempre tenham sido uma constante, não apenas nesses municípios, mas em toda a AAI, no Estado do Rio de Janeiro e no país, a força e destruição com

que estes ocorreram em 2011 na Região Serrana, bem como o impacto social que causaram, chamou a atenção do mundo e influencia até hoje na dimensão simbólica e representativa que a população friburguense e teresopolitana faz de si mesma e a que dela é feita na sociedade fluminense.

A população da Região Serrana e a de Niterói ainda convivem com as perdas humanas e materiais desses desastres de referências. Convivem também com vulnerabilidade constante, sob ameaça de novas perdas e permanentes prejuízos na presença de chuvas, da mesma forma que comunidades dos municípios de São Gonçalo e de Magé. Nesses municípios a população convive com os efeitos transformadores dos desastres, com seus direitos de Segurança Humana sempre ameaçadas. Da mesma forma, o desastre ocorrido um ano antes, em abril de 2010, na favela Morro do Bumba, no bairro Viçoso Jardim em Niterói, também trouxe consequências e desdobramentos semelhantes aos da Região Serrana, tanto pelo caráter impactante dos eventos, quanto pela precariedade da cidadania caracterizados pela falta de uma moradia digna e Segurança Humana. As chuvas que ocorreram em abril de 2010 no Estado do Rio de Janeiro como um todo deram destaque também a alguns bairros em São Gonçalo que frequentemente são ameaçados com alagamentos e enchentes devido às chuvas. Localizados sobre uma planície fluvial – marinha, bairros como o Itaúna, Jardim Catarina, o Novo México, Palmeiras, Columbandê, Salgueiro, Tibobó, Engenho Pequeno, Zumbi, etc. são invadidos pela água dos rios que muitas vezes se encontram com o mar alagando boa parte de seus territórios. Um exemplo é o Bairro Jardim Catarina que é considerado o maior Loteamento da América Latina. Ele sofre com as cheias do Rio Alcântara cuja drenagem é feita por valões com trechos estreitos que comprometem a vazão das águas.

Além dos municípios acima, para a Pesquisa Específica realizada no âmbito do Projeto Incid foi incluída o de Magé. No município de Magé, por carecer de infraestrutura adequada que assegure à população acesso a serviços públicos que garantam a saúde e a segurança da cidadania na preservação de seus bens familiares adquiridos ao longo de uma vida, a população sofre devido aos alagamentos e enchentes constantes.

Mapa 1 - Área de Atuação do Incid

Destaque para os cinco municípios mais sensíveis aos desastres socioambientais – 2015

Fonte: Incid/2015



Para os cinco municípios destacados acima em laranja, buscou-se tratar a respeito de percepções da cidadania sobre a situação multidimensional em que se encontram, as quais estão relacionadas às condições materiais e simbólicas, tanto do ambiente físico, mas, principalmente, da estrutura política e social. Entretanto, sempre que se fez possível acessar dados para os 14 municípios, foram produzidos indicadores também que passam a integrar o sistema INCID.

Entender como o Direito à Segurança Humana se efetiva na AAI, com um olhar especial para Niterói, São Gonçalo, Magé, Teresópolis e Nova Friburgo, como uma forma de observar as condições de vida que revelam a situação deste direito, quais as ações preventivas e efetivamente realizadas pelo poder público e como a cidadania se percebe e se organiza na luta pela Segurança Humana pré e pós desastres são aspectos que compõem o quadro de análise elaborado nessa proposta de pesquisa de situação específica.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de visitas, consultas a sites oficiais e levantamento de dados aos órgãos públicos (como a Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro / EsDEC; as Secretarias Municipais de Defesa Civil de Nova Friburgo, Niterói e Teresópolis; o Departamento de Recursos Minerais/DRM, a MUNIC/2013 e o Instituto Estadual do Ambiente/INEA), entrevistas com informantes qualificados dos cinco municípios destacados, realização de grupos de discussão e material acadêmico referente aos temas e direitos em questão. (Mais detalhes em **Anexo I - Metodologia**)

As entrevistas com informantes qualificados foram os primeiros passos para uma primeira aproximação em direção às principais questões a serem tratadas nesta pesquisa. Embora não tenham recebido uma parte que a considerasse isoladamente, as entrevistas foram de extrema importância para esse trabalho.

A lógica de apresentação do conteúdo desta pesquisa obedece aos princípios norteadores da concepção de cidadania do Sistema de Indicadores de cidadania para avaliar sua efetividade em determinado território. Ou seja, se dá a partir de cada dimensão da cidadania efetiva. Vale destacar

que todas as dimensões são marcadas pela ausência de dados que comprometeu o desenvolvimento de novos indicadores que seriam ferramentas importantes para a cidadania ativa na luta por direitos.

Desastres socioambientais: cidadania em risco? é uma pesquisa específica que teve como objetivo jogar luz às violações de direitos a partir do que foi possível levantar com Indicadores da Cidadania, com pesquisas qualitativas de forma a estimular os grupos da cidadania ativa da AAI.

O Sistema de Indicadores da Cidadania e os desastres socioambientais

O Sistema de Indicadores da Cidadania busca avaliar a efetividade da cidadania em territórios definidos. Diante do desafio de analisar a luta de todos e todas a terem direitos iguais frente às ameaças de desastres socioambientais, com o olhar do Sistema de Indicadores busca-se disponibilizar o conteúdo que foi possível de ser levantado com a intenção de servir de instrumento para a cidadania ativa da AAI e para que viabilize futuramente a produção de indicadores novos pertinentes às lutas da região e que sejam monitorados por aqueles que o produziram ou desejem replicá-los.

Um primeiro desafio teórico-metodológico enfrentado foi a concepção e os modos de avaliar os desastres socioambientais e a própria vulnerabilidade. Para constituir tal quadro de referência foi realizada uma pesquisa bibliográfica prévia.

“O desastre ocorre quando uma ameaça transforma uma sociedade vulnerável, atingindo as pessoas e as coisas que lhes são valiosas (TIERNEY, 1994). Os desastres produzem a disrupção da vida social de milhões de pessoas (VALENCIO, 2010).

A estação chuvosa, milenarmente conhecida, com o aumento da precipitação, se transforma no fator de ameaça que, somado a um conjunto de vulnerabilidades, conduz a um desastre”. (GONÇALVES, 2014, p.127)

Partilhamos, com Valencio, do entendimento de que “os desastres são a regra e não a exceção no contexto sociopolítico e socioambiental nacional”, e, nesse sentido, a miséria humana de privação de direitos básicos, por si só, já representa um desastre.

“... os grupos que sofrem multidimensionalmente nos desastres, frequentemente já estavam desguarnecidos de proteção do Estado antes do acontecimento trágico que lhes subtraiu o pouco que tinham, isto é, careciam antecedentemente das garantias de realização de seus direitos mínimos vitais e sociais e não contavam com recursos de voz diante do Estado. Disso decorre que a forma ultrajante como eram tratados antes dos desastres também se repete quando os desastres eclodem e sejam tratados como 'réus' das circunstâncias de conscientização de riscos contra as quais não puderam se defender. Quando suas moradias colapsam ou ficam seriamente danificadas, sua transmutação em novos subgrupos de hiperdesfiliados sociais, tais como os de desalojados ou de desabrigados, suscita seu encontro, em condições ainda mais humilhantes, com os agentes do Estado.” (Norma Valencio em prefácio de MARCHEZINI, Víctor. **Campos de Desabrigados – a continuidade do desastre**. São Carlos - SP: Rima, 2014).

Os desastres, entretanto, identificamos para entendimento dessa proposta, se dá quando

ocorrem eventos socioambientais que são capazes de dar forma concreta ao que antes consistia em uma ameaça, ou seja, produzindo vítimas com perdas materiais e humanas. Eles ocorrem e aparecem na mídia de forma tão cotidiana, que acabam muitas vezes banalizados, a menos que seja algo de dimensão estrondosa. Nesses casos, como os citados anteriormente, se torna o desastre de referência, até que outro ainda maior ganhe destaque e o substitua nas mídias.

Consideramos que a cidadania está ameaçada quando a vulnerabilidade chega ao nível de comprometer o Direito à Segurança Humana, ou seja, quando o perigo do desastre é maior do que a capacidade de responder a ele, da mesma forma, mas não só, quando os efeitos dos desastres se fazem presente na vida de todos e todas que por ele passaram, ou com sua ameaça são obrigados a conviver.

Toda vulnerabilidade se refere a um perigo, que deve ser considerado em termos tanto de suas características próprias quanto de sua probabilidade de ocorrência. A equação envolve a relação com a capacidade de dar resposta ao perigo, seja absorvendo seu impacto, adaptando-se, mitigando seus efeitos ou evitando-o (MARANDOLA JR, 2009 Apud MARANDOLA JR. e D'ANTONA, 2014.p. 51).

Tomando o entendimento de Marandola e D'Antona (2014) sobre a forma mais complexa de vulnerabilidade, aquela que parte do pressuposto de que, de acordo com as suas características, todos os lugares enfrentam perigos diferenciados, e que, o mais importante é compreender a vulnerabilidade em cada uma das situações, ao invés de tentar identificar os mais ou menos vulneráveis.

À luz do Sistema de Indicadores da Cidadania os desastres socioambientais são fenômenos que conduzem avaliações prioritárias sobre a garantia ou não de Direitos Cívicos e Políticos, um dos três eixos centrais dos Direitos de Cidadania considerados na composição do INCID. Mas a avaliação da efetividade da cidadania no território sob ameaça de desastres socioambientais implica em ver tais Direitos Cívicos e Políticos no conjunto de todos os direitos, ou seja, em relação com Direitos

Econômicos, Sociais e Culturais e com os Direitos Coletivos.

A partir do reconhecimento de que está em nós e nos outros da titularidade de direitos e de responsabilidades comuns, o INCID tem nos Direitos Cívicos e Políticos seu principal alicerce. O que define a condição de cidadania política é a liberdade, a diversidade, o pertencimento, a solidariedade, a participação e o controle social, sem discriminação para todos e todas, solidificando assim a concepção de igualdade. Os Direitos Cívicos e Políticos implicam em liberdade de escolha dos rumos de sua própria vida, em liberdade de ir e vir, de dispor do próprio corpo, de ter sua vida segura com integridade física e moral, de ter liberdade de expressão, direito à propriedade e de não ter o lar violado, independentemente de qualquer que seja sua raça, condição econômica, religião, filiação, origem cultural, sexo, etc.

A caminho de entendimentos que revelem o estado da cidadania diante dos desastres socioambientais, o INCID identifica a luta por esses Direitos Cívicos e Políticos como consonante às recentes disputas pelo reconhecimento do conceito de Segurança Humana como aquele que tem como sujeitos diretamente impactados os indivíduos e a humanidade, que luta pela garantia de sobrevivência e de uma qualidade de vida digna diante das ameaças impostas tanto pelos sistemas políticos econômicos e sociais discriminatórios quanto pelas mudanças ambientais que também pode ser deles originárias.

Somados aos antigos problemas socioeconômicos - que sempre punham uma grande parte da população excluída de políticas de planejamento, aos esporádicos, rotineiros e/ou inesperados desastres socioambientais que sempre vulnerabilizavam, ameaçavam e vitimavam - as mudanças climáticas, resultado do mesmo padrão de desenvolvimento que exclui economicamente, socialmente e politicamente, também acentua as ameaças, coloca em risco e desconfigura a vida no planeta e, claro, de sua população. A consciência sobre a possibilidade de as mudanças climáticas estarem afetando e vulnerabilizando o planeta, promove uma crise de paradigmas tanto em meio econômico, político-administrativo, quanto científico e social.

Até meados da década de 1980, destaca Barbosa (2015), as mudanças climáticas figuravam como um problema de conhecimento restrito, sendo inserido na agenda internacional em 1988 com a criação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e outros instrumentos como a Convenção do Clima em 1992 e do protocolo de Kyoto em 1997. Atualmente, temos a reconfiguração de vários processos, em especial voltados à segurança, que animam uma série de debates e promovem várias inquietações.

Uma dessas inquietações, salienta Barbosa(2015), se dá a partir de diferentes discursos sobre a securitização do clima: 1) sob a perspectiva da segurança nacional, como pauta da política ordinária, que se caracteriza pela vertente contra e vertente a favor da inclusão dos problemas ambientais no campo da segurança, sugerindo a impossibilidade de a humanidade estar preparada para todas as ameaças potenciais colocadas pelas mudanças no clima e 2) sob a perspectiva da segurança humana cujo propósito é a adoção de uma abordagem preventiva, com base em medidas de mitigação e adaptação, bem como pelo fortalecimento de acordos multilaterais.

Ao buscar mostrar como se dá o processo de construção das mudanças climáticas como problema de Segurança, Barbosa (2015) resgata as origens do conceito de segurança humana e traz à tona os debates, interpretações e conceitos que estão em disputa. A seguir, temos o resumo sintético comparativo de Moller que é ressaltado pela autora.

Tabela 1				
Conceitos de Segurança				
Fonte: Moller, 2005, Apud Barbosa (2015) - destaque nosso				
Categoria	Objetos de Referência	Valores em Risco	Origens da ameaça	Formas de ameaça
Segurança Nacional	Estados (Regimes)	Soberania Integridade Territorial	Outros Estados (atores subestatais)	Ataques militares
Segurança Societal	Nações Grupos sociais	Unidade Nacional Identidade	Estados Migrantes Culturas	Genocídio Limpeza étnica Discriminação
Segurança Humana	Indivíduos Humanidade	Sobrevivência Qualidade de vida	Estado Globalização Mudanças ambientais	Crime Subdesenvolvimento
Segurança Ambiental	Ecossistemas Espécies	Sustentabilidade	Humanidade	Poluição Aquecimento Global Destruição dos habitats naturais

Segundo Barbosa (2015), o conceito de Segurança Humana ganha expressão com o fim da Guerra Fria, promovendo uma mudança de paradigma nos estudos de Segurança em que antes estavam tradicionalmente amparados pelos setores políticos e militares. O que se teve, a partir do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), primeiro a levantar o conceito, foi uma ampliação do conceito de Segurança.

As Nações Unidas, criaram as bases da Segurança Humana desde a Carta da ONU, mas foi o PNUD que em defesa dos direitos humanos e universais deixa claro que a segurança Humana está relacionada com a proteção contra as ameaças crônicas à vida humana. Neste sentido, fenômenos como a fome, doenças, repressão, migração, escassez de água, mudanças climáticas, pobreza, etc. devem ser assegurados de forma preventiva, sendo assim mais fácil de serem enfrentados do que por meio de intervenção.

A Segurança Humana passa a representar, portanto, a proteção contra as possibilidades de rompimentos repentinos e prejudiciais nos padrões da vida cotidiana tanto do trabalho, como do lar ou da comunidade e assim, se configura como fundamental na análise dos direitos de cidadania tratados pelo INCID.

Esse significado novo atribuído à Segurança Humana, sustenta a ideia defendida pelo grupo liderado pela União Europeia para comportar a entrada das mudanças climáticas no Conselho de Segurança da ONU. Esse argumento coloca no debate a visão de que as mudanças climáticas fazem parte de uma estratégia de prevenção de conflitos e devem ser tratadas pela comunidade internacional com uma abordagem holística e preventiva reforçando ainda mais a ampliação do conceito de Segurança em disputa.

No Sistema de Indicadores da Cidadania, baseado em tal entendimento, a luta pelos direitos daqueles que encontram-se em áreas de risco de desastres socioambientais é uma luta abrigada pela igualdade de Direitos Cívicos e Políticos, pelo direito à Segurança Humana diante das iminências das ameaças.

Apesar da noção e percepção de que esses desastres podem afetar a todos independentemente de raça, renda, sexo, idade, etc., historicamente se reconhece também que o enfrentamento das violações que ameaçam a vida e os bens móveis, imóveis, sentimentais e culturais sempre foi mais intensa e pesada para as populações mais pobres, os grupos menos favorecidos, sendo estes os mais fortemente atingidos e já identificados como previamente vitimados pela própria estrutura político-econômica e social.

Nesta Pesquisa do Projeto Incid na AAI a luta pela Segurança Humana em caso de desastres socioambientais é tratada como uma luta pela justiça socioambiental e pelo direito de exercer a sua cidadania de forma efetiva. Essas lutas conduzem à cidadania ativa à necessidade de entender a situação e as percepções de risco, para si e para o outro e à necessidade de buscar, junto ao poder público, a garantia de direitos que privilegiem o planejamento, a prevenção e a resposta em casos de desastres socioambientais que



Francisco Valdean - Imagens do Povo

ameaçam a população nesse território.

Frente a esse cenário, cabe destacar alguns dos limites encontrados pela Pesquisa que impedem a produção de indicadores e de dados importantes para a luta cidadã.

O Sistema de Indicadores da Cidadania é um modo de olhar os dados. Neste sentido, é alimentado sobretudo por dados existentes e estes nem sempre estão disponibilizados de forma clara, acessível, aberta. Adotar meios de solicitação de acesso à informação junto aos órgãos governamentais produtores de dados não é garantia de acessar de fato o que se busca. Ao contrário, muitas vezes nos esbarramos na inabilidade ou interesses escusos de ocultação de dados que inviabiliza o acesso às informações que sabidamente temos referências que existem.

Conseguimos desenvolver indicadores com dados da MUNIC/2013 a respeito do bloco de “Gestão de Riscos e Respostas aos Desastres”, dados da EsDEC / Sedec que desenvolveu em 2012 (e atualizou em 2014) o “Mapa de Ameaças”, dados do Centro de Informação e Emergências Ambientais – CIEM/ INEA de 2009-2014 e do Departamento de Recursos Minerais (DRM) e das Secretarias de Defesa Civil de Nova Friburgo e Niterói. Mas não conseguimos acessar alguns dados apesar de termos investido seriamente. Como exemplo prático de nossas buscas nesse trabalho que não foram bem sucedidas, podemos citar:

Os dados solicitados ao Departamento de

Recursos Minerais (DRM) para acesso as “Cartas de Risco Iminente de Deslizamentos” que contém mapeados o número da população e o número de domicílios em risco. Obtivemos uma resposta parcial do DRM, que nos orientou a fazer um novo pedido diretamente às Secretarias Municipais de Defesa Civil de Nova Friburgo, Niterói e Teresópolis, sendo que desta última, não obtivemos resposta.

Realizamos a solicitação por e-mail e aguardamos por seis meses pela resposta que só foi obtida, de fato, com a ida pessoalmente de um membro da equipe INCID à Secretaria de Defesa Civil de Teresópolis. Na ocasião, o então Secretário de Defesa Civil, informou que nunca teve os dados do DRM que não fossem em arquivo formato PDF e que não contava com equipe técnica suficiente para tratar do assunto. Sua orientação foi que voltássemos a solicitar junto ao DRM e, embora tenha disponibilizado seu celular para contato nesse caso, vale ressaltar que desde o início da segunda etapa do projeto (2014) tentamos uma agenda com o referido Secretário para entrevista e nunca conseguimos acessá-lo, apesar de recados, idas e telefonemas à Secretaria.

Há nesse caso um visível “jogo de empurra” que denota uma clara ocultação de dados, não se sabe claramente a razão. Denota ainda uma falta de organização e diálogos entre os órgãos que tratam diretamente do assunto.

Os dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre o consumo de medicamentos controlados não estão disponíveis de forma aberta. São dados que necessitam de solicitação prévia com tempo indeterminado de resposta. O Órgão terceirizou os serviços de Informática e passa por questões legais, o que vem aumentando o prazo de entrega dos relatórios que em 2014 durava cerca de 60 dias.

Os dados da MUNIC/2013 sobre Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECS) não formam considerados seguros para serem utilizados em indicadores do Projeto INCID. Em reuniões com a cidadania ativa dos territórios foi verificado que o número apontado pela MUNIC estava muito fora da realidade dos municípios. Isso mostra que não há um comprometimento e responsabilidade efetivamente nas respostas dada à pesquisa da MUNIC pelo órgão

gestor municipal. Em sites das Secretarias de Defesa Civil de alguns municípios como Nova Friburgo, Niterói e o Blog de Teresópolis há detalhes sobre os NUDECS. Porém, nos Grupos de Discussão organizados pela Pesquisa foram levantadas dúvidas quanto à atualização dessas informações. Além disso, esse nível de detalhamentos nos sites não é padrão para os demais municípios, alguns sequer têm site, outros sequer possuem secretaria específica.

Os dados dos Planos de Contingência Municipal poderiam ser avaliados no uso de indicadores, porém não tivemos acesso aos mesmos. A Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC), responsável pela orientação na produção dos Planos de Contingência Municipais, não nos permitiu acesso aos encontros preparatórios de capacitação para produção dos Planos e após o término, indicou a busca pelos Planos diretamente em cada um dos órgãos municipais, inviabilizando nosso tempo sem garantias que de fatos conseguiríamos acessá-los diante das experiências e constatações anteriormente descritas.

Tivemos acesso, contudo, ao Plano de Contingência do Estado do Rio de Janeiro definido pelo INEA e outros órgãos (“Plano de Contingência Institucional para desastres naturais- PCI/ INEA- respostas às emergências, e desastres: enchentes, enxurradas e escorregamentos”). Com ele podemos identificar as atribuições de cada órgão envolvido, mas não foi possível produzir indicadores com esse material.

A subnotificação do número de mortos nas tragédias de 2011 em Nova Friburgo e Teresópolis





Francisco Valdean - Imagens do Povo

é uma das questões mais sensíveis e difíceis de lidar para a cidadania desses municípios. Infelizmente, não encontramos caminhos de nos aproximarmos dessa realidade. Trazemos algumas considerações com base em depoimentos de conteúdo jornalístico e em falas nos Grupos de Discussão.

Tanto cabe ao Sistema de Indicadores disponibilizar indicadores e dados importantes para a luta cidadã que estimulem a atuação da sociedade civil, fortalecendo assim a participação e a ação na busca da igualdade e sustentabilidade, como cabe também denunciar a falta de dados que dificulta a luta cidadã no fortalecimento da democracia. De um ponto de vista do Sistema de Indicadores, a não existência de dados e/ou sua inacessibilidade é uma

violação de direitos de cidadania.

Nas atuais buscas e acessibilidade de dados, conseguimos agregar quatro novos indicadores de Direitos Civis e Políticos e Direito à Segurança Humana para o Sistema de Indicadores da Cidadania: 1- Direito à Segurança Humana: Situação da população em risco de deslizamentos; 2- Direito à Segurança Humana: Garantia de Segurança Humana na prevenção de desastres socioambientais; 3- Direito à Segurança Humana: Garantia de Segurança Humana para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais e 4- Direito à Segurança Humana: Garantia de alertas de cheias para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais.

Cidadania Vivida

AS AMEAÇAS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

A cidadania da AAI é ameaçada constantemente por diversos desastres socioambientais. A situação da população é marcada por graves violações de direitos segundo os dados oficiais aqui apresentados, assim como pela ausência de dados que inviabilizam a produção de indicadores e consequentemente debates fundamentais no planejamento e na execução de políticas públicas.

OS PRINCIPAIS EVENTOS SOCIOAMBIENTAIS QUE AMEAÇAM A CIDADANIA NA AAI

O Estado do Rio de Janeiro, em 2010, era identificado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil como o Estado que liderou o número de perdas humanas no Brasil¹ em função das chuvas, totalizando 316 óbitos. Isso já se dava com desastres relacionados às inundações e aos deslizamentos, entre eles o desabamento do Morro do Bumba. Essa liderança, portanto, é anterior a 2011, ano da tragédia da Região Serrana, de referência nacional e internacional, que levou sete² municípios ao estado de calamidade pública, entre eles dois da AAI: Nova Friburgo e Teresópolis. As mídias da época chegavam a especular a morte de mais de 900 pessoas e o desaparecimento de quase 350.

Ainda que com uma repercussão midiática menor do que foi a de 2011 em Nova Friburgo e Teresópolis, a população dos municípios da AAI

convive com ameaças cotidianamente, trazendo perdas humanas e materiais à população. Em novembro de 2008, por exemplo, no município de Rio Bonito, os deslizamentos de terra mataram uma criança de quatro anos e feriram nove pessoas devido às fortes chuvas. Da mesma forma, em abril de 2013, os moradores de Rabo da Gambá, Bosque Clube, Mangueirinha, Serra do Sambê, Caixa d'água e Centro sofreram com as chuvas e houve vários pontos de deslizamentos de terra, dessa vez sem perdas humanas.

A população de Cachoeiras de Macacu também sofre com as chuvas. Em março de 2011 e em abril de 2012, com a cheia no Rio Guapiaçu, alguns moradores tiveram que sair de suas casas com medo, pois a tragédia dos municípios vizinhos de 2011 passou a assombrar a população do município.

Os moradores de Marambaia, que fica na divisa de Itaboraí e São Gonçalo, são prejudicados com alagamento quando chove, como aconteceu junho de 2014. Nesse caso, é o município de Itaboraí que alaga, devido à falta de infraestrutura. Mas a população de São Gonçalo também tem que resistir à deslizamentos e alagamentos em outros pontos de seu território, como na Rua Honório Correia de Oliveira, no Tribobó, na Rua João Cesarino, em Alcântara, por exemplo. Em abril de 2010, no bairro do Novo México, nove pessoas morreram em um deslizamento de terra. Famílias inteiras da travessa Lucas, no bairro Covanca foram retiradas do local e várias ruas do bairro Jardim Catarina foram alagadas.

Ao lado de São, Gonçalo, Niterói possui vários bairros que alagam com a chuva forte, entre eles está Charitas, Largo da Batalha, Piratininga, Engenho do Mato, Maria Paula, Santa Bárbara, Itacoatiara, Trevo de Piratininga, Fonseca, Engenhoca, o canal de São Francisco, o canal da



1- BAND NEWS FM. Rio de Janeiro liderou ranking de mortes por chuvas em 2010. disponível em <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000386072> em 6 de janeiro de 2011. Acesso em 12/04/2015.

2- Os sete municípios que entraram em estado de calamidade pública em Janeiro de 2011 foram: Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim e Areal

Avenida Ary Parreiras e as ruas Mariz e Barros e Cinco de Julho em Icaraí apresentaram pontos de alagamento.

Em Casimiro de Abreu, as enxurradas levam água e lama às residências e deixam vários moradores desalojados, como em fevereiro de 2009, que cerca de 200 moradores tiveram que sair de suas casas. Casas foram soterradas, muros caíram, carros formam destruídos pela lama. Algumas ruas ficaram interditadas e um menino de nove anos foi carregado pela água na Estrada Serramar.

Em dezembro de 2009 e em abril de 2010, a população de Magé e Maricá, respectivamente também tiveram casas interditadas, devido à chuva que causou, no caso de Magé, enchentes e deslizamentos e, no caso de Maricá, centena de pessoas desabrigadas e perdas humanas.

Em Silva Jardim a população sofre com incêndios florestais, como o que aconteceu na Reserva de Poço das Antas em fevereiro de 2014 atingindo mil hectares de mata. Como fica num vale plano, sofre inundações sempre com as chuvas de verão.

Na AAI, as doenças infecciosas atingem as populações dos municípios de Casimiro de Abreu, Tanguá e Itaboraí que registraram 304, 175 e 81 casos de dengue em 2010, respectivamente.

As enxurradas fazem vítimas em Guapimirim, como em março de 2008 em que seis pessoas morreram, entre eles uma criança de 10 anos. Nesse município, o vendaval também é um fenômeno que causa transtornos, como em junho de 2006 em que a Rodovia Rio-Teresópolis foi fechada ao tráfego entre o município de Guapimirim e a localidade de Soberbo.

Moradores do distrito de Bacaxá, em Saquarema, em julho de 2007 perderam suas casas devido ao alagamento. O município também entrou em estado de alerta em maio desse ano por causa de inundações.

Neste sentido, a EsDEC, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Defesa Civil (Sedec), desenvolveu em 2012 (e atualizou em 2014) o “Mapa de Ameaças”, no qual, os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro apontaram as cinco



Francisco Valdean - Imagens do Povo

principais ameaças naturais que vulnerabilizam seu respectivo município. O “Mapa de Ameaças” responde a segunda das 10 medidas do “Marco de Ação de Hyogo (MAH)” para aumentar a resiliência: identificação, avaliação e observação dos riscos e a melhora os alertas prévios. O MAH é uma proposta da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD) voltada para coordenação das atividades das Nações Unidas para a redução de riscos e desastres. Criada em 1999, a EIRD desenvolve desde 2005, logo após o tsunami que ocorreu na Indonésia, o MAH, visando à redução de riscos de desastres para os países membros que o adotaram, entre eles, o Brasil. Aumentar a resiliência é o principal objetivo dessa proposta e ele se traduz em redução de perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais nas comunidades desses países.

Na AAI, cada um dos 14 municípios estabeleceu assim um ranking com as cinco principais ameaças que atingem sua população. Esse ranking pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2

Principais ameaças de eventos socioambientais³

Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro – 2014

Fonte: Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (EsDEC)

Município	Deslizamento de solo e/ou rocha	Inundações	Alagamentos	Incêndio Florestal	Enxurradas	Corrida de massa (solo/lama)	Chuvas intensas	Venda-val	Estiagem	Quedas, tombamentos e rolamentos (blocos)	Doenças infecciosas virais	Erosão de margem fluvial	Erosão contínea-tal (laminar)	Corrida de massa (solo/de-trito)	Quedas, tombamentos e rolamentos (matações)
Cachoeiras de Macacu	1ª	2ª		4ª	3ª								4ª		
Nova Friburgo	1ª	2ª	4ª	4ª	3ª										
Rio Bonito	1ª	4ª	4ª			2ª	3ª								
Casemiro de Abreu	4ª	3ª	2ª	4ª	1ª										
Magé	1ª	4ª	3ª		4ª									2ª	
Maricá	4ª	1ª	2ª		3ª					4ª					
Niterói	1ª		4ª	4ª	3ª	2ª									
Silva Jardim	4ª	2ª	1ª	3ª	4ª										
Saquarema	2ª	1ª	1ª	4ª					4ª						
São Gonçalo	4ª	4ª	1ª			4ª									2ª
Tanguá	4ª	1ª	2ª	4ª							3ª				
Teresópolis	1ª	2ª						4ª		3ª		4ª			
Itaboraí			2ª	4ª		3ª	1ª		4ª						
Guapimirim		3ª			3ª	1ª	4ª	4ª							

1ª Ameaça
 2ª Ameaça
 3ª Ameaça
 4ª Ameaça
 5ª Ameaça

3 - Cada um destes eventos são diferenciados por características que o definem, e podem ser observadas com detalhes no Anexo II "Definições e características dos eventos ambientais segundo o Ministério da Integração Nacional".

Observamos que algumas dessas ameaças ambientais são mais recorrentes na AAI. Entre elas, os “Deslizamentos de solo e/ou rocha” e as “Inundações” chamam a atenção por aparecerem 12 vezes nos apontamentos dos municípios, seguidos pelos “Alagamentos”, com 11 citações. Cachoeiras de Macacu, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito e Teresópolis apontam os “Deslizamentos de solo e/ou rocha” como a principal ameaça, sendo que destes, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Teresópolis também apontam as “Inundações” como a segunda maior ameaça.

Os “Deslizamentos de solo e/ou rocha” parecem não atingir a Guapimirim e a Itaboraí, do total dos 14 municípios da AAI. Porém, esses municípios também apontam entre as cinco principais ameaças, as Inundações e os Alagamentos que são bem representativos desse ranking total.

Podemos observar ainda, que alguns eventos, como Vindaval em Guapimirim e Teresópolis, Erosão de margem fluvial também em Teresópolis, Erosão continental (laminar) em Cachoeiras de Macacu e Estiagem em Itaboraí representam, portanto, eventos específicos que afetam esses municípios em particular.

As Doenças Infecciosas Virais, embora tenhamos registros da mídia anunciando casos em Casimiro de Abreu e Itaboraí, só foram identificadas como ameaça em Tanguá.

Os primeiros dados apresentados, presentes na **Tabela 2**, constituem indicadores de cidadania em construção, uma vez que não há como estimar a população, o número de cidadãos e cidadãs que efetivamente estão sob ameaça em cada um dos eventos citados. Entretanto, ele nos permite observar as principais ameaças socioambientais com as quais a cidadania é obrigada a conviver de algum modo.



Marcelo Verly

Considerando que há eventos que representam uma ameaça maior devido à sua identificação mais ou menos importante entre as citações apontadas, chegamos à produção do indicador **Direito à Segurança Humana: Situação da ocorrência e gravidade dos desastres socioambientais** que nos mostra a partir do grau de importância dos eventos na AAI atribuindo pesos de 1 a 5 para as ameaças de acordo com a importância dela em cada município (peso 5 para 1ª ameaça) e contabilizando-as de acordo com sua posição. A soma dos apontamentos feitos por representantes dos órgãos públicos municipais à EsDEC de acordo com a o grau de ameaça, para efeito de qualificação deste indicador, é escalonado de 1 até 70 da seguinte forma: Pouco importante (até 10), Importante (11-20), Mais ou menos importante (21-30), Muito Importante (31-40), e Extremamente importante (acima de 41). Sua representação gráfica é expressa no **Gráfico 1**.

INDICADOR

01

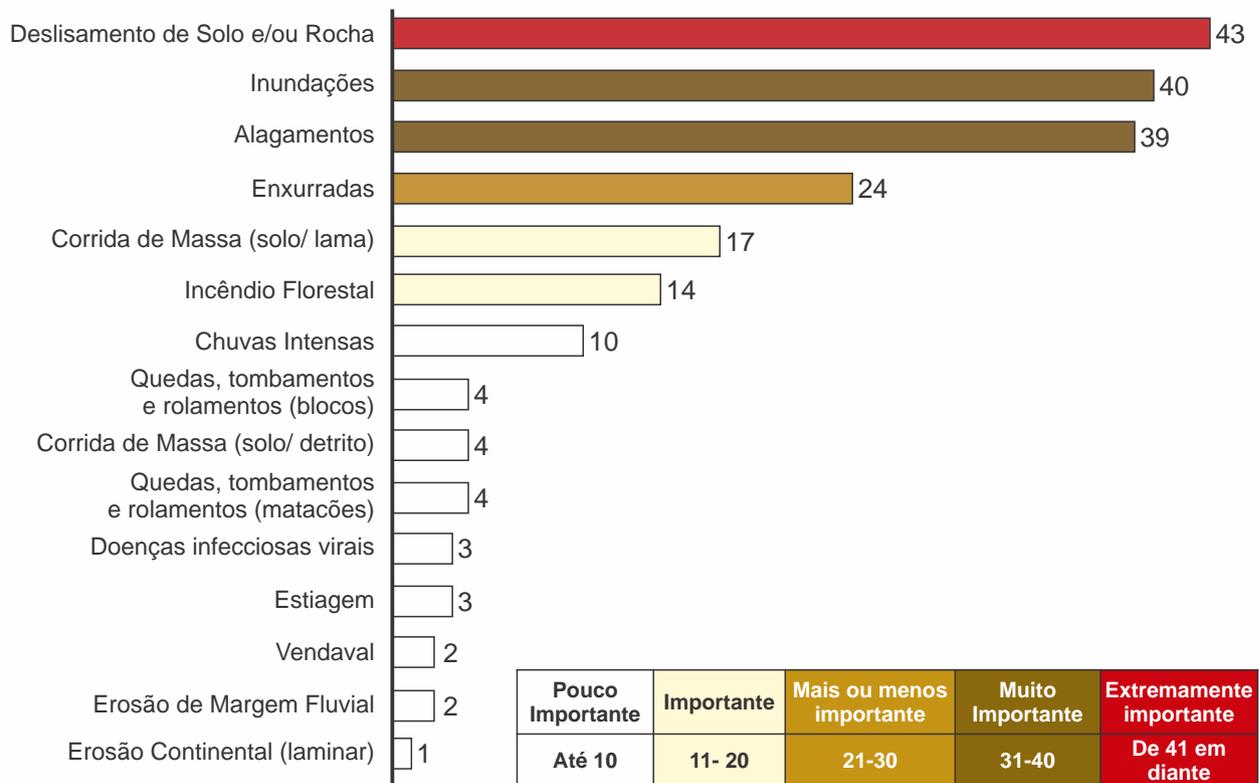
Direito à Segurança Humana

SITUAÇÃO DA
OCORRÊNCIA E
GRAVIDADE DOS
DESASTRES
SOCIOAMBIENTAIS

Gráfico 1

Situação da ocorrência e gravidade dos eventos socioambientais na AAI – 2014

Fonte: Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro – EsDEC



As principais ameaças naturais que afetam a população da AAI, como “Deslizamentos de solo e/ou rochas”, “Inundações” e “Alagamentos” - essas duas últimas como sendo de natureza hidrológica, e a primeira também podendo ser agravada em função das chuvas - devem e podem ser minimizados com medidas preventivas, que devem ser contempladas em seus Planos Diretores e Planos de Saneamento Ambiental (tratados mais adiante). São medidas que direcionam as ações das políticas públicas para as infraestruturas de drenagem e escoamento de águas decorrentes de intensas precipitações.

Os deslizamentos estão entre as três principais ameaças para todos os outros municípios, com exceção de Itaboraí, Guapimirim, Silva Jardim e Tanguá. Para São Gonçalo, Saquarema e Silva Jardim a principal ameaça é o alagamento, para Maricá e Tanguá são as inundações.

Os deslizamentos, as inundações e os alagamentos respectivamente, são as principais ameaças identificadas. Destes, apenas foi possível desenvolver o indicador referente aos deslizamentos presente nesta dimensão da cidadania vivida. O ideal é que para cada ameaça fosse feito um levantamento semelhante a esse sobre os deslizamentos a fim de termos de fato ter uma visão ampla da dimensão dos riscos em cada município. A impossibilidade de termos indicadores reveladores das violações de direitos ligados aos alagamentos e inundações prejudica a concepção de uma base de leitura de dados que permita a cidadania ativa dialogar com o poder público com propriedade, da mesma forma, essa ausência é sintomática da escassez de medidas que tratem dessas violações ou da insegurança do poder público diante dos diagnósticos que permitam o desenvolvimento de serviços necessários à garantia de direitos.



Direito à Segurança Humana

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RISCO DE DESLIZAMENTOS

O indicador: **Direito à Segurança Humana: Situação da população em risco de deslizamentos** está no eixo dos Direitos Civis e Políticos porque trata do direito das pessoas terem suas vidas seguras diante de desastres socioambientais como os deslizamentos. A chuva é um fenômeno natural cuja intensidade não há formas de se controlar, mas é possível prevenir com ações de prevenção: de alerta e de planejamento urbano.

Em todos os municípios da AAI há áreas de risco de deslizamentos identificadas pelo DRM que faz o mapeamento dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. São essas “Cartas de Risco dos Municípios Fluminenses” que servem de base de dados para este indicador. Nelas são apontados os números totais da população em risco de deslizamentos.

O caso Teresópolis.

O DRM disponibilizou em resposta a uma solicitação do Incid, 11 das 14 Cartas de Risco com os dados absolutos da população em risco na AAI. Os municípios de Nova Friburgo, Niterói e Teresópolis, o DRM não disponibilizou alegando que esses municípios possuem uma sensibilidade muito maior do que os demais do Estado e que, portanto, solicitássemos direto em cada uma das Secretarias Municipais. Neste movimento, apenas a Secretaria de Teresópolis não disponibilizou sua Carta de Risco, o que justifica a ausência dos dados deste município no gráfico do Indicador. Como Teresópolis sofreu grande tragédia em 2011 e pouco fez em termos preventivos após, registre-se que por não disponibilizar os dados é para o Sistema de Indicadores de Cidadania, uma gravíssima violação de direitos de cidadania.



Bruno Domingos/Reuters

O DRM em seu mapeamento sobre a iminência de deslizamentos, identifica os imóveis e a população residente neles. Na AAI foi apurado que os deslizamentos foram responsáveis por colocar em risco cerca de 35.277 pessoas. Podemos observar pelos **Gráficos 2 (A e B)** - sem Teresópolis - que o município de Nova Friburgo é o que tem o maior número absoluto de pessoas em risco de deslizamentos (18.637) e a maior taxa de risco da AAI, com 10% de sua população residindo em área de risco. Ele é seguido, em números absolutos por Niterói (9.604), Magé (2.151), Cachoeiras de Macacu (2.028) e São Gonçalo (1.752). Pela taxa referente ao percentual da população em risco, Nova Friburgo é seguido respectivamente por outros que chamam a atenção, entre eles: Cachoeiras de Macacu (3,7%), Niterói (2%), Rio Bonito (1%) e Magé (0,9%).

O percentual da população em risco - **A) Percentual em relação à população total segundo municípios** - em relação ao total da população absoluta em risco - **B) Total absoluto da população da AAI em risco** - permite uma mudança de posição dos municípios devido à grande variedade do número de habitantes em cada um dos municípios do território da AAI. São Gonçalo, por exemplo, que tem a maior população da AAI sofre uma variação de quatro posições. Seus 1.752 moradores em área de risco correspondem à 0,2% da população de cerca de 1 milhão de habitantes e no Gráfico B fica atrás de Silva Jardim (0,3%) que tem apenas 63 habitantes em número absoluto devido ao número bem menor do total da população deste em relação a São Gonçalo.

Gráfico 2 - Direito à Segurança Humana

Situação da população em risco de deslizamentos (absoluta)

Fonte: DRM e Secretarias de Defesa Civil de Nova Friburgo e de Niterói / Cachoeiras de Macacu, Maricá, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo (2011); Niterói (2012); Tanguá, Silva Jardim, Saquarema, Nova Friburgo, Itaboraí e Guapimirim (2013).

A) Total absoluto da população da AAI em risco

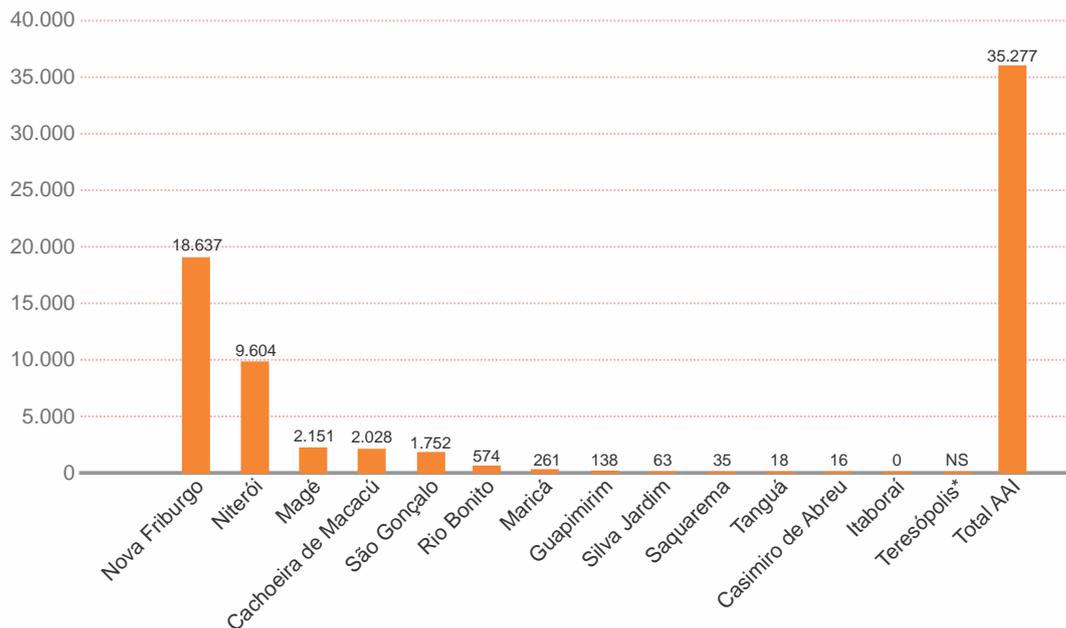
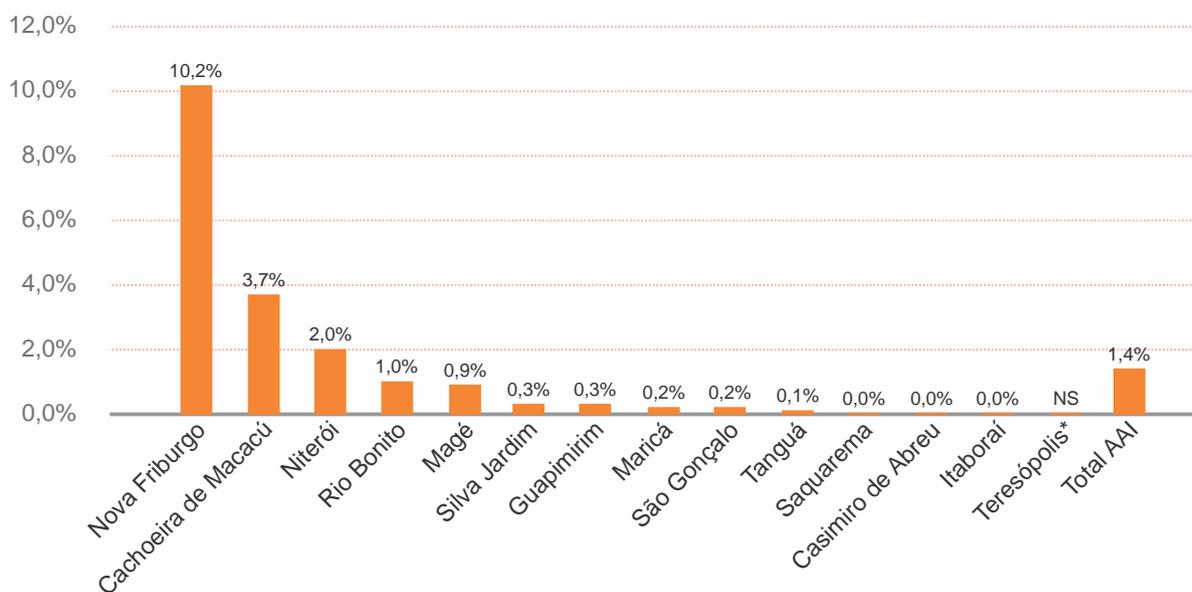


Gráfico 2 - Direito à Segurança Humana

Situação da população em risco de deslizamentos (taxa)

B) Percentual em relação à população total segundo municípios



*Os dados de Teresópolis não foram disponibilizados, nem pelo DRM e nem pela Secretaria de Defesa Civil de Teresópolis.

O fato dos levantamentos feitos pelo DRM não terem sido realizados em um ano específico comum a todos é tecnicamente um impeditivo para a produção do indicador com dados comparáveis. Entretanto, esta foi a forma de representar graficamente a diferença entre os municípios, mas que fique aqui a ressalva de que os dados devem ser comparáveis na produção dos indicadores da AAI.

A constatação desse grande número de pessoas ameaçadas considerando somente os deslizamentos nos revela a situação do Direito à Segurança Humana presente na AAI que identificamos ser de graves violações de Direitos à existência e à permanência de pessoas nessas áreas descuidadas pelo poder público que ameaçam suas vidas e seus patrimônios.

É interessante ressaltar que a questão do risco é identificada pela cidadania ativa de Nova Friburgo como algo que passou despercebido antes da tragédia de 2011 pois muitos não se reconheciam como vivendo em área de risco, como por exemplo os moradores de Duas Pedras, mesmo ocupando áreas identificadas por eles próprios como de “loteamento irregular.” Essa identificação de ser alguém vivendo em área de risco se deu apenas após o grande desastre socioambiental.

INDICADOR
03

Direito à Segurança Humana

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS EM RISCO DE DESLIZAMENTOS

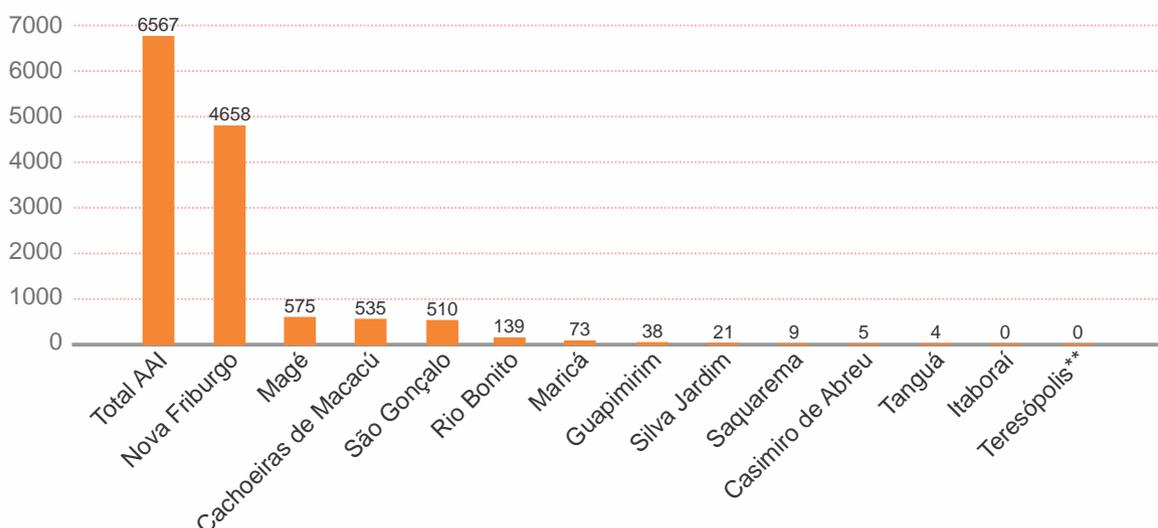
Uma outra forma de olhar o risco em termos de Segurança Humana é o Direito à moradia segura. O direito das pessoas de morarem em imóvel seguro diante de desastres socioambientais como os deslizamentos referem-se ao Eixo dos Direitos Cívicos e Políticos. Todos e todas têm direito de ter seu imóvel, seu lar, em território com infraestrutura suficiente que garanta estabilidade e segurança de seu direito à uma vida segura dentro do espaço que o abriga. Este é um dado extremamente sensível para a cidadania, pois indica o tamanho das ações preventivas e da reparação pós-desastre.

O Gráfico 3 refere-se ao indicador que reflete a situação dos imóveis em área de risco em que podemos observar no município de Nova Friburgo chegamos a 4.658 e representa o município mais crítico da AAI, com o maior número absoluto de domicílios em risco, seguido por Niterói (2.401), Magé (575), Cachoeiras de Macacu (535) e São Gonçalo (510).

Gráfico 3 - Direito à Segurança Humana
Situação da população em risco de deslizamentos (taxa)

Total absoluto de domicílios em risco de deslizamento

Fonte: DRM e Secretarias de Defesa Civil de Nova Friburgo e de Niterói / Cachoeiras de Macacu, Maricá, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo (2011); Ni



**Os dados de Teresópolis não foram disponibilizados, nem pelo DRM e nem pela Secretaria de Defesa Civil de Teresópolis.

4 - O DRM considera domicílios apenas os imóveis residenciais, ou seja, que são moradias. Galpões, estabelecimentos comerciais, etc. não são inseridos nesse levantamento do DRM.

O indicador que aponta os domicílios em risco de deslizamento na AAI, que basicamente tem uma magnitude semelhante à população em risco, está relacionado aos problemas de planejamento na ocupação e da infraestrutura urbana. Mas este indicador é importante para dar base à questão do direito à moradia digna diante dos desastres socioambientais.

É interessante destacar que segundo a cidadania ativa de Teresópolis em relatos nos Grupos de Discussão não há critérios técnicos seguros na classificação dos domicílios em risco, uma vez que uma moradia pode ser classificada em risco diante da tensão imediata pós-desastre e após poucos anos, sem nada ter sido feito a respeito da estrutura do imóvel ou do entorno, o mesmo ser classificado como fora de risco. Este tipo de situação afeta o cotidiano de famílias, afeta emocionalmente moradores de áreas ameaçadas.

Cidadania Garantida

GARANTIA DE PREVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

A Segurança Humana em situação de desastres está na pauta de diálogos balizados por políticas públicas participativas. Tanto o poder público nacional como o estadual e os locais estão investidos de vários aprendizados e estruturas novas de acordo com a pauta de vulnerabilidade de cada território.

O Estado brasileiro passa por um processo de aprendizado onde se coloca frente à frente a todos os problemas antigos de planejamento urbano que foram desprezados ao longo de gerações políticas e necessitam ser levados em conta para um diagnóstico seguro para definir suas prioridades de prevenção. O diálogo e articulação para o desenvolvimento de políticas amplamente participativas de âmbito nacional, estadual e local são salutares nesse processo.

Hoje no Brasil, a proteção e defesa civil é organizada através do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil é o órgão executivo nacional e está subordinada ao Ministério da Integração Nacional. Esta Secretaria tem como objetivo a redução dos riscos de desastres

através de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Na política nacional de Proteção e Defesa Civil, os principais desastres socioambientais na região são:

- “Região Norte - incêndios florestais e inundações;
- Região Nordeste - secas e inundações;
- Região Centro-Oeste - incêndios florestais;
- Região Sudeste - deslizamento e inundações;
- Região Sul - inundações, vendavais e granizo.”

(BRASIL, Ministério da Integração. mi.gov.br)

Foram as fortes chuvas da Região Sudeste, entre 1966 e 1967, que provocaram enchentes no Estado da Guanabara e deslizamentos na Serra das Araras, no Rio de Janeiro e Caraguatatuba em São Paulo que levaram o Brasil a estruturar formas de Defesa Civil. Em 1966 a primeira Defesa Civil Estadual do Brasil surge no Estado da Guanabara.

As chuvas fortes em nossa região fazem parte das diretrizes de risco, prevenção e enfrentamento no Brasil. O cuidado na produção e aplicação das políticas públicas deve se dar de forma multissetorial, com atuação das três esferas de governo - federal, estadual e municipal- e com ampla participação da cidadania local. Recentemente, os desastres socioambientais na AAI começam a despontar no cenário internacional como um sintoma das mudanças climáticas devido

à proporção violenta como se apresentou o evento de 2011 na Região Serrana. Em especial, os deslizamentos, alagamentos, inundações e enchentes exigem, precisamente do poder público, medidas preventivas e aparatos de enfrentamento e levam tanto o poder público como a cidadania local à acompanharem e se inserirem nas diretrizes globais de políticas de gestão de desastres.

Entre essas diretrizes vale destacar alguns documentos que passaram a compor a pasta de instrumentos norteadores como: o MAH, o Local Government Self-Assessment Tool (LGSAT) e outros guias que buscam contribuir com gestores locais e a cidadania ativa na construção de cidades resilientes. Com destaque nesse processo, temos instituições como o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) e Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) que buscam alinhar a gestão integrada de risco de desastres do local ao global.

Em âmbito global, destaca-se ainda o site da ONU Brasil. O Brasil foi pioneiro em uma iniciativa do Governo Federal e do UNISDR que criou o Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR-CERRD)⁵ com objetivo de alinhar as ações previstas no MAH com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

A Região Serrana vem acompanhando e fazendo parte ativamente de vários projetos e articulações. O município de Nova Friburgo, por exemplo, é um dos poucos no Brasil que participa do Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais, desenvolvido pela JICA.

As diretrizes internacionais e nacionais são importantes, mas as diretrizes locais não podem ser perdidas de vista. De resposta imediata, os sistemas de alerta prévios previnem aqueles que estão vulneráveis, e a longo e médio prazo, os elementos de planejamento urbano previnem que hajam vulneráveis.

Diante das diferentes formas de atuação do poder público e a partir de tentativas de obtenção de dados, nem sempre bem-sucedidas, passamos a

apresentar indicadores e apontamentos que foram possíveis no intuito de servir de ferramenta nas lutas pela garantia de Segurança Humana na prevenção e no enfrentamento dos desastres socioambientais na AAI.

INDICADOR

04

Direito à Segurança Humana

**GARANTIA DE
PREVENÇÃO DE
DESASTRES
SOCIOAMBIENTAIS**

O indicador trata das ações do poder público municipal que visam prevenir as situações de vulnerabilidade da população em relação a eventos ambientais e de desastres em cada um dos 14 municípios.

A MUNIC/ 2013 destaca nos dados relativos à Gestão de Risco e Respostas a Desastres informações sobre instrumentos de planejamentos como o Plano Diretor, Plano de Contingência, Plano de Saneamentos e outros. Elegemos para construção desse indicador elementos presentes no Plano Diretor e no Plano de Saneamento que são fundamentais na prevenção de eventos ambientais e desastres que colocam a população em risco.

A) NO PLANO DIRETOR

O art. 182, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, define o Plano Diretor como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”, neste sentido é considerado essencial no processo de planejamento municipal e como



5 - “O UNISDR-CERRD tem como missão contribuir para a construção de comunidades resilientes a desastres por meio da promoção de uma maior sensibilização sobre a importância de incluir a gestão integrada do risco de desastres como um componente central do desenvolvimento sustentável, reduzindo as perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais causadas por desastres socioambientais.” (UNISDR. nacoesunidas.org/agencia/unisdr/)

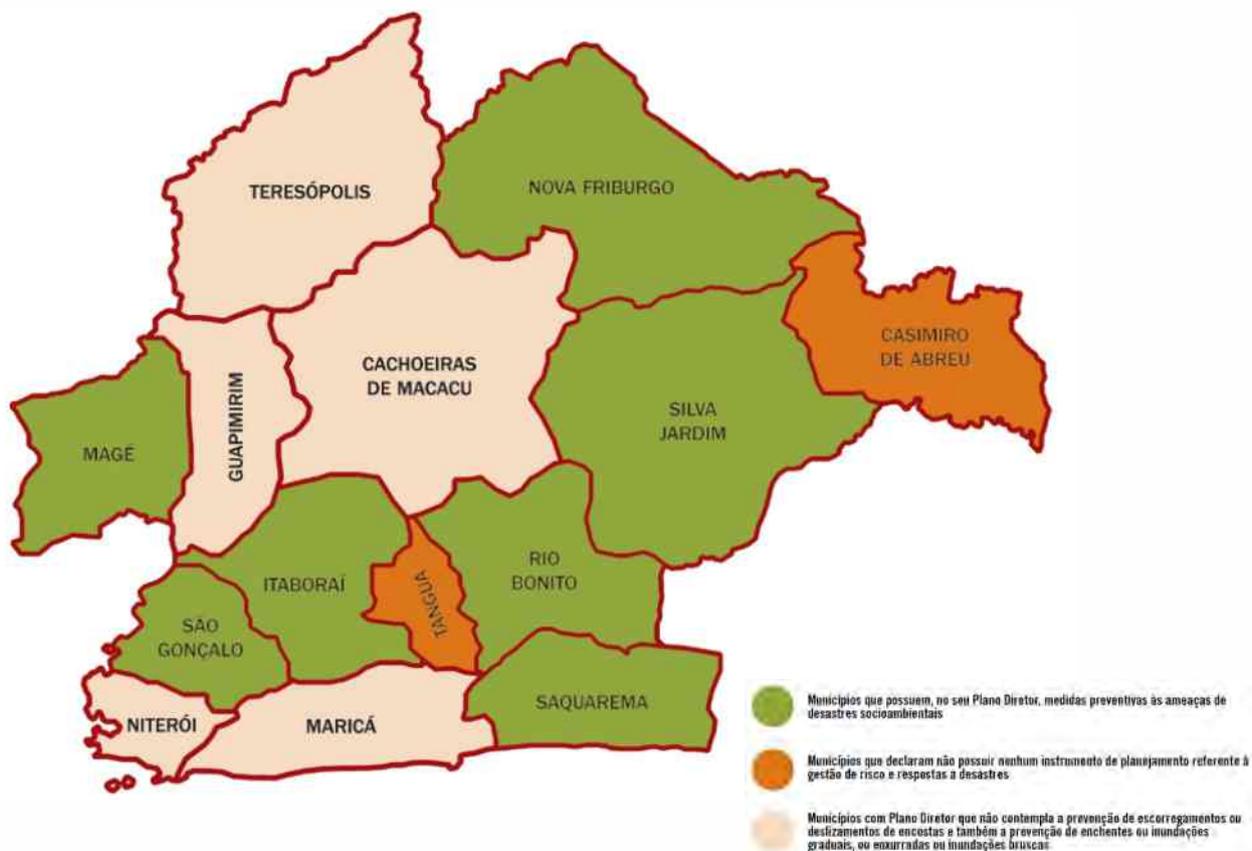
orientação para os agentes públicos e privados na implantação de políticas de desenvolvimento urbano. (ABNT, 1991). Seu propósito é desenvolver um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa do município e apontar propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico, urbano para o município de curto, médio e longo prazo. O Plano Diretor deve orientar todas as ações concretas de intervenção sobre o território.

Segundo a MUNIC/2013, dos 14 municípios da AAI, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Nova Friburgo, Rio Bonito e Saquarema contemplam a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas e também a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e, à exceção de São Gonçalo, estão revisando o Plano Diretor. Os municípios de Cachoeiras de Macacu e Teresópolis declaram que seus Planos Diretores estão sendo revisados, porém sem que seja contemplada a prevenção desses eventos. O Plano Diretor dos municípios de Casimiro de Abreu, Guapimirim, Maricá, Niterói, Tanguá e Teresópolis não contemplam a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas e também a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, como é possível observar no mapa a seguir que representa o indicador. Os municípios de Casimiro de Abreu e Tanguá declararam à MUNIC/2013 não possuem instrumentos de planejamento de nenhuma natureza referente à gestão de risco e respostas a desastres, portanto aparecem negativados no indicador, tanto em elementos presentes no **Plano Diretor**, quanto nos elementos presentes no **Plano Municipal de Saneamento Básico** voltados para a prevenção a desastres socioambientais. Tanguá, em resposta anterior a essa questão de origem dos dados considerados para o indicador, declarou não saber informar sequer se nos últimos cinco anos houve algum desses eventos em seu território.

Mapa 2 - Garantia de medidas preventivas aos desastres socioambientais

A) No Plano Diretor

Fonte: MUNIC - 2013



Guapimirim, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá não estão em processo de revisão. Desses, apenas Silva Jardim e São Gonçalo, declararam que seus Planos Diretores contemplam a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas e também a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas. O Mapa 2 (A) apresenta o resultado em termos de Plano Diretor dos 14 municípios da AAI.

Em Nova Friburgo o Plano Diretor é aguardado com grande expectativa após a tragédia de 2011 com a sua revisão. A cidadania ativa do território deseja que ele seja útil e bem elaborado para a segurança de fato da população.

poder receber recursos federais para projetos de saneamento básico. O PMSB é um instrumento estratégico de planejamento e de gestão participativa, devendo ser aprovado em audiência pública, apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal.

O PMSB deve tratar basicamente do abastecimento de água potável, do esgotamento sanitário, do manejo de resíduos sólidos e da drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Essas são medidas fundamentais que o município pode e deve adotar e que tem impacto na prevenção de eventos como enchentes e inundações graduais e enxurradas ou inundações bruscas, escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

As metas de cobertura e atendimento com os serviços de água como a coleta e tratamento do esgoto doméstico, a limpeza urbana, a coleta e destinação adequada do lixo urbano e a drenagem e o destino adequado das águas de chuva funcionam como medidas vitais na prevenção de eventos e desastres que vulnerabilizam a população.

A MUNIC levanta dados sobre a gestão de risco e respostas a desastres. Quando se refere ao PMSB, elenca também metas

obrigatórias em sua composição. Entretanto, os dados declarados pelos municípios mostram uma violação sistemática da garantia de direitos de cidadania na medida em que alguns tem seu PMSB contemplando determinados serviços referentes a essas metas e outros não, como no caso de Guapimirim, Nova Friburgo, Rio Bonito, Silva Jardim, o que é possível observar na **Tabela 3** do Indicador.

B) NO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)

Pesquisando o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o indicador de garantia de medias de prevenção pode ser visto de outro modo, mas não altera um quadro preocupante para a cidadania. A Lei de Saneamento Básico, Lei n.º 11.445/2007, determina que todas as prefeituras têm obrigação de elaborar PMSB sob o risco de não



Francisco Valdean - Imagens do Provo

Tabela 3**Garantia de medidas preventivas a desastres socioambientais**

B: No Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)

Fonte: MUNIC 2013

Municípios	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Limpeza urbana e manejo de resíduos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas
Cachoeiras de Macacu	●	●	●	●
Saquarema	●	●	●	●
Nova Friburgo	●	●	●	●
Rio Bonito	●	●	●	●
Silva Jardim	●	●	●	●
Guapimirim	●	●	●	●
Casimiro de Abreu	●	●	●	●
Magé	●	●	●	●
Maricá	●	●	●	●
Niterói	●	●	●	●
São Gonçalo	●	●	●	●
Teresópolis	●	●	●	●
Itaboraí	●	●	●	●
Tanguá	●	●	●	●

- O PMSB contempla medidas preventivas
- Medidas preventivas não contempladas no PMSB
- Não possui nenhuma das medidas preventivas no PMSB

Vale ressaltar o exemplo de Nova Friburgo no processo de revisão do Plano Diretor e na elaboração do Plano de Saneamento. A iniciativa vem sendo conduzida com grande estímulo à participação da população. As novidades do Plano Diretor de Nova Friburgo ganham projeção nacional e internacional. A elaboração de instrumentos de prevenção pode ser e vem sendo acompanhada por grupos de associações de moradores e outros que desejam participar

ativamente dos processos de desenvolvimento urbano. O exemplo de Nova Friburgo nos mostra canais abertos de informação e comunicação com reuniões comunitárias e escutas ativas.

O Bairro de Córrego D'Antas é destaque pela organização da comunidade e pelo apoio de diversas instituições para uma participação orgânica nos assuntos que dizem respeito ao Bairro. Foi criada a REGER Córrego D' Antas⁶ que é o melhor exemplo disso.

6 - "A Rede de Gestão de Riscos de Córrego Dantas (REGER Córrego Dantas) é uma iniciativa de diversas instituições (universidades, escolas, ongs, poder público e comunidades) que está promovendo discussões sobre a gestão de riscos na bacia do Córrego Dantas, em Nova Friburgo, que inclui as comunidades de Córrego Dantas, Cardinot, São Geraldo, Floresta dos Mendes, Granja Spinelli, Solares e Jardim Califórnia.

O objetivo dessa Rede é possibilitar uma integração de ações que permita a convivência da população local com as chuvas extremas que ocorrem na região, reduzindo os riscos para moradores, comerciantes e instituições." (CÓRREGO D'ANTAS <http://corregodantas.org/>)

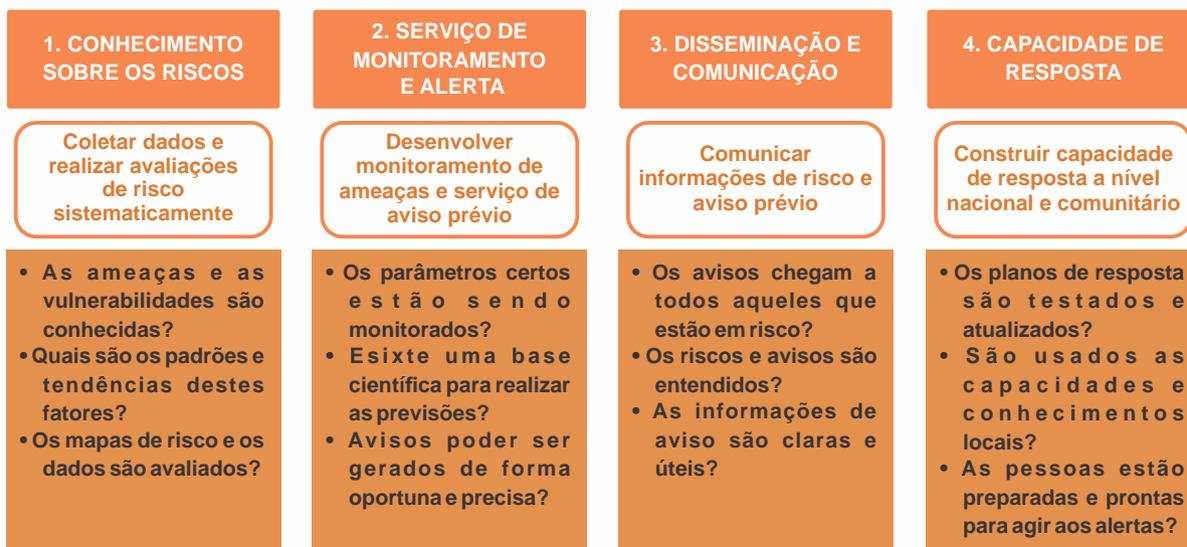
GARANTIA DE RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA EM CASO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS.

Os sistemas de alerta antecipados são fundamentais nas ações que visam redução de risco de desastres socioambientais, tais como perdas de vidas e impactos socioeconômicos. Acima de tudo, um sistema de alerta eficiente ajuda a garantir a permanência das famílias em sua residência, nos locais de origem, até que uma opção melhor a possibilite sair da área ameaçada ou uma medida estrutural torne o local seguro.

Tomando como base a Plataforma para a promoção de alerta antecipado, da UNISDR, o Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres (CEPED) aponta quatro elementos básicos e essenciais no estabelecimento de sistemas de alerta: 1- conhecimento sobre os riscos, 2- serviços de monitoramento e alerta, 3- disseminação e comunicação e 4- capacidade de resposta.

Figura 1 - Etapas para estabelecimento de sistema de alerta segundo UNISDR - 2015

Fonte: CEPED/UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres



Em termos de cidadania garantida para os casos de emergências, a questão de ter respostas à perda da própria casa e ter um local para morar é crucial. A falta de conhecimento técnico na identificação dos locais apropriados para construção, a própria construção muitas vezes improvisada, a ocupação e mecanismos que prejudicam o meio ambiente colocam em risco a vida de famílias inteiras que passam a viver em áreas de risco.

Os programas habitacionais para realocação de população em área de risco devem ser considerados pelos municípios que possuem parte da população carente de uma moradia digna⁷. Estes programas podem ser desenvolvidos na forma de reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros.

As prefeituras, seguindo as diretrizes dos programas habitacionais do Estado e Governo Federal devem buscar verbas ou criar recursos próprios afim de desenvolver projetos que garantam previamente a opção das pessoas em área de risco de escolher uma nova moradia.

Essa escolha deve se dar mediante condições acessíveis de aquisição da nova moradia e mediante a garantia de



7 - Sobre moradia digna: ver Indicadores do Direito à Moradia: Situação da Moradia Digna e Garantia de Planejamento da Moradia Digna em: incid.org.br

programas habitacionais, e sua efetivação, a partir de princípios que respeitem valores caros aos moradores e moradoras como: poder habitar em locais próximos da antiga moradia, em áreas assistidas pelos serviços públicos como luz, redes de água, esgoto, transporte, etc. e onde possam ser mantidos os vínculos sociais, econômicos e afetivos dos moradores com o local onde residiam.

A existência de programas que garantam a possibilidade de pessoas em área de risco saírem para áreas e habitações seguras são fundamentais nos municípios da AAI. Entretanto, dados da MUNIC de 2013 mostram que apenas os municípios de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Tanguá e São Gonçalo declaram possuir esse tipo de programa habitacional para a população de baixa renda em área de risco.

O desenvolvimento de sistemas de alertas prévios exige, portanto, um conhecimento amplo, tanto do poder público, quanto da comunidade, sobre as situações de risco, os lugares e as formas de comunicação e ações de segurança em caso de ameaças.

Na AAI, apenas Nova Friburgo, Teresópolis e Magé declaram à MUNIC possuírem algum tipo de sistema de alerta prévio que garanta a Segurança Humana em casos de ameaças de desastres socioambientais. Entretanto, há controvérsias na voz de quem vive e conhece de perto os problemas do seu município.

A seguir temos o mapa do indicador **Direito à Segurança Humana: Garantia de respostas de emergência em caso de desastres socioambientais**, mostrando os municípios que declaram possuir

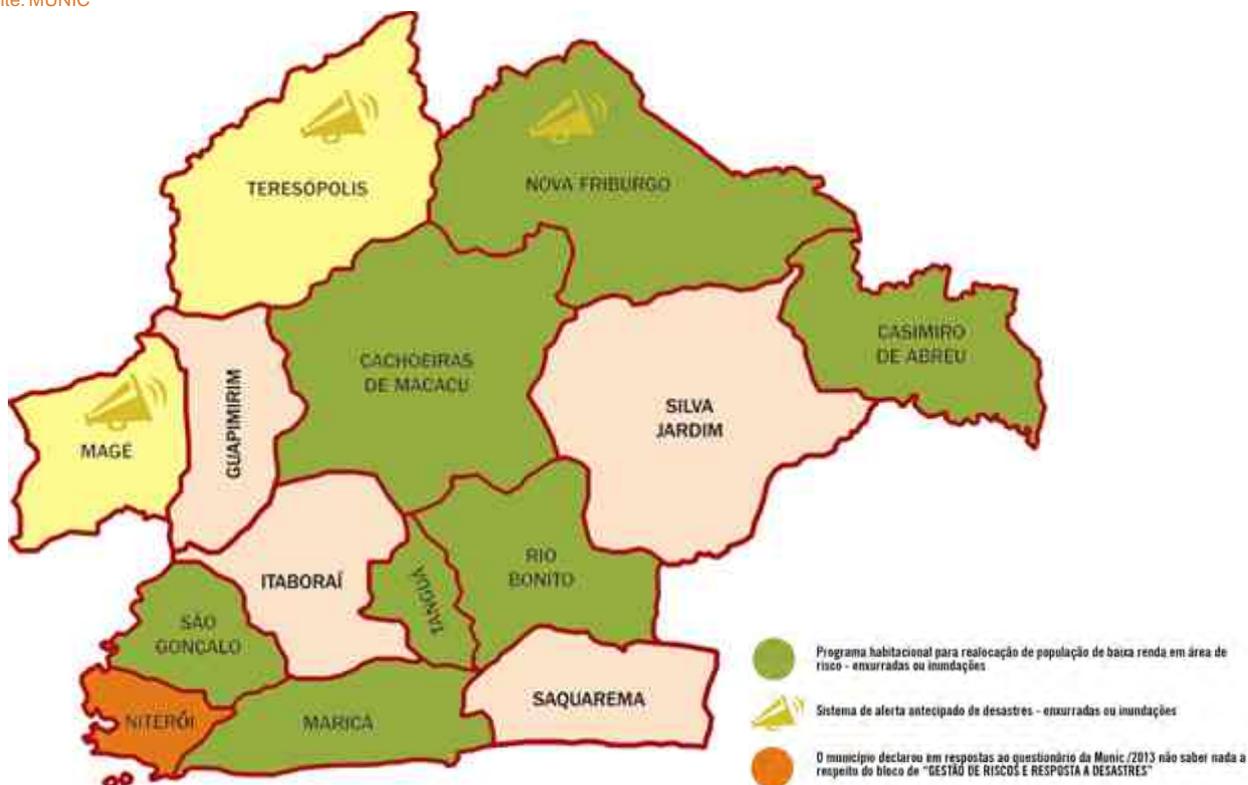
INDICADOR
05

Direito à Segurança Humana

**GARANTIA DE
SEGURANÇA HUMANA
PARA RESPOSTAS
DE EMERGÊNCIA EM
CASO DE DESASTRES**

Mapa 3 - Garantia de Segurança Humana para respostas de emergência em caso de desastres – 2013

Fonte: MUNIC



instrumentos para Segurança Humana em situações de emergência e no pós-evento, como o sistema de alerta antecipado e o programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco, cuidando assim para que a população do município possa ser informado previamente sobre possíveis desastres e contar com uma base mínima de apoio para dar continuidade à sua vida com dignidade.

É necessário considerar, nesses dados, a confiabilidade das informações passada pelas prefeituras à MUNIC/2013, uma vez que segundo dados do INEA e em sites da Defesa Civil, existem sistemas de alertas implantados e em funcionamento em Teresópolis, Niterói (CIEM/INEA), Nova Friburgo, São Gonçalo e Magé (CIEM/INEA).

Quanto aos programas habitacionais, identificamos que na Região Serrana (Nova Friburgo e Teresópolis) bem como em Niterói, ocorrem atualmente vários problemas relacionados à moradia devido à precariedade dos programas habitacionais para realocação da população de baixa renda em área de risco.

Segundo relatos da rede de cidadania, o Terra Nova vem sendo ocupado pelo tráfico de drogas e passa por preconceito tanto de pessoas de fora do Condomínio quanto de alguns moradores que desejam sair de lá.

São várias as reclamações de quem vive dentro do Terra Nova. Assim como em Teresópolis, quando se trata do Conjunto Habitacional Parque Ermitage, a questão básica relativa à toda política de habitação para população de baixa renda em Nova Friburgo no pós- tragédia foi a falta de respeito com a as vítimas quando não consideraram o aspecto socioafetivo das famílias em relação ao lugar e a forma de vida que costumavam ter relacionadas ao seu lar. A exemplo do que aconteceu com as famílias do Bairro Córrego D'antas, não houve do poder público o comprometimento em desenvolver um programa que se adaptasse às necessidades de cada um, que garantisse a possibilidade dessas famílias continuarem vivendo onde vivam e da forma como viviam.

A falta de política pública para a reconstrução também é marcada pela ausência de diálogo com o

poder público como no caso destacado de que a AMBCD fez um levantamento territorial e documental de todos os terrenos de potencial construtivo e apresentaram na forma de um Dossiê com fotos e detalhado e este documento foi entregue à Prefeitura que, segundo relatos da cidadania ativa, foi desconsiderado e engavetado pelo órgão. Hoje, nessas áreas apontadas nesse Dossiê estão sendo construídos galpões, empresas e indústrias. Moradores que tiveram que sair do bairro está insatisfeita no Terra Nova ou em outro lugar com a compra assistida, por ter sido obrigada a sair de seu ambiente, de ter perdido parte de sua história e os seus amigos.

A violação de direitos nesse caso tem várias faces, começa pela falta de respeito no planejamento e nas construções, passa pela falta de assistência e serviços aos moradores e aos novos conjuntos habitacionais e culmina com o desprezo pela participação ativa da cidadania contrastando completamente com um contexto de busca pela participação efetiva da cidadania nas políticas públicas, tanto no cenário internacional quanto nacional. Esse tipo de procedimento do poder público é extremamente desrespeitoso tanto com as vítimas, quando não leva em consideração suas necessidades e sentimentos após tanto terror, quanto com os grupos ativos da cidadania que voluntariamente se dedicam para dar legitimidade ao que a democracia demanda efetivamente: participação. São casos agressivos de violação dos direitos civis e políticos que vemos em contexto de desastres socioambientais marcando na parte mais sensível do ser humano um sentimento de fracasso e frustração numa sequência antecedida de luta pela sobrevivência e de tantas perdas irreparáveis.

Se todos, incluindo o poder público, foram pegos de surpresa pela magnitude da Tragédia da Serra, caberia minimamente uma atitude solidária e respeitosa no pós- tragédia que não foi contemplada com as medidas voltadas para a realocação da população.

Em Nova Friburgo, 1.857 unidades habitacionais foram entregues até 2015, sendo 96 apartamentos do Conjunto Habitacional Vista Bela, no bairro Floresta, 61 casas modulares, no Parque das Flores e 1.700, dos 2.300 apartamentos (43m²

cada) previstos, nos Condomínios Terra Nova, na estrada entre Conselheiro Paulino e Riograndina. As obras dos Condomínios Terra Nova são financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, com recursos dos governos federal, estadual e municipal e a Caixa Econômica Federal.

Em Niterói, após o desmoronamento do Morro do Bumba, um informante qualificado nos relata que ainda há famílias que não conseguiram sua moradia, apesar do Condomínio Viçoso Jardim, construído com 147 unidades habitacionais (com 36,1 m² cada) ter sido destinado aos desabrigados das chuvas de 2010. Este condomínio teve sérios problemas com rachaduras e infiltrações, alguns apartamentos foram entregues sem piso e sem janelas. Muitas famílias também foram para um condomínio no bairro de Várzea das Moças.

Problemas semelhantes acontecem com o Condomínio Zilda Arns, que vem sendo construído no bairro Fonseca pelo programa Minha Casa Minha Vida e financiamento da Caixa Econômica Federal. Esse Condomínio apresenta problemas como falta de nível dos pisos, vazamentos, rachaduras, portas que não fecham e ferrugem em caixas d'água.

Ainda hoje existem famílias morando áreas de risco nas proximidades do morro que caiu.

“Segundo a prefeitura de Niterói, 30 famílias do Morro do Bumba estão entre as 2.859 em toda a cidade que ainda recebem aluguel social e aguardam a entrega de apartamentos de programas governamentais para fazer a mudança. A Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que paga os benefícios, afirma que o total é 2.285.” (EBC, 2015.)

Em Teresópolis, as vítimas da tragédia de 2011 enfrentam sérios problemas com as medidas adotadas para assegurar uma nova moradia. A construção do Conjunto Habitacional Parque Ermitage, na Fazenda Ermitage, à beira da BR-116 (Rio-Bahia), passou por problemas com a liberação do terreno, problemas burocráticos e agora passa pela espera da construção de um Viaduto para liberar 700 dos 1.600 apartamentos (43,23m² cada) previstos. A entrega dos apartamentos estava prevista para 2014, e agora, a previsão deve ser para

fevereiro de 2017.

No caso de Teresópolis, também há um descontentamento por parte de um dos informantes qualificados que aguarda o imóvel: o fato das medidas adotadas nesse Programa Habitacional para Realocação da População de Baixa Renda em Área de Risco não ter respeitado os valores afetivos ao local onde antes residiam. Ele relata que construiu sua vida no Bairro Campo Grande, perdeu filhos e netos e que gostaria de reconstruir sua casa e poder voltar a morar lá, onde conheceu e viveu com sua esposa e onde vivia com seus filhos e netos que morreram na tragédia. Relata que a família de sua falecida esposa viveu lá durante mais de 100 anos e que o local tem um valor sentimental muito grande para ele que conhecia bem os vizinhos e tinham uma relação afetiva, familiar muito intensa.

Durante essa visita ao local, outros antigos vizinhos também estavam a visitar o local com parentes, fato que mostra o apego daquela comunidade com o bairro em que viviam. O lugar se confunde com a história da vida dessas pessoas. O apego pelo lugar, é o apego pela sua própria história. Para este informante, o apartamento que deve receber não contempla nem suas necessidades e nem seus valores.

O Conjunto Habitacional Parque Ermitage pretende reunir vítimas da tragédia de 2011 oriundas de diversos bairros, que hoje vivem no Aluguel Social, assim como nosso informante. A Associação de Vítimas da Tragédia de 2011 (AVIT) e a concessionária que administra a rodovia concordaram que a ocupação do condomínio seja feita somente após a construção desse viaduto, para evitar que as famílias que sobreviveram à Tragédia não tenham sua Segurança Humana novamente ameaçada, já que esse trecho da rodovia possui um altíssimo índice de acidentes.

No sentido de preparar as comunidades em risco para o enfrentamento de situações críticas a partir do envolvimento destas em programas de mudança cultural para participação, prevenção e treinamento, os NUDECs buscam garantir uma ação conjunta de toda a sociedade nas ações de Segurança Humana diante de desastres socioambientais. Estes núcleos procuram o

engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e cientes de seus direitos e deveres relativos à segurança, contando para isso como auxílio de um agente de Defesa Civil que representa um elo entre o poder público e sua comunidade, multiplicando as informações recebidas e articulando discussões sobre problemas e formas de intervenções.

Para este indicador de garantia do Direito à Segurança Humana para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais (programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco e sistema de alerta antecipado) também foi pensada a possibilidade de inserir os dados da MUNIC/2013 sobre os NUDECs, porém as informações contrastavam demais com a realidade dos municípios, como foi percebido ao longo das reuniões da cidadania ativa em que o tema foi abordado.

Concluimos esse indicador destacando a forma de organização pública dos 14 municípios e a forma de apresentação e comunicação destes por meio dos sistemas de comunicação via site. Com isso, é possível identificarmos as estruturas municipais do poder público de Defesa Civil e ao mesmo tempo identificar se há mecanismos ou não de trocas entre o poder público e a população de informações sobre as ameaças de desastres e as formas de prevenção.

Nos sites oficiais⁸ dos 14 municípios identificamos que apenas sete possuem uma Secretaria Municipal de Defesa Civil específica dentro da prefeitura para tratar das questões próprias dos desastres socioambientais e todos os mecanismos de prevenção, proteção e enfrentamento: Nova Friburgo, Teresópolis, Niterói, Magé, Maricá, Silva Jardim e Squarema. Itaboraí, Casimiro de Abreu e Cachoeira de Macacu possuem secretarias mistas: Secretaria de Segurança e Defesa Civil em Itaboraí, Secretaria de ordem Pública e Defesa Civil em Casimiro de

Abreu e Secretaria de Saúde e Defesa Civil em Cachoeiras de Macacu. Já os municípios Tanguá, São Gonçalo, Rio Bonito e Guapimirim possuem uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil cada.

Encontramos sites exclusivos das Secretarias de Defesa Civil de Nova Friburgo e Niterói e da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de São Gonçalo, apenas. Abrigando informações mais detalhadas sobre Segurança Humana e defesa civil dentro do site oficial da prefeitura municipal, temos os sites de Teresópolis e Maricá. Nos demais municípios temos apenas informações básicas como o endereço, telefone e, no máximo, o nome do gestor responsável. Vale destacar que Cachoeiras de Macacu e Teresópolis, possuem um blog com conteúdos mais completos do que os presentes nos sites oficiais.

As respostas de emergência atualmente vêm ganhando projeção no enfrentamento para garantia da Segurança Humana nas gestões de desastres socioambientais. Aparecem sob várias formas e se ampliam a partir da apropriação e do desenvolvimento tecnológico que as viabilizam.

GARANTIA DE ALERTAS DE CHEIAS PARA RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA EM CASO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Os sistemas para alertas prévios são fundamentais na Segurança Humana em situações de desastres, pois permitem que as pessoas sejam informadas sobre a possibilidade de ocorrerem os desastres à medida em que o nível de perigo vai se intensificando, permitindo dessa forma que as pessoas se preparem, se organizem e tomam as

8 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU. <http://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU. <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM. <http://guapimirim.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. <http://www.itaborai.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. <http://www.mage.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. <http://www.marica.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. <http://www.niteroi.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. <http://www.pmnf.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO. <http://www.riobonito.rj.gov.br/prefeitura/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA. <http://www.saquarema.rj.gov.br/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM. <http://www.silvajardim.rj.gov.br/site/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ. <http://tangua.rj.gov.br/home/>, PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Disponível em : <http://www.teresopolis.rj.web.br.com/>. Acesso em 22/10/2015, DEFESA CIVIL DE NOVA FRIBURGO. Disponível em : <http://defesacivilnf.wix.com/home>. Acesso em 22/11/2015, DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO. Disponível em : <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/municipios/cidades-resilientes.html> . Acesso em 22/11/2015, _____. Disponível em : <http://www.defesacivil.sg.nom.br/> Acesso em 22/11/2015

medidas de segurança cabíveis para o enfrentamento. O sistema de alerta, como um sistema de informação, é o que de imediato melhor permite o enfrentamento.

O sistema de alerta base deste indicador é o de Alertas Hidrometeorológicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e o seu órgão Instituto Estadual do Ambiente (INEA). O Centro responsável pela gestão dos desastres no âmbito do INEA é o Centro de Informação e Emergências Ambientais (CIEM)⁹. Cabe a este órgão colocar em ação o Plano de Contingência (PCI/INEA)¹⁰. O Indicador com dados referentes aos alertas emitidos entre 2009 e 2014 revela uma forma de garantia de direitos pelo poder público no enfrentamento dos desastres socioambientais.

Os Planos de Contingência são elementos importantes na gestão pública das ameaças e cada município do Estado, no início de 2015, estava desenvolvendo o seu com apoio da EsDEC. Os Planos de Contingência estabelecem procedimentos, normas e funções para cada instituição pública em caso de desastre e são por essas instituições assinados.

O Estado do Rio de Janeiro também tem seu Plano de Contingência definido pelo INEA e outros

órgãos. Tivemos acesso ao Plano de Contingência Institucional para desastres naturais- PCI/ INEA- respostas às emergências, e desastres: enchentes, enxurradas e escorregamentos). Ele nos permite saber quais os órgãos realizam quais funções em consonância com o acionamento do Grupo Integrado de Ações Coordenadas (Grac) com base numa Matriz de Articulação Interinstitucional elaborada pela Secretaria de Estado da Defesa Civil (Sedec). Esse Plano busca integrar todos os setores do INEA envolvidos, de alguma forma, com as questões emergências que envolvem os desastres socioambientais afim de alinhar procedimentos e ações de resposta¹¹.

O PCI / INEA define as atribuições pelas seguintes ações: Ações de Monitoramento e Mobilização, Ações de Resgate e Salvamento, Ações de Gestão Direta dos Sinistros, Ações de Segurança das Áreas Sinistradas, Ações de Apoio Técnico e Operacional, Ações Assistenciais, Ações de Avaliação de Danos e Ações de Reabilitação dos Cenários dos Desastres e dos Serviços Essenciais.

Os alertas hidrometeorológicos começam a ser enviados quando os níveis dos rios atingem 80% da capacidade do curso d'água, seguindo os seguintes estágios de monitoramento:

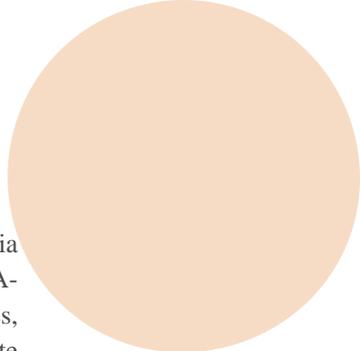


Figura 2 - Estágios de monitoramento do Sistema de Alerta de Cheias

Fonte: SEA/ INEA, Metodologia do Envio dos Alertas - 2014



9 - "O Ciem é responsável pela operacionalização do Sistema de Alerta de Cheias, pelo atendimento às emergências ambientais tecnológicas envolvendo produtos químicos perigosos e pela integração dos dados relativos ao monitoramento das áreas vulneráveis a incêndios florestais em todo o Estado do Rio de Janeiro em estruturação. (...) o Ciem desenvolve e aprimora métodos e procedimentos operacionais que visam a implementação de planos emergenciais do Inea." (INEA, PLANO DE CONTINGÊNCIA INSTITUCIONAL PARA DESASTRES NATURAIS – PCI/Inea, 2014)

10 - O Plano de Contingência Institucional (PCI) do Inea tem como objetivo estabelecer protocolos de acionamento e mobilização de meios (pessoal, equipamentos e material), previamente quantificados junto aos setores participantes, para atender às demandas operacionais de desastres naturais, em consonância com o acionamento do Grupo Integrado de Ações Coordenadas (Grac) com base numa Matriz de Articulação Interinstitucional elaborada pela Secretaria de Estado da Defesa Civil (Sedec).

11 - "Como responsável pela gestão dos desastres no âmbito do Inea, cabe ao Ciem colocar em ação o Plano de Contingência (PCI/Inea), o que implica mobilizar, articular e coordenar todas as ações do Inea para o pronto atendimento às emergências que surgirem." (INEA, PLANO DE CONTINGÊNCIA INSTITUCIONAL PARA DESASTRES NATURAIS – PCI/Inea, 2014)

O sistema de alerta se faz por meio de Canais de divulgação como Página do monitoramento, SMS, e-mail (grupo do governo do ERJ), Facebook e Twitter.

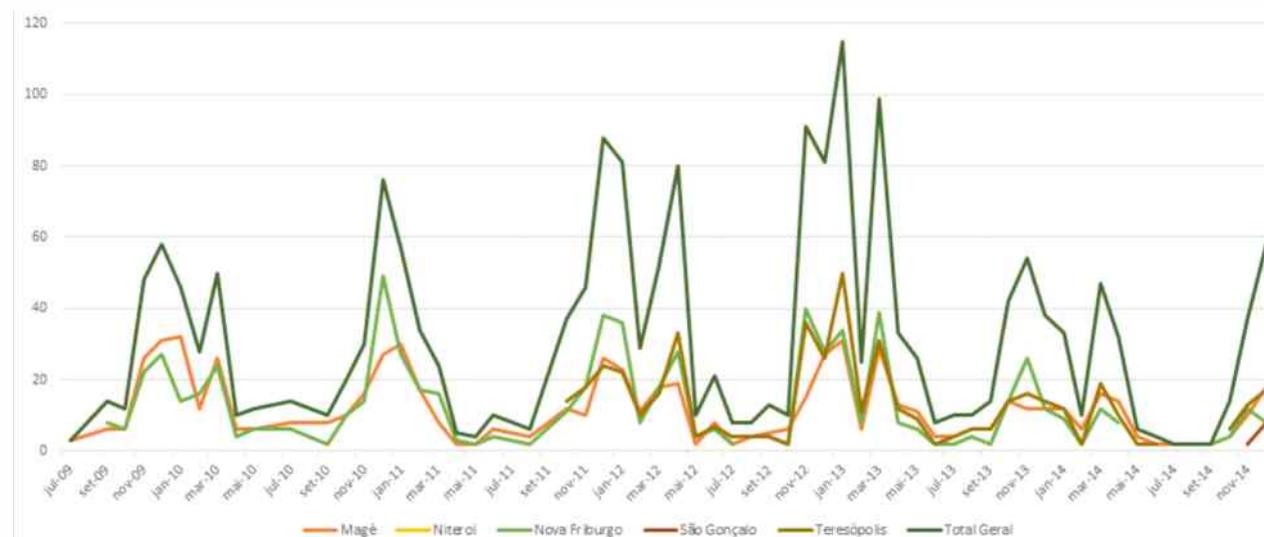
O estado de **Vigilância** refere-se à necessidade de monitorar as condições hidrometeorológicas que ainda que sem chuvas significativas que possam conduzir a elevação do nível das águas dos rios; o estado de **Atenção** representa a previsão de possibilidade de elevação dos rios em decorrência de chuvas dentro de 12 horas. Quando as condições meteorológicas podem favorecer a ocorrência de chuvas significativas (acima de 20 mm/h) para a elevação do nível dos rios monitorados, há uma alteração de estágio de **Vigilância** para estágio de **Atenção** de forma que os órgãos competentes e as comunidades possam agir preventivamente visando minimizar as consequências destes eventos. Havendo redução dessa possibilidade, o estado de vigilância retorna, caso contrário, é revalidado por mais 12 horas e, em caso de elevação das condições meteorológicas, é emitido o aviso de **Alerta** configurando uma subida do nível do rio acima do normal. Durante este estágio, os agentes de Defesa Civil e a população são preparados uma eventual evacuação das áreas marginais ao rio em risco de inundação. Se há intensificação das condições meteorológicas, fazendo com que o rio atinja a iminência de transbordamento e havendo a

previsão de continuação das chuvas nas próximas horas é emitido um aviso de **Alerta Máximo**. Em estado de **Alerta Máximo**, as pessoas são orientadas a saírem das proximidades dos rios e conduzidas para áreas protegidas das cheias, de acordo com o plano de contingência vigente da Defesa Civil. Uma vez ultrapassada a cota de transbordamento do rio monitorado, a equipe de monitoramento emite um aviso de **Transbordamento**, na sequência, é feita uma análise do evento de cheia que fará parte do Relatório Hidrometeorológico Mensal do Sistema de Alerta de Cheias. Caso o **Transbordamento** tenha ocasionado prejuízos socioeconômicos ao município, o evento é caracterizado como **Desastre**. Sendo observado, a qualquer momento pela equipe de monitoramento, que o nível do rio desceu e encontra-se tendendo ou já estando normal, mediante a confirmação de que não há mais risco de chuvas e cheias, há retorno para estágio de **Vigilância**.

Na AAI, são apenas cinco os municípios monitorados por esse sistema de alerta de cheias (avisos Hidrometeorológicos): Nova Friburgo, Teresópolis, Niterói, São Gonçalo e Magé. Podemos perceber que pelos monitoramentos ocorridos nesse período de 2009 até 2014 esses municípios vivem praticamente em estado de **Atenção**.

Gráfico 4 - Garantia de alertas de cheias para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais
Total de avisos hidrometeorológicos segundo município - 2009 a 2014

Fonte: CIEM



INDICADOR

06

Direito à Segurança Humana

GARANTIA DE ALERTAS DE CHEIAS PARA RESPOSTAS DE EMERGÊNCIA EM CASO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

O ano de 2013 foi o que ocorreu o maior número de envio de alertas registrados. Isso certamente se dá não apenas pelos aspectos hidrometeorológicos, mas também pelo desenvolvimento e pela estruturação por que vem passando o próprio sistema.

A população de Nova Friburgo e Teresópolis por vezes se confundem quanto à origem dos alertas. Após as ocorrências de desastres socioambientais na Região Serrana em 2011 o Brasil vem ampliando mecanismos de monitoramento de alertas¹². O CEMADEN passou a operar desde 02 de dezembro de 2011 nesse processo. Ele é mais um órgão de monitoramento de alerta em casos de desastres socioambientais a atua na emissão de alertas para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

O grande problema apontado por esse indicador, na verdade, é a falta desse tipo de monitoramento em todos os municípios e não apenas os considerados mais sensíveis. Fato que estamos diante de fenômenos inesperados e que não

tem necessariamente data nem local específico, embora, muitas áreas possam ser sim identificadas como de maior risco. O exemplo de Teresópolis nos mostra que apesar de sensível, antes dos desastres de 2011, não havia esse sistema de monitoramento. Foi necessário algo dessa proporção para que Teresópolis recebesse a atenção do poder público nesse tipo de serviço. Foi necessária a violação extrema do direito à Segurança Humana, com tantos óbitos e perdas, para que o poder público passasse a olhar para a Região Serrana com a devida atenção.

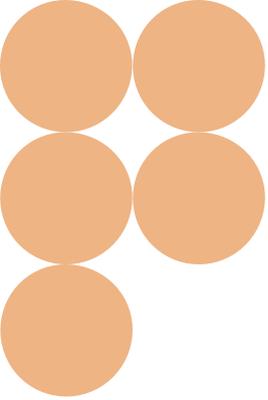
Outra questão a se pensar também é o da tecnologia para dar conta de monitorar efetivamente os desastres de grandes proporções como o da Serra em 2011. Nova Friburgo possuía o monitoramento, mas não havia comunicação eficiente e o preparo mínimo necessário para garantir o direito à Segurança Humana da população que foi atingida. Da mesma forma, é fundamental o cuidado na ampliação e manutenção das articulações e as trocas entre o poder público e as comunidades locais.

Atualmente se nota, pelas falas nos Grupos de Discussão da cidadania de Nova Friburgo, um reconhecimento e uma tolerância maior em relação ao poder público, uma vez que nesse processo, ambos parecem ter começado a aprender juntos os mecanismos de segurança. Os sistemas de alerta antecipados são extremamente valiosos para esses municípios. A cidadania ativa identifica o esforço e o aprendizado que o poder público vem tendo e os trabalhos que vem desenvolvendo, embora reconheçam também que velhos problemas relacionados as organizações e instituições como a falta de comunicação e troca de conhecimentos entre os órgãos públicos.

A dimensão da Cidadania Garantida nos

12 - O CEMADEN está no grupo das Agências de Cooperação que são notificadas pelo CIEM. Da AAI, apenas os municípios de Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo recebem notificações do CEMADEN. Assim como todas as novidades e sistemas que estão sendo implementados pelo poder público, o CEMADEN está se desenvolvendo na busca pelo aumento da capacidade da sociedade na redução dos efeitos dos desastres afim de reduzir vítimas e prejuízos. "A linha de ação prioritária tem como meta fornecer dados sobre áreas de risco relacionadas a escorregamento de encostas, enxurradas e inundações no país. Posteriormente será construída sede própria para o Centro, onde serão abordados outros tipos de desastres naturais associados com secas, descargas elétricas, ressacas, vendavais, granizo, etc." (<http://www.cemaden.gov.br/>)





permite observar que a garantia de segurança humana na prevenção e no enfrentamento dos desastres socioambientais obedece ao fator necessidade. Ainda predomina uma ação pública reativa após os desastres socioambientais. A reação e a ação preventiva deveriam caminhar lado a lado. Faltam equipamentos que permitam o monitoramento em toda a AAI, porque a exemplo da Serra, apesar de eventos de rotina, não há como prever o evento extremo inesperado e nem o local onde esse pode ocorrer sem equipamentos adequados. Para além da prevenção, o conhecimento das áreas do município e o planejamento urbano são elementos chaves para a redução da vulnerabilidade e da garantia de Segurança Humana no caso desastres socioambientais.

OUTRAS MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE DIREITOS EM FACE DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Como já mencionado, não foi possível a produção de indicadores com base em informações sobre os NUDECs e os Planos de Contingência Municipal. Os números apontados pela MUNIC estavam muito fora da realidade dos municípios, segundo constatação em reuniões com a cidadania ativa dos territórios, em especial de Teresópolis. Já os Planos de Contingência Municipal, não conseguimos acessar, apesar da tentativa junto à EsDEC, órgão que capacita, orienta e acompanha a produção dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Os NUDECs são espaços cujo objetivo é preparar as comunidades em risco para o enfrentamento. Independentemente do desastre, a primeira resposta é sempre dada pela própria população que está no local. Por isso a comunidade

deve estar preparada para o enfrentamento mesmo antes da chegada dos profissionais que atuam nessa área.

A partir de 2011 a Região Serrana passou a receber formação para a implementação dos NUDECs. Eles recebem o reconhecimento da população local como um programa importante no enfrentamento dos desastres.

“Nas chuvas de verão de 2012, os NUDECs formados a partir da iniciativa da CARE Brasil atuaram e salvaram vidas. É uma comemoração das comunidades e da própria Política Nacional de Defesa Civil, que identifica nessa experiência indicadores de que a política está adequada quando compreende que as comunidades também devem ser parceiras na redução de riscos de desastres.” (SORENSEN e DUTRA, 2012. p. 8)

A necessidade de informações é uma constante para a luta que qualquer direito, mas para a da Segurança Humana em casos de desastres ambientais a informação é elemento para salvar vidas. Sirenes, estação meteorológicas, pluviômetros e outros fazem parte dos aparatos necessários para prevenção e alerta. Mais detalhes sobre os NUDECs, as sirenes, pontos de apoio, etc. é possível obter nos sites das Defesas Cívicas dos Municípios e do Estado.

A Região Serrana luta para a presença de mais NUDECs nos bairros e comunidades de forma que possibilitar as pessoas se encontrem, se capacitem, se organizem. Entretanto, este núcleo não parece ser visto com a mesma relevância pela Defesa Civil, segundo a cidadania ativa de Nova Friburgo.

A primeira cartilha¹³ foi desenvolvida com a iniciativa da CARE Brasil e os primeiros equipamentos presentes nele eram: rádios, gerador, quatro rádios amadores para garantirem a comunicação, informa a cidadania ativa de Nova Friburgo que também estão começando a alimentar uma base de dados com informações diversas e um Mapa de Risco



13- “O manual é direcionado a entidades, movimentos sociais ou grupos comunitários que desejem replicar essa iniciativa e minimizar riscos de novos desastres. Após apoiar a formação de três Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), a ONG [CARE Brasil] lança, em parceria com as Defesas Cívicas de Nova Friburgo e Teresópolis, um inédito Manual de Formação de NUDECs.” Fonte: CARE. Manual de Formação de Núcleos Comunitários. Disponível em: <http://www.care.org.br/sala-de-imprensa/releases/care-brasil-lanca-manual-de-formacao-de-nucleos-comunitarios-de-defesa-civil/> (Acesso em 24/08/2015).

Cidadania Percebida

AS AMEAÇAS E AS AÇÕES PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: O DRAMA HUMANO DE CONVIVER COM TRAGÉDIAS SOCIOAMBIENTAIS E O DESCASO COM A CIDADANIA.

O conteúdo aqui apresentado consiste em informações qualitativas a partir do desenvolvimento de Grupos de Discussão em alguns municípios da AAI, com o objetivo de levantar pistas que possibilitem futuramente a produção de indicadores. Estes apontamentos são preciosas bases exploratórias para estudos futuros que possam vir a colher dados destas questões de forma metodológica representativa estatisticamente, permitindo produzir indicadores.

Alguns elementos de base qualitativa nos permitiram mapear percepções iniciais em Nova Friburgo, Teresópolis, Niterói, São Gonçalo e Magé sobre a efetividade do Direito à Segurança Humana em caso de desastres socioambientais, explorando a aguda experiência de representantes de organizações da cidadania ativa desses territórios e a visão para as diferentes situações que as ameaças socioambientais possam estar trazendo para a qualidade de vida da população.

Foram desenvolvidos 10 Grupos de Discussão, dois em cada município. Eles foram trabalhados separadamente, um com representantes da cidadania ativa na luta pelos direitos humanos básicos frente aos desastres socioambientais e outro com munícipes não afetados diretamente por desastres socioambientais. (mais detalhes ver Anexo I-Metodologia).

Esta formatação dos grupos se deu para facilitar o diálogo entre os membros permitindo também manter os característicos níveis de entendimento e comportamento de cada um, explorando ao máximo suas visões do contexto, contribuições e experiências.

Para cada um dos cinco municípios citados, temos elementos que nos remetem à visão sobre as características positivas e negativas do município, sobre as áreas de risco, os históricos de desastres socioambientais, a sensibilidade em relação aos desastres, a visão a respeito das ações e das garantias do poder público diante dos desastres socioambientais e sobre a própria atuação cidadã.

Uma questão muito presente desde os primeiros encontros do Incid em oficinas com organizações da cidadania ativa dos municípios mais afetados, especialmente Nova Friburgo e Teresópolis, é a saúde emocional das pessoas que foram vítimas das tragédias.

Neste sentido, diante da falta de dados que refletissem essa realidade na forma de indicador, aproveitamos também os grupos de discussão para abordar as questões relativas à saúde nesse contexto. Esse conteúdo e os demais específicos de cada um dos cinco municípios em destaque passam a ser apresentados nos itens a seguir.



Francisco Valdean - Imagens do Povo

Nova Friburgo

Nova Friburgo chama a atenção dos não afetados pela sua natureza exuberante: a fauna, a flora, as cachoeiras, o clima, etc. são elementos que trazem orgulho a quem vive no município. Essa natureza exuberante poderia ser aproveitada para projetos turísticos e culturais, para a garantia de diversão para a população e ampliação do potencial econômico. Conhecida como "Capital Nacional da Moda Íntima", a "Suíça brasileira", vem perdendo espaços em mercados tradicionais como o da moda íntima e alguns problemas incomodam bastante à população: falta de postos de trabalho, falta de albergues para moradores de rua no inverno, degradação do patrimônio público, saúde e educação precária, alto custo das moradias, falta de acessibilidade, má sinalização, má pavimentação das ruas e falta de transporte público para quem reside em áreas mais distantes. Destes, os mais graves são em ordem de prioridade: a saúde (falta de postos de saúde, falta de remédios controlados e venda de senha para atendimento em postos públicos), a educação, a falta de trabalho, de cultura, de lazer e a falta de exploração do turismo.

Representantes da cidadania ativa, com sua ampla visão sobre Nova Friburgo identifica toda a margem do Rio Grande de Cima, do Rio Córrego D'Dantas, do Rio Bengala, do Rio Santo Antônio, do Rio Cônego até o bairro de Conselheiro Paulino como áreas de risco. Nos bairros de Salinas, São Lourenço, a parte rural de Campo Coelho e de Conquista, em especial às margens dos rios, são áreas de maior risco de alagamento.

Já sobre os deslizamentos, participantes dos Grupos de Discussão percebem que em cada bairro do município tem uma encosta povoada. Áreas atrás do Supermercado Cavalão Preto, no Paissandu, na Rua Tassarolo, os bairros Conselheiro Paulino, Cordoeira, Catarcione são identificadas no diálogo.

Entretanto, representantes da cidadania ativa de Nova Friburgo percebem que a concepção de

áreas de risco é relativa e depende acima de tudo do tratamento que é dado pelo poder público em obras de infraestruturas que promovem ocupações seguras mesmo em áreas naturalmente de relevo inclinado. Isso os conduzem à percepção de que Vale dos Pinheiros, por exemplo não é uma área de risco porque o dono do condomínio Vale dos Pinheiros é engenheiro e promoveu uma ocupação planejada. Outras áreas, como Três Irmãos, Córrego D'Antas e Vilage (no Centro), passaram ou estão passando por obras de contenção que permitem uma ocupação segura.

Com o evento de 2011, as áreas mais afetadas foram: Córrego D'Antas, Duas Pedras, Vila Amélia, São Geraldo, Conselheiro Paulino, o Centro de Nova Friburgo, Maria Teresa, Prado, Lagoa Seca, Jardimlandia, e o entorno de Conselheiro (Três Irmãos, Jardim Califórnia, Tauru), além das áreas do Centro em direção a Teresópolis.

Mansões como em Barão (perto do Califórnia), foram destruídas e nesse caso o evento vitimou ricos e pobres. Ainda assim, a cidadania ativa de Nova Friburgo percebe que os pobres são os mais atingidos e fragilizados e percebem que proporcionalmente, os pobres foram significativamente mais atingidos. Áreas muito pobres como Catete, Alto do Catete, Curuzu, Barracão dos Mendes não foram afetadas porque a chuva não castigou mais intensamente, mas são áreas bastante vulneráveis do ponto de vista da Segurança Humana. Da mesma forma, Lumiar e São Pedro da Serra são identificados também como possíveis locais de risco, embora tenham consciência de que não são capazes de apontar com certeza todas as áreas de risco do município.

Para além da tragédia de 2011, a cidadania ativa trás na lembrança ora pessoal ora literária da história de Nova Friburgo que desde 1930 são constatados alagamentos. O ano de 1979 também foi bastante crítico, levando famílias inteiras a óbitos (cerca de 40 pessoas) devido a uma tragédia provocada pela chuva. Os bairros de Olaria e Cônego são lembrados pelo deslizamento de terras e vítimas fatais. Em 1986 alguns prédios do Catarcione desabaram matando muitas pessoas e em Córrego D'Antas também houveram mortes. Os anos de 1994, 1995 e 1996 também são apontados

com alagamento no Paissandu no Natal de 1996 e enchente em Vila Mariana. Em 1995 a área mais afetada foi Olaria cuja enchente trouxe vítimas por afogamentos de pessoas dentro das casas. Já em 2007 no bairro de Riograndina houve deslizamentos que destruíram casas e Conselheiro Paulino e Morro do Rui também foram afetados, sendo apontadas 11 mortes nesse ano. Entre 2005 e 2011 aconteceram cerca de seis enchentes, declaram e relembram que o distrito de Lumiar chegou a ficar isolado numa dessas ocorrências.

Após 2011, em janeiro de 2012, ocorreram alagamentos em Duas Pedras e Córrego D'Antas e em 2013, 2014 e 2015 vem ocorrendo secas. Essas estiagens também foram identificadas pelos não afetados.

A sensibilidade em relação aos desastres ambientais em Nova Friburgo é a maior possível, altíssima. A palavra **ÁGUA** remete a população aos desastres ambientais, precisamente às enchentes, e, a palavra **CHUVA**, aos traumas oriundos de 2011.

A experiência do evento de 2011 trouxe para a cidadania ativa do território uma série de avaliações sobre a falta de preparo que antecedeu a essa tragédia bem como ao sofrimento durante e depois, conduzindo-a a uma leitura sistemática capaz de identificar os principais problemas com sobriedade. O primeiro destes problemas reflete o extremo da falta de Segurança Humana: a “perda de vidas”. Na sequência, temos: a falta de abrigo e os problemas relacionados a realocação de pessoas; falta de ajuda psicológica; perda de infraestrutura urbana; falta de infraestrutura nas comunidades atingidas; falta de comunicação; especulação imobiliária; despreparo para o enfrentamento de desastres socioambientais; despreparo da população em primeiros socorros; a chegada dos mortos no Instituto de Educação de Nova Friburgo (IENF) e a falta de Instituto Médico Legal (IML) e caixões; falta de médicos; falta de política pública para reconstrução; indícios de corrupção; desrespeito com a população; falta de dados socioambientais antes dos eventos para prevenção; desordem política e administrativa; falta de gestão dos donativos; falta de mapeamento das áreas de riscos antes da tragédia; desmobilização das comunidades e instabilidade política. Falta ajuda psicológica no pós-tragédia.

Relatos de morte por depressão e junto a eles o descaso do poder público e as carências no sistema de saúde foram marcantes nos diálogos da cidadania ativa. Profissionais como neurologistas e psiquiatras faltam no sistema público e apenas quem pode pagar o tratamento e a assistência particular é que recebe tratamentos. Isto demonstra uma clara violação de direitos pela falta de acesso pelos mais pobres

Os profissionais para tratamento psicológico devem ser especialistas em pós-tragédia e não profissionais comuns e o município recebeu ajuda desses profissionais de fora, mas estes foram embora sem antes preparar outros profissionais para permanecerem no atendimento. Foi salientado ainda que Nova Friburgo é o maior consumidor de medicamentos controlados, tendo representantes da cidadania ativa citado o Rivotril como medicamento mais consumido no Brasil no Estado do Rio de Janeiro e muito em função da Região Serrana.

A violação de direitos por parte do poder público se mostra também pela falta de sensibilidade para a questão do sofrimento psicológico da população. A falta de ajuda especializada se faz presente em relatos sobre a desorientação para a ajuda dos Médicos Sem Fronteiras, a ausência de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI) na cidade – não havia na época da tragédia e atualmente as demandas são muito altas, a falta de qualificação do profissional para lidar com pós-tragédia e o desinteresse de instituições de saúde por terapias gratuitas como a “Terapia Comunitária Integrativa” (uma roda terapêutica para aliviar os estresses, onde as pessoas se expressam).

A cidadania ativa identifica uma desarticulação entre as diversas esferas do poder público e consequentemente as políticas públicas nesse processo que inicia com uma divisão dos órgãos públicos pela partilha de origem partidária após as eleições. Esta partilha entre os partidos e grupos aliados é a responsável pela falta de comunicação entre os órgãos que deveriam se unir com propósitos comuns.

Os/as representantes de organizações

cidadania ativa de Nova Friburgo tem plena consciência do crescimento forçado ao qual foi conduzida na luta pelos direitos em caso de desastres socioambientais. Da mesma forma, percebem que o município atualmente desponta no cenário mundial relacionado aos fenômenos que ilustram as consequências das mudanças climáticas. Percebem claramente vários fatos que fizeram de Nova Friburgo uma referência no cenário nacional para as políticas públicas de prevenção e enfrentamento dos desastres socioambientais. A participação intensa da cidadania ativa em capacitações, estudos, diagnósticos, etc., como parte de suas lutas, facilita essa percepção e os coloca na participação de planos e planejamentos capazes de tratar do item definidor da garantia de Segurança Humana: a prevenção.

Relatam que, segundo os Médicos sem Fronteiras, Santa Maria (RS) conseguiu mobilizar uma cidade inteira a partir da experiência com a tragédia de 2011 e contavam com caminhão frigorífico e hospital de campanha. A cidadania ativa de Nova Friburgo entende que hoje precisam ter e confiar no seu Plano de Contingência, mais do que um IML pra 2 mil pessoas.

O apoio solidário e o apoio científico de instituições (a maioria da cidadania ativa) de âmbito nacional e internacional trouxeram e vem trazendo uma rica troca de experiência para a cidadania ativa local. Algumas dessas instituições que ganham esse reconhecimento da cidadania ativa local nesta análise dos grupos de discussão são: a CARE, a Jovens com uma Missão (JOCUM), os Médicos sem Fronteiras (MSF), a Marinha e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Teresópolis

Em Teresópolis, assim como em Nova Friburgo, as belezas naturais são destaque na percepção do que o município tem de melhor. Na visão dos não afetados, a preocupação com o meio ambiente, o aquecimento global, o clima, a falta de segurança pública, de mobilidade urbana, de saneamento ambiental, a precariedade dos serviços de saúde e de educação estão atrelados ao perceptível descaso do poder público.

Para uma melhoria do sistema de saúde em Teresópolis, os não afetados identificam que seria necessário a contratação de médicos, a criação de farmácias municipais, uma política que garanta uma melhor estrutura no atendimento e uma gestão composta por profissionais qualificados.

No caso da educação, a melhoria também se daria com uma boa administração, com estrutura, com profissionais competentes e com a criação de um regimento interno escolar.

O planejamento urbano necessita da implementação do Plano Diretor Municipal, a criação de normas e regras para especulação imobiliária, de projetos paisagísticos e Infraestrutura para transporte, bem como áreas públicas de lazer como bibliotecas, cinemas e teatro.

Os problemas relativos à segurança pública, podem ser amenizados com a contratação de policiais, com a melhoria das estruturas das delegacias, com uma autonomia do Conselho Tutelar, com casas de acolhimentos para mulheres, para o menor infrator, dependentes químicos e para pessoas em situação de risco. Também é apontada a necessidade e de uma estruturação da equipe técnica.

O município carece de algo fundamental para a garantia de direitos em todos os níveis, o que os não afetados chamaram de “Fiscalização”, que nada mais é do que a estruturação e capacitação de pessoas para orientar o cidadão em caso de denúncias e informações. Os cidadãos e cidadãs necessitam que o poder público crie mecanismos e estruturas para receber as denúncias e divulgar as informações.

O transporte público também é apontado como problemático em Teresópolis, para sua melhoria, são necessários: nova licitação para novas empresas, criar uma integração do sistema público de transporte com a criação de um sistema de passes e um programa que conceda descontos para moradores para transporte intermunicipais e a ativação de rede ferroviária.

Apesar do saneamento ambiental ser citado como problema e do planejamento urbano ser uma necessidade, a percepção da relação destes com os



Francisco Valdean - Imagens do Povo

desastres socioambientais não apareceu de forma explícita. Entretanto, a pronuncia da palavra CHUVA conduz à ideia de desastres socioambientais causados pela precipitação no município, revelando uma alta sensibilidade para noção de vulnerabilidade a qual sente-se expostos.

A tragédia de 2011 é a tônica da população quando convidada a resgatar os principais eventos que causadores de desastres socioambientais me Teresópolis. Para além de 2011, apenas relembaram o ano de 1979, quando uma forte chuva causou deslizamentos levando a óbitos pessoas no bairro de São Pedro.

As lembranças de 2011 são fortes e inquietantes. Com um forte pesar de todos os participantes relembra a tragédia em vários pontos tanto no centro do município como nas áreas rurais e periféricas onde perderam amigos, vizinhos e familiares. Há um descontentamento com os números oficiais de “918 mortos” e acreditam que o número real de mortos pode ser até 20 vezes maior e apontam que a justificativa para o poder público omitir o verdadeiro número de óbitos seria uma possível intervenção da ONU na gestão do município.

A percepção de que a perda da população foi muito grande se faz pelo exemplo citado de um membro da cidadania ativa que observa a drástica redução do número de pessoas que cotidianamente circula atualmente na rodoviária onde trabalha. O número de caminhões frigoríficos parados em frente ao necrotério também é apontado como referência de uma grande quantidade de mortos, pois segundo as lembranças eram muitos e estavam lotados de corpos.

A cidadania ativa de Teresópolis identifica a vulnerabilidade do município para deslizamentos afirmando que Teresópolis é todo montanhoso não necessitando ser geólogo para identificar a vulnerabilidade em determinados bairros mais frágeis: Caleme, Espanhol, FEU, Vale da Revolta, Pimentel, Parque Imbuí, Posse, Campo Grande, Vidogueira, Ponte Santa, Fischer, Granja Florestal, Salaco, Porto dos Peixes, Santa Rita, Santa Cecília, Quinta, Lebrão, Santo Amaro, Vargem Grande, Barroso e Biquinha.

Na lembrança do histórico de desastres ambientais que ameaçaram a Segurança Humana da população no município, no ano de 1970

Teresópolis ficou submerso; em 1981, o Vale do Paraíba ficou em baixo d'água devido a abertura de um túnel; em 1988/89, 2002 foi Sambaetiba; em 2011, foi o evento mais marcante e em 2012, Vargem Grande foi a área mais afetada.

Sufrimento, o descaso, o abandono, os problemas psicológicos são facilmente identificados pela cidadania ativa do município no cenário atual de Teresópolis. O desrespeito; a falta de política efetiva de prevenção; a corrupção; a dificuldade de locomoção pelos transportes públicos; a falta de acompanhamento social; a falta de tratamentos psicológico em função do sofrimento agudo com a experiência da tragédia de 2011; o sistema de saúde frágil, sem o Hospital das Clínicas, com falta de atendimento pelo SUS, com o fechamento da UPA e carente de vacinas; a falta de abrigo; a ausência de recursos públicos para drenagem urbana com engenharia de ponta; a precariedade da criação de NUDECs sem efetivo treinamento dos componentes; a falta de apoio para recuperar as 52 pontes do município; os problemas relacionados ao Aluguel Social e a moradia e a ausência de políticas efetiva de prevenção que antes não existia e agora não atende a população são todos apontamentos claramente definidos dos

principais problemas vividos no município que compromete a garantia de direitos efetivos a todos e todas. Os apartamentos 42 m² oferecidos pelos programas de reconstrução não podem ser considerados satisfatórios diante das moradias que antes tinha e atendiam a seus desejos pessoais, valores simbólicos e suas necessidades.

O cotidiano da população geral em Teresópolis foi alterado bastante a partir de 2011 e alguns sinais se fazem notar segundo a cidadania ativa: o município deixou de comemorar seu aniversário, a festa de 2015 não aconteceu, a agricultura, o comércio e várias famílias foram destruídas. Há percepção de que, neste contexto, o sofrimento e o número de mortes é maior entre as mulheres.



Niterói

A natureza e alguns pontos turísticos e esportivos chamaram a atenção de não afetados, como o Museu de Arte Contemporânea (MAC), a vista da orla da praia de Icaraí, a Baía de Guanabara, a Pista de Skatepark no Horto do Fonseca e as ciclovias são referenciados. Há uma necessidade de ampliação das ciclovias que só existem no Centro, em Icaraí e faltam, por exemplo, no Fonseca. Este bairro é um bairro de passagem farta para o Centro de Niterói, outros bairros e municípios vizinhos, ele e as pessoas que lá moram sofrem com a discriminação -“visto como Zona Norte”. O Bairro também possui “favelas” que foram destacadas. Niterói, como um todo, é farto em redes de transporte (com uma grande frota) e as vias, as ruas e bairros são bem sinalizadas se comparadas ao município do Rio de Janeiro com áreas mais periféricas que não há sinalização alguma.

Um movimento migratório do Rio de Janeiro em direção a Niterói se faz sentir a partir da implantação das UPPs fazendo com que o município que antes era praticamente uma cidade dormitório, atualmente sofra com problemas de saneamento e estrutura que ainda remontam ao tempo em que Niterói era capital em vários bairros como o Fonseca, por exemplo. Já a boa sinalização de Niterói com placas indicando bairros e ruas é algo positivo destacado pelo Grupo de Discussão formado pelos não afetados.

A desigualdade social, a saúde e a educação pública, a violência (assalto, violência contra a mulher, violência social/despejados do Jurujuba), o alto custo de vida, o descaso do governo com as áreas periféricas, a falta de convívio social público, a mobilidade urbana (a diferença entre bicicleta, carro e ônibus, os engarrafamentos, a falta de planejamento e o valor do transporte que é caro), a repressão aos trabalhadores informais e o descaso com o meio ambiente são os principais problemas identificados.

A palavra CHUVA leva à lembrança direta de alagamentos no município, demonstrando que há uma alta sensibilidade na percepção de desastres ambientais em Niterói.

A cidadania ativa de Niterói na luta pela

garantia da Segurança Humana em situações de desastres socioambientais identifica que o município é marcado por constantes deslizamentos de encostas nas comunidades pobres e enchentes em áreas ao centro da cidade.

O Morro do Céu e o Caramujo são apontados como as áreas mais críticas com potencial, inclusive, de ter uma tragédia semelhante à de 2010 no Morro do Bumba. Neste ano, eles e elas identificam que houve 152 pontos de deslizamento em todo o município seguidos por mortes. Devido a topografia da cidade, crescimento desordenado, falta de políticas públicas e péssimo sistema de escoamento de águas pluviais, esses problemas se repete todo ano.

Pela percepção da cidadania ativa de Niterói, mostrou se também a incompetência, morosidade e descrença no poder público no combate e prevenções de tragédias ocorridas, tais com a do morro do Bumba. No Morro do Céu, destacam, uma parte da comunidade foi erguida sobre um antigo lixão, e mesmo sofrendo intervenção do poder público desalojando e indenizando os moradores, ainda é alvo de suspeita e desconfiança por parte da população que teme ver repetida a tragédia do Morro do Bumba ocorrida no ano de 2010, visto que há gases subterrâneos do antigo lixão identificados.

Ainda sobre o Morro do céu, foi dito que lá não sofrem muito com deslizamento, pois uma boa parte das casas são em lugares planos, porém há muito alagamentos. Cita os alagamentos ocorridos no ano de 2010, onde tiveram várias casas tomadas pelas águas da chuva.

As áreas de Niterói identificadas como de risco por deslizamento são: Caramujo, Caixa D'Água, Viradouro, Maceió, Ititioca, Atalaia, Bumba, São José, Viçoso Jardim, Cubango, Zulu, Iara, Serrão, Abacaxi, Juca Branco, Ponta D'Areia, Novo México, Igreja, Parque da Cidade, Preventório, Peixe Galo e Sapé. Já as de alagamento: o bairro de Cafubá, e algumas ruas no Centro de Niterói como a Visconde de Uruguai, Visconde de Sepetiba, Visconde de Rio Branco, a São Pedro e a Rua Dr. Alcides Figueiredo.

Na memória, os anos de 1977, 1998, 2010, 2013, e 2015 são identificados como anos de ocorrência de desastres socioeconômicos em

Niterói. Em 1977, boa parte do município ficou inundada; em 1985, houve deslizamento de pedra no Morro do Preventório deixando desabrigados; em 2010, uma forte chuva provocou deslizamentos em mais de 100 pontos deixando centenas de mortos e milhares de desabrigados cujos problemas ainda não foram resolvidos; em 2013 a Estação de Tratamento de Esgoto de Ponta D'Areia estourou e provocou uma “Tsunami de esgoto” nas ruas com forte odor. Recentemente, em 2015, houve um incêndio causado por balões no Parque Estadual da tiririca (PESET) devastando uma grande área a alagamentos em abril desse mesmo ano provocou alagamentos.

Essas tragédias conduzem a sério problemas identificados pela cidadania ativa que se seguem elencados em ordem de prioridade da seguinte forma: desabrigados, falta de estrutura e de preparo da cidade para reagir aos desastres, falta de coleta de lixo, pobreza e saúde. Todos esses problemas devem ser resolvidos pelo poder público. A ação cidadã efetivamente não se coloca como responsável direta na resolução desses problemas.



Francisco Valdean - Imagens do Povo

São Gonçalo

De forma geral, as pessoas não afetadas de São Gonçalo têm um olhar crítico sobre o município, identificando alguns pontos negativos como a ausência de uma política pública para cultura e mobilidade urbana, a precariedade na manutenção da iluminação pública, o caos no trânsito, o abandono da saúde pública, a violência, a falta de uma biblioteca pública, de museus e de teatros. Todos concordam que após a implantação das UPP's no Rio de Janeiro, houve uma migração dos traficantes para São Gonçalo, aumentando os índices de roubo e tráfico de drogas. Como destaque para a violência, o bairro de Arsenal é citado como tendo muito assalto atualmente e o Santa Catarina como um bairro dividido entre milícia e tráfico de drogas.

O elenco de problemas identificados em ordem de importância são: falta de abastecimento de água, falta de saneamento, saúde, violência, alagamentos, mobilidade, iluminação, a acessibilidade, a falta de incentivo à cultura, a precarização do Espaço Público, a falta de inclusão digital, a intolerância religiosa, a desvalorização da cidade, a comunicação, a falta de cidadania e a falta de leitura.

Já como pontos positivos, são destaques a existência do SESC, da Roda Cultural e da Casa de Show especializada em Rock/pop tidos referências importantes. Todas relacionadas ao lazer.

A sensibilidade dos não afetados para os desastres ambientais é alta. A palavra CHUVA os remetem aos alagamentos do município, porém a concepção de desastre para estes foi o que aconteceu no Morro do Bumba em Niterói em 2010, ou seja, os alagamentos recorrentes do município estão como se naturalizados, embora despertem na população sinais de alerta¹⁴.

A lembrança dos desastres ambientais pelo não afetados remetem apenas um ocorrido entre os anos de 2010 e 2011 em que houve uma grande enchente que invadiu supermercados, lojas, causando um enorme transtorno no cotidiano da cidade e dos cidadãos e cidadãs. Este evento trouxe perdas materiais e doenças, como leptospirose, trazidas pelo contato com água contaminada.

Já a cidadania ativa de São Gonçalo mobilizada pela Segurança Humana em caso de desastres ambientais aponta áreas de alagamentos e deslizamentos em vários pontos do município. Os rios e afluentes são citados com forte apropriação sobre os cursos hídricos de São Gonçalo os rios Imboaçú e Brandoas são citados.

O rio Brandoas também foi citado como causador de alagamentos e enchentes e o relevo marcado por elevações provocam deslizamentos com as chuvas levando ao assoreamento, tido como o grande responsável pelas enchentes e alagamentos.

O deslizamento de uma pedra em Engenho Pequeno na Rua Coronel Azevedo em 2010 é um evento de conhecimento comum entre os não afetados.

Nos bairros de Imboaçú (que é também o nome de um rio), Brasilândia, Zé Garoto, Centro e Rio Vermelho, passa um rio já assoreado e "qualquer chuva que caia, ele joga água pela rua". Bem como o Rio do Zumbi, Rio Imboaçú e "toda a parte do rio Brandoas até o Zumbi" são identificadas como áreas em que há assoreamento dos rios levando os bairros de Zumbi, Vila Aprazível, Brasilândia e outros a sofrerem com a ocorrência de inundações e deslizamentos. Há alagamentos identificados também em "Neves, no bairro de Ipiíba, no Gradim e na rua do Paraíso em frente à comunidade do Feijão".

No Morro da Torre há tanto o risco de desabamento como de enchentes devido a um canal existente no local.

A força dos ventos também é lembrada pelo Grupo de Discussão da Cidadania Ativa de São Gonçalo que destaca a rua Zelina Barbosa Bravo como sendo de risco.

As lembranças temporais na memória da cidadania ativa a respeito dos desastres socioambientais em São Gonçalo são mais antigas do que a dos não afetados. Elas iniciam entre 1949 e 1950 quando ocorreu a queda de uma pedra na Galeria Cruzeiro com a Getúlio Vargas, na divisa com Tenente Jardim, ocasionando desapropriação de residências a escavação de terreno na parte de trás da pedra para que a pedra voltasse para o lugar. Em 1966, houve uma enchente no bairro de Jardim Catarina onde fizeram um "canal de braço de mar" para canalizar a água, a ponte de Alcântara e a fábrica

14 - Prova disso foi que durante o encontro, uma chuva caiu e os/as participantes fizeram associação imediata com alagamentos.

de papelão foram atingidas. Com esse canal diminuíram as enchentes, até que, devido à falta de limpeza e drenagem, a situação se complicou com as chuvas de 2010 e houve uma grande enchente.

Depois desses eventos de 1966 os eventos mais marcantes foram os de 2010, que atingiu os bairros de Jardim Catarina, Salgueiro e Palmeiras. Já em 2008 houve um vento muito forte que derrubou algumas casas entre o centro e o bairro do Morro da Torre.

Os problemas apontados como causadores dos desastres socioambientais e de suas sofridas consequências são: a falta de limpeza e canalização de rios abandonados; as a ausência de campanhas de educação para a população sobre o descarte correto do lixo, a fiscalização das áreas de riscos sem corrupção, as necessidade de obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) para a melhoria das áreas de alagamento, a organização e planejamento de aluguel social, o retorno de volta às casas em risco devido ao atraso na entrega de novas moradias ou devido a não adaptação ao novo imóvel ou ainda pela apropriação/tomada do novo imóvel pela milícia/tráfico e fiscalização de distribuição de energia elétrica local.

Segundo a cidadania ativa, os próprios agentes da Defesa Civil acabam sendo vítimas quando vão aos resgates, pois desconhecendo os “gatos” de energia elétrica acabam sendo atingidos sofrendo choques. Foi citado que por esse motivo os “gatos” deveriam acabar para trazer mais segurança.

As percepções dos mecanismos de alertas são identificadas também pela cidadania ativa, como a chamada “cigarra” (alerta de risco). Destacam que a sirene funciona automaticamente para marcar o nível de água e o tempo que as pessoas precisam sair da região, isso funciona no caso de enchente. Em caso de risco de deslizamento informam que alguém precisa tocar a sirene a partir de um comunicado.

A percepção da cidadania ativa para áreas e mecanismos de prevenção e planejamento é grande para além do próprio local em que residem e convivem particularmente em São Gonçalo, a percepção do risco é para si e para o outro.

Os órgãos públicos são identificados como os responsáveis pela solução desses problemas e a cidadania ativa em si não relata casos específicos de intervenção de luta.

MAGÉ

Em Magé, os desastres não são diretamente identificados pelos não afetados por desastres socioambientais. A falta de saneamento é uma tônica forte que toca tanto a cidadania ativa quanto à população comum.

Os principais problemas apontados sobre Magé pelos não afetados são: a falta de vaga nas escolas, a ocupação da Igreja e do Morro do Bonfim (de características turísticas) apenas pelos ricos, o risco que corre o rico manguezal que é responsável pelo sustento de pais de famílias, a falta de saneamento básico e a falta de infraestrutura. As escolas que estão em áreas sem infraestrutura são identificadas com nomes pejorativos, como zoológico, sendo uma inclusive conhecida como “Brejinho”.

A questão do saneamento é cara. Destacam a existência de carroças não por Magé ter área rural, mas porque carroça anda em qualquer lugar (lama).

Os problemas relacionados ao lixo e aos esgotos lançados ao mar e a violência local bem como a falta de política de cultura e lazer são elementos importantes citados.

A praça não pode ser mais lugar de lazer por serem ocupadas para atos criminosos, essa questão da violência tem relação com as Unidade de Polícia Pacificadoras (UPPs) do Rio de Janeiro que uma vez implementadas conduziram os bandidos à Magé. O fim da Festa do Camarão em Piedade é a justificativa para identificar a falta de política de cultura e lazer no município.

No ranking das prioridades na percepção dos não atingidos, Magé tem como principais problemas a precariedade do sistema de saúde (falta de médicos, medicamentos, atendimento, ambulância); a educação (a aprovação automática nas escolas); a falta de segurança pública (corrupção e tráfico); a falta de postos de trabalho; a necessidade de profissionalização (apesar da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, não incentivo há profissionalização); a má qualidade do sistema de transporte; a não preservação do meio ambiente (responsabilidade de todos cuidar); a falta de saneamento básico (existência de valão e invasão de esgoto nas casas quando chove); a falta de abastecimento d' água (a água só chega com carro pipa); o abandono de crianças especiais (falta um

CAPSI e a Pestalozzi está lotada), a falta de transparência pública e a rotatividade de profissionais na defensoria pública e esporte e lazer (faltam segurança e falta de continuidade de projetos).

Em Magé, a palavra LAMA chega a conduzir a necessidade de saneamento básico e ao descaso do poder público, porém eles não identificam nem mesmo a palavra DESASTRE aos desastres socioambientais trabalhando nesta proposta. Os desastres aos quais relacionam são os políticos e os ecológicos, não necessariamente aos que causam perdas materiais ou humanas especificamente. Portanto, os não atingidos de Magé não são sensíveis aos desastres socioambientais. Afirmam que nunca houve tragédia em relação à chuva em Magé e que o problema é o saneamento básico, pois quando chove, a chuva e o esgoto entram nas casas. Afirmam que há no município alagamentos pontuais, não grandes enchentes. Um caso citado foi o do rompimento de uma barragem no bairro Roncador por causa da chuva.

Não há, portanto, uma relação direta dos frequentes alagamentos e enchentes à desastres socioambientais como concebemos aqui. Há uma percepção de que quando chove as pessoas ficam ilhadas em casa, a chuva que traz alagamentos impede as pessoas de saírem de casa e de serviços (de entrega de supermercados e de ambulância, por exemplo) chegarem até elas, como acontece na Rua Beltrão, Mauá (Ipiranga) e no bairro Barbuda. Entretanto, esse fato está relacionado à ausência de saneamento, e não às perdas humanas e materiais. A percepção da violação de direitos está na falta de planejamento e obras estruturais.

A referência de desastres socioambientais é o que aconteceu em 2011 na Região Serrana, e comparados a esse evento, não identificam Magé como um município ameaçado por este tipo de desastre.

A cidadania ativa de Magé identifica as enchentes e os deslizamentos como eventos que ameaçam a população do município. Os deslizamentos atingem os bairros Piabetá, Raiz da Serra, Fragoso e Pau Grande. Eles levam a perda de casas, soterramentos e mortes.

Parque Estrela, Santo Aleixo, Piabetá, Raiz da Serra (próximo ao rio), Fragoso (Rio Caiobaba), Parque Veneza (Rio Iumirim), Mauá e Santa Dalila são consideradas áreas de inundação.

O resgate de desastres ambientais inicia no ano de 1989 com uma chuva de granizo muito forte que afetou

os bairros Lagoa e Vila Olímpica afetando casas e telhados.

Em 2000 relembram o acidente ecológico provocado pelo derramamento de óleo da Empresa Petrobras. Mauá, Barão do Iriri, Anil, Suruí, São Francisco, Olaria e Ipiranga foram os bairros atingidos e o pescador e toda cadeia da pesca foi muito prejudicada, segundo a Cidadania Ativa de São Gonçalo.

Contrariando uma fala do grupo de não atingido de que em Magé as pessoas não precisam andar de barco, quando chove, a cidadania ativa relata que em 2003 pessoas foram resgatadas por barcos e botes devido a uma tempestade que alagou os bairros Piedade e Roncador.

Por volta de 2005, na Praia da Coroa em Mauá, devido a um forte temporal, muitas árvores foram derrubadas com a força da chuva e do vento desceram o morro atingindo muitas casas. Em 2007 também a ventania e a chuva intensa atingiram os bairros Cachoeirinha, Santa Dalila, Suruí, Conceição, Campinho, Boneville e Iriri, deixando muitas casas destelhadas. O pior evento aconteceu em 2009, segunda a cidadania ativa. Todos os distritos de Magé sofreram um grande alagamento devido uma forte chuva e houve muita perda material.

Mais recentemente, em 2013, um grande volume de água devido a fortes chuvas rompeu a Comporta do Rio Roncador inundando os bairros: Piedade, BNH, Vila Liberdade, Canal, Barbuda e Roncador. Fato esse também lembrado pelo grupo de não atingidos.

Os problemas elencados pela cidadania ativa causados por desastres socioambientais são pela ordem de importância os desabrigados, os afogamentos, a contaminação de poços de água potável, as doenças, a falta de renda para sobreviver à espera de auxílio, a necessidade de roupas e alimentos, o soterramento, a morte por choques elétricos, a falta de socorro e a falta de ambulâncias.

O período mais crítico de chuva em Magé é o próximo ao Natal, períodos das festas de fim de ano. As chuvas afetam todo o município e a relatos de que o poder público não assume das medidas preventivas, apenas paliativas e reativas. Afirmam também que não podem contar com abrigos e as unidades de saúde para atender a população muitas vezes não conseguem atender nem o cotidiano da população, menos ainda em caso de desastres socioambientais.

APONTAMENTOS SOBRE O DIREITO À SAÚDE EM CASO DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

O Direito à Saúde é de extrema relevância quando se trata de Segurança Humana em relação aos desastres socioambientais. Uma forma de abordar e trazer apontamentos específicos foi através de provocações nos grupos de discussão em que apontamentos foram feitos espontaneamente no decorrer dos diálogos ou induzidas durante dinâmicas com marcos temporais. Nos grupos da Cidadania Ativa, esse marco temporal era aquele identificado pelo próprio grupo de acordo com o ano que referenciava o último grande desastre socioambiental no município, e, no grupo de municípios, o ano de 2005 foi adotado como forma de estabelecer um marco temporal de 10 anos que permitiria uma lembrança clara dos participantes e ao mesmo tempo suficiente para marcar mudanças, diagnosticar transformações recente importantes sobre as doenças nos municípios.

O setor de saúde deve estar preparado para atender a população vulnerável em momentos específicos com serviços oportunos para cada demanda.

Figura 3 - Respostas do setor de saúde aos diferentes tempos - 2014

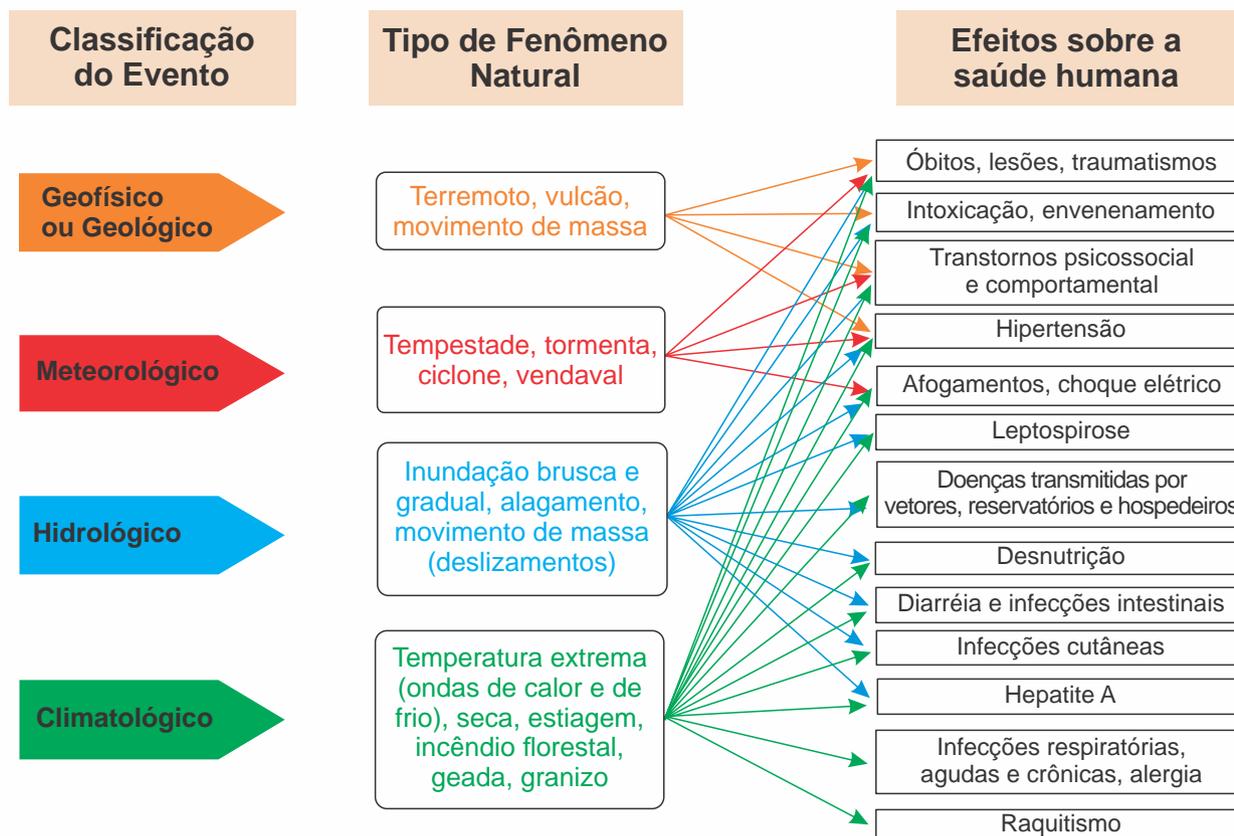
Fonte: Ciência e Saúde Coletiva



Identificamos no quadro a seguir os efeitos sobre a saúde humana dos diferentes eventos naturais, em especial hidrológicos, os mais comuns na AAI.

Figura 4 - Tipos de fenômenos naturais e seus efeitos sobre a saúde humana – 2014

Fonte: Ciência e Saúde Coletiva



Os deslizamentos e as inundações e alagamentos trazem, como identificados pela Figura 4, doenças e efeitos como: óbitos, lesões, traumas, intoxicação, envenenamento, transtornos psicossocial e comportamental, hipertensão, afogamento, choque elétrico, leptospirose, doenças transmitidas por vetores, reservatórios e hospedeiros, desnutrição, diarreia e infecções intestinais, infecções cutâneas e hepatite A. Essa Figura 9 nos orienta a identificar esses importantes efeitos nas falas durante os grupos de discussão nos municípios analisados.

A Tabela 4 representa um esboço das doenças que foram identificadas nos grupos durante as dinâmicas específicas com o marco temporal, nesses cinco municípios mais sensíveis.

O conteúdo da tabela que segue, juntamente com parte de diálogos em outros momentos dos Grupos de Discussão, serviu para identificarmos a presença ou não dos principais efeitos e doenças oriundos dos desastres hidrológicos acusados na Figura 4.

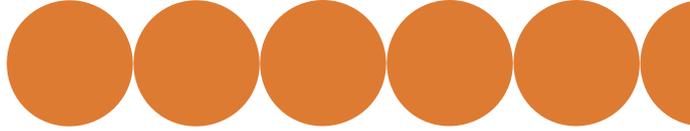


Tabela 4

As doenças e efeitos na saúde humana com marco temporal de 2005

Fonte: Grupos de discussão Ibase/ Incid - 2015

	Antes de 2005	Depois de 2005
Nova Friburgo	meningite	câncer, doenças respiratórias (bronquite, sinusite), toxoplasmose, hipertensão, depressão e síndrome do pânico.
Teresópolis	sarampo, catapora, caxumba, pneumonia, rubéola, hepatite, meningite	bronquite, asma, pneumonia
Niterói	tuberculose, AIDS, diabetes, problemas ortopédicos, leptospirose, rotavírus, poliomielite, hepatite, câncer, osteoporose, sarampo, catapora, tuberculose e dengue	depressão, alzheimer, câncer, parkinson, tuberculose, AIDS, dengue, obesidade, pressão alta, gripe, doenças cardíacas e DSTs
São Gonçalo	verminose e leptospirose	dengue, câncer, diabetes, virose, problemas respiratórios, alergias, AIDS e depressão/síndrome do pânico
Magé	ataques cardíacos, dengue, febre amarela, tuberculose, poliomielite, sarampo e catapora	doenças respiratórias, alergias, diabetes, obesidade infantil, problemas dentários, caxumba, ortopédicos, estresse, infecção urinária, problemas renais, câncer, AIDS, hanseníase, circulação e trombose e depressão

Os dados revelam, então, os apontamentos sobre a saúde e os efeitos dos impactos dos desastres socioambientais na população tendo como base as dinâmicas específicas com escala temporal de 2005 destacados de cor mais escura e apontamentos no decorrer dos diálogos em outros momentos que não o da dinâmica específica em cor mais clara.

Tabela 5

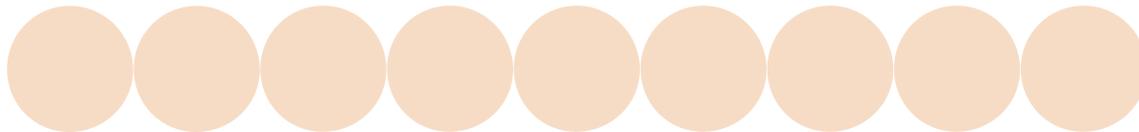
As doenças e efeitos sobre a saúde humana nos cinco municípios

Fonte: Grupos de discussão Ibase/ Incid - 2015

	Óbitos, lesões, traumas	Transtornos psicossocial e comportamental	Hipertensão	Afogamento	Choque elétrico	leptospirose	Transmitidas por vetores, reservatórios	hepatite
Nova Friburgo	■	■	■					
Teresópolis	■	■	■					■
Niterói	■	■	■			■	■	■
São Gonçalo	■	■			■	■	■	
Magé	■	■		■			■	

■ Citadas dentro da escala temporal

■ Citadas fora da escala temporal, durante outros momentos dos diálogos



Contudo, não é possível afirmarmos que esses apontamentos sobre as doenças de fato representam o universo desses municípios, para isso, seria necessário uma pesquisa mais aprofundada, capaz de gerar dados nesse sentido. Entretanto, esse esforço nos permite perceber a presença de todos os efeitos identificados como característicos dos desastres hidrológicos nas falas de participantes dos grupos de discussão dos cinco municípios, o que denota uma necessidade incisiva de investigar e produzir indicadores sobre o Direito à Saúde no contexto dos desastres socioambientais no território.

Tabela 6

Consequências ambientais e socioeconômicas dos desastres provocados por inundações/enxurradas/ alagamentos – 2014

Fonte: CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA

	Consequências Ambientais	Consequências Socioeconômicas
Inundações / Enxurradas / Alagamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação biológica e química da água para consumo humano, alimentos e solo • Comprometimento da rede de fontes alternativas de abastecimento de água • Comprometimento da rede de serviço de coleta e tratamento de esgoto • Comprometimento dos serviços de coleta e disposição do lixo • Alteração nos ciclos dos vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças e nas formas de exposições ambientais dos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Interrupção total ou parcial de pontes, ruas e estradas por inundação ou destruição • Rompimento de diques de contenção • Rompimento de tanques de combustíveis • Interrupção total ou parcial do fornecimento de serviços de água, eletricidade, gás, transporte e comunicação • Interrupção total ou parcial do funcionamento de escolas, comércio, serviços funerários, serviços de saúde e outros • Comprometimento total ou parcial das atividades agrícolas e pecuárias • Prejuízos econômicos pela destruição total ou parcial de propriedades, casas e construções • Prejuízos econômicos pela destruição total ou parcial das fontes de renda e trabalho • Perdas de bens pessoais e de valor sentimental • Rompimento ou fortalecimento da amizade, cooperação e laços afetivos entre membros de uma comunidade afetada

Consequências ambientais e socioeconômicas dos desastres de origem hidrológica identificados no quadro acima são em sua grande maioria identificados pela população da AAI. Essas consequências são de forte impacto para a saúde do ser humano.

Com a exceção da consequência “Rompimento de tanques de combustível”, todas as demais consequências socioeconômicas formam apontadas em falas dos grupos. As consequências ambientais não são percebidas com tanta clareza na definição, mas todas elas estão presentes também nos diálogos.

Lidar com essas consequências e lidar com o caos social é perder as referências pessoais, sociais de uma forma totalmente agressiva. Os desastres socioambientais conduzem a fortes alterações no sistema

emocional, psicológicos de todos, independentemente de sexo, idade ou qualquer outra categoria que possa definir grupos humanos. Este foi um elemento marcante principalmente na percepção de Nova Friburgo, Teresópolis e São Gonçalo, que indicaram claramente a existência de depressões, síndromes do pânico e traumas psicológicos afetando à população, bem como a carência desse tipo de serviço/atendimento.

A necessidade de lidar com outras tantas consequências desesperadoras faz com que o cuidado psicológico muitas vezes não ganhe expressão imediata. Entretanto, no mais simples relato de uma perda, a fragilidade emocional aflora. Essa constatação é visível em grande parte das entrevistas com informantes qualificados. Em Teresópolis, Nova Friburgo e São Gonçalo novamente essas fragilidades estiveram mais aparentes nos relatos pessoais e de histórias de conhecidos.

Os apontamentos da cidadania sobre a Segurança Humana frente às ameaças e às ações de prevenção dos desastres socioambientais revela a coesão no entendimento de várias etapas nas discussões da cidadania ativa de Nova Friburgo. A cidadania ativa de Nova Friburgo trata com bastante riqueza de detalhes elementos tanto das ameaças quanto das medidas preventivas.

Nos demais municípios essa percepção se revela um pouco menos concatenada. Variando ora mais para as ameaças, ora mais para as prevenções, cada um desses tópicos que ilustram a percepção da Segurança Humana aqui concebida aparecem. Todos são capazes de mostrar claramente a vulnerabilidade diante da magnitude dos fenômenos que os vulnerabilizam, demonstrando várias violações nos direitos relativos à Segurança Humana em caso de desastres socioambientais tanto para si quanto para outros/as.

Cidadania Ativa

AS LUTAS PELA SEGURANÇA HUMANA DIANTE DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

As lutas da cidadania ativa pela Segurança Humana diante dos desastres socioambientais também não puderam contar com indicadores devido à ausência de dados que pudessem servir de base. Buscamos assim, relatar um pouco a respeito das principais organizações, das formas de atuação e de diálogos com o poder público, assim como as principais estratégias e desafios para essas instituições, grupos e associações que estão em luta diante das ameaças de desastres socioambientais. Isso como forma de registrar informações que possam ser úteis na orientação de futuros trabalhos relacionados a esses Direitos.

As tragédias, catástrofes e desastres, não importa a nomenclatura de efeito agressivo, mobilizam. A AAI é uma prova concreta disso. Como veremos logo adiante, as chuvas em Niterói e em São Gonçalo, de 2010, e as Tragédias em 2011, na Região Serrana desencadearam articulações e

ações da cidadania ativa que permanecem em curso.

A necessidade de realização de obras de reconstrução da infraestrutura, obras voltadas a mitigação de áreas risco, garantia de aluguel social, necessidade de moradias dignas, as situações de calamidade pública, a necessidade de lutar pela vida diante de desastres, de lidar com situações de falta de abrigo, de minimizar traumas causados pelos impactos psicológicos, físicos e morais vivenciados pela população, os prejuízos sociais e pessoais, enfim, a necessidade de retomar a vida de rotina estimulam as lutas da mesma forma que o respeito e confiança da população e do poder público nas conquistas resultado dessas lutas.

Na Região Serrana, em especial em Teresópolis, a cidadania ativa declara estar diante de "uma tragédia político-social" (**Anexo IV**) marcada por uma forte crise política desencadeada por esquemas de corrupção de desvios das verbas para a reconstrução. Os problemas referentes à realocação de pessoas vítima de desastres também é uma constante em Nova Friburgo, em Teresópolis e em Niterói.



Francisco Valdean - Imagens do Povo

No momento das tragédias, estiveram presentes nesses municípios, segundo relatos, grandes organizações e instituições nacionais e internacionais, como a CARE, a JOCUM, a Fiocruz e a MSF para prestar solidariedade, ajuda em processos de capacitação e apoio. Passados os impactos dos primeiros momentos, é a cidadania ativa local que garante o diálogo com o poder público e o controle social.

Pelos números de instituições cadastradas no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs do Incid, dinâmico e em permanente alimentação, observamos que: em Niterói, a partir de 2010, houve um aumento de 18% das instituições que surgiram no município; e São Gonçalo 15% a partir desse mesmo ano; em Nova Friburgo 16%; e em Teresópolis 9% a partir de 2011, anos das principais ocorrências nesses municípios¹⁵.

Embora não seja possível afirmar que esse aumento se deu exclusivamente em função dos

desastres e pelas lutas que estes desencadearam, sabemos que há uma luta intensa e forte que, inclusive, deu forma a essa investigação, pois foi pela demanda da cidadania ativa desses municípios em destaque que se planejou e se desenvolveu esta pesquisa específica, como já colocado na parte introdutória.

Nova Friburgo e Teresópolis compartilham de problemas muito semelhantes que mobilizam a cidadania ativa da Região Serrana. Niterói e São Gonçalo, apesar de possuírem grupos com grandes motivações e desejosos de luta, ainda não conseguiram se organizar da mesma forma que a Serra. Magé é o município que está menos articulado na luta contra os desastres socioambientais especificamente. Este fato talvez se deva por terem como referência de desastres socioambientais os eventos da Serra em 2011, e não o que ocorrem em seu cotidiano: os alagamentos.

15 - Ver Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs do Incid em: incid.org.br.



Nota-se em Niterói, ainda uma atuação da Associação de Vítimas do Morro do Bumba junto à questões ligadas ao desastre de 2010 referentes à moradia. Em São Gonçalo, AMAJAC – Associação de Moradores de Jardim Catariana vem atuando no Fórum Rio visando articulação entre instituições e coletivos afim de melhorar as condições do próprio bairro e de outros que sofrem com problemas relacionados aos alagamentos e falta de saneamento. Tanto em Niterói como em São Gonçalo, a cidadania ativa tem suas atuações participando de Conselhos de Direitos - não necessariamente relacionado direta e exclusivamente à Defesa Civil -, de audiências públicas e da Rede de Cidadania Ativa que vem se estabelecendo na Região.

Em Magé é antiga a luta pelo saneamento básico, porém, as participações na Rede de Cidadania Ativa do Incid é que começaram a despertar para a necessidade de uma articulação mais organizada na luta pelos direitos à Segurança Humana diante de desastres socioambientais.

“O engajamento forçoso e súbito de grande parte dos teresopolitanos durante este acontecimento descortinou na cidade uma vocação que já existia - mas que talvez estivesse num estado de adormecimento - que foi a intensa valorização da cidadania em todos os seus matizes.

Teresópolis redescobriu-se solidária, militante, vigilante, resiliente, coletivizada, pró-ativa. A lição provocada pela tragédia despertou no íntimo de cada morador o ímpeto da transformação social em sua vertente prática, não mais teórica. Deixou-se de falar em transformação para se viver a transformação, e não por uma escolha fruto de estudos, debates políticos e campanhas educativas, mas pela primária necessidade de sobrevivência num território esquarterado. De um dia para o outro, a cidade emergiu de si mesma empunhando a bandeira da solidariedade, tornando-se um exemplo de garra para todo o Estado do Rio de Janeiro - e para o Brasil como um todo.” (Anexo IV – Texto de contribuição da cidadania ativa de Teresópolis)

É, sem dúvida, do despreparo, da inércia e outras tantas fraquezas do poder público diante dos desastres socioambientais que mobilizam as lutas.

Uma forte estratégia que vem fortalecendo as lutas em Nova Friburgo se dá pela parceria da sociedade civil com instituições de pesquisa e universidades. Como parte de ações bem-sucedidas estão a elaboração de propostas para a revisão do Plano Diretor Municipal e outras ações voltadas para a cultura da segurança e proteção civil realizadas pela REGER de Córrego d’Antas que atualmente conta com várias instituições do setor público, privado e comunitário.

Assembleias e reuniões ajudaram a reforçar o espírito comunitário dos moradores. E a comunicação via sites é um braço forte na luta de Nova Friburgo e Teresópolis.

Em Friburgo, AMBCD não poupou esforços através de mutirões de limpeza de ruas e casas do bairro. Atualmente, seus representantes frequentam reuniões promovidas por diversos setores do poder público, como Defensoria Pública, Ministério Público, Secretarias do Poder Executivo Municipal e Estadual e seções do Poder Legislativo. Nesses casos, uma postura proativa apresentando preparo prévio é importante, da mesma forma que as demandas claras e os diálogos francos, “evitando o diálogo "belicista””. São três os pilares estratégicos de luta apontados pela cidadania ativa: 1- Diálogo permanente com o poder público; 2- Divulgação, ou seja, mobilização através da opinião pública, tanto de demandas quanto de conquistas e 3- a alternativa Jurídica para os casos em que o diálogo com o poder público não funciona.

A cidadania ativa de Nova Friburgo atua tanto localmente como nacionalmente em Fóruns, movimentos e encontros. Como exemplo temos o Movimento Nacional dos Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES) que teve impulso no Fórum Nacional de Mudanças Climáticas. Essas participações e articulação ajudam em uma postura e um diálogo atual e consistente nas lutas, além de aproximar pessoas e grupos com lutas semelhantes. A participação do município no projeto da ONU, Cidades Resilientes¹⁶, relata a cidadania ativa, foi um estímulo dado por ela ao poder público.

A cidadania ativa de Nova Friburgo está em processo avançado de construções e estratégias. O que pode ser percebido no interesse de elaboração de um Plano de Emergência que chamam de 'Plano para convivência com as chuvas fortes' afim de facilitar a linguagem para entendimento, segundo informações no Grupo de Discussão.

Entretanto, é curioso observar que apesar da ampla atuação nos debates locais, nacionais e internacionais, não há representatividade de Nova Friburgo no Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC mesmo este colegiado oferecendo vagas para 3 (três) representantes da sociedade civil e 2 (dois) representantes das comunidades atingidas por desastres. O CONPDEC, não se sabe claramente a razão, não atrai a participação da Cidadania Ativa da AAI.

A cidadania ativa de Teresópolis também está na mesma busca de articulações de Nova Friburgo e traz como um dos destaques o planejamento de ações para o Seminário Internacional de Desnaturalização de Desastres Ambientais que ocorreu um mês depois na Fiocruz (Rio de Janeiro) e atuou também na promoção de intensas manifestações contra a má gestão municipal.

O diálogo com o poder público, fundamental para qualquer luta, é sempre um momento delicado para a cidadania ativa. Mas Nova Friburgo consegue estabelecer e vem conquistando a atenção e respeito.

A cidadania ativa de Teresópolis também destaca em seu texto uma importante conquista em outubro de 2014 que permite a AVIT, como uma das poucas instituições cadastradas no Estado do Rio de Janeiro, gerir a construção de 200 moradias em conjunto com a população atingida de Teresópolis.

A falta de abrigo e a comunicação em Nova Friburgo ainda necessitam de serem tratadas para segurança da população em risco. Os desafios da cidadania ativa previstos nas lutas estão relacionados à continuação das participações na gestão de planejamento, promoção de seminários,



Francisco Valdean - Imagens do Povo

etc. que auxiliem no enfrentamento das graves violações que ainda persistem na luta pela Segurança Humana.

Em Magé, a cidadania ativa ainda pouco articulada na luta nem saberia por onde começar as reivindicações de planejamento urbano e reforma.

A cidadania ativa da AAI na luta pela Segurança Humana diante de desastres é composta de sofrimentos, aprendizados, conquistas, vitórias e perdas. Mas a tônica, o segredo de toda articulação está no processo de aprendizado e nas forças solidárias que alimentam as lutas apesar de reconhecer as perdas.

Nova Friburgo, que está bem organizada e articulada, dando exemplos de força e participação cidadã, registra diante de tantos êxitos as principais derrotas e desafios: a realocação de várias famílias de Córrego D'Antas para o Terra Nova em moradias distantes do bairro de origem e a creche e a escola municipais do bairro que permanecem em situação provisória desde a tragédia de 2011.

A construção da Rede de Cidadania Ativa, que vem se consolidando no Fórum de Cidadania Ativa nesses municípios, aparece com um espaço privilegiado para articulação e luta pelos direitos à Segurança Humana.

16 - "O lançamento no Brasil da Campanha Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade está se Preparando, da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), da Organização das Nações Unidas (ONU), é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), do Ministério da Integração Nacional, e pretende sensibilizar governos e cidadãos para os benefícios de se reduzir os riscos por meio da implementação de 10 passos para construir cidades resilientes." (DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO. Disponível em : <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/municipios/cidades-resilientes.html> . Acesso em 22/11/2015).



Foto do fundo: Francisco Valdean - Imagens do Povo

Considerações Finais

Quando está em risco a cidadania da AAI frente aos desastres socioambientais? Está em risco quando é colocada diante de várias ameaças e poucos dados; quando sua vida é mudada radicalmente e/ou quando se convive com ameaças rotineiramente; quando faltam serviços públicos básicos; quando não há liberdade de ir e vir; quando não é possível estabelecer o diálogo com o poder público; quando a população em risco carece de moradia digna; quando faltam políticas de realocação; quando seus levantamentos, frutos do voluntarismo, são ignorados pelo poder público; quando seus sofrimentos e sua saúde física, mental e emocional está afetada ou vulnerável; quando há órfãos; quando há perdas irreparáveis de pessoas queridas; quando seus mortos são subnotificados e não reconhecidos juridicamente.

A subnotificação de mortes em Nova Friburgo e Teresópolis é o que revela a pior face de todas as violações de direitos diante dos desastres socioambientais. Ele passa pela injustiça ambiental e coloca a população e o próprio poder público diante das próprias amarras burocráticas que impede o reconhecimento das perdas humanas.

“O número de vítimas, entre mortos e desaparecidos, da maior tragédia na Região Serrana do Rio, em 2011, pode ser superior ao registrado na época. Segundo o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis e associações das vítimas, entre outras entidades de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis, cerca de 10 mil pessoas podem ter morrido ou desaparecido nas chuvas que atingiram a região naquele ano.

Os dados oficiais do Governo do Estado apontam 918 mortos, e o Ministério Público Estadual, 103 desaparecidos. A suposta subnotificação de mortes foi identificada através de relatos de pessoas que moravam nas áreas atingidas e que não conseguiram oficializar a perda de parentes.

(...)

“Em uma dessas comunidades, os dados

oficiais apontam para a existência de 100 famílias, enquanto a concessionária informa que havia 3 mil relógios de luz, ou seja, no mínimo 3 mil famílias”, afirma Daniela Egger, geógrafa e assessora jurídica popular do CDDH.

No local moravam cerca de cinco mil pessoas e a maioria estava em casa na hora da tragédia. Como o bairro praticamente some e contabilizam em toda a cidade menos de 400 mortes?” Frei Marcelo Toyansk, associação de vítimas de Teresópolis.” (G1.GLOBO.COM. Andressa Canejo. Nº de vítimas em tragédia no RJ pode ser 10 vezes maior, dizem entidades. Lista oficial diz que 918 morreram em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo. Enchentes de 2011 fizeram cerca de 10 mil vítimas, segundo associações. G1 Região Serrana. 10/08/2015 . <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/08/entidades-apontam-subnotificacao-de-vitimas-da-tragedia-de-2011-na-serra.html>. Acesso em 04/09/2015)

A subnotificação estampa de forma amarga que a população está diante da impossibilidade de ter reconhecida a morte de um parente, impede as famílias que foram vítimas de receberem benefícios de direito necessários para subsistência (como pensões), de legalizarem seus patrimônios e de realizarem vários procedimentos legais que necessitam de atestado de óbitos dos desaparecidos. Essas impossibilidades dificultam ainda as pessoas de tratarem de problemas afetivos que estão relacionados ao luto.

Os sentimentos de luto, às piores nos padrões socioeconômicos, falta de serviços públicos essenciais, etc. configuram-se em determinantes sociais que prejudicam a saúde física, mental e emocional da população que viveu um grande desastre socioambiental e/ou que convive com pequenos eventos cotidianamente mantendo-se em constante estado de atenção devido à falta de Segurança Humana. Quando um cidadão ou cidadã se percebe parte de um grupo social que está

excluído da maioria dos benefícios da sociedade, tende a desencadear sentimentos de inferioridade e discriminação que conduz ao sofrimento e à vulnerabilidade de seus padrões de saúde. Muitos traumas intensificam ainda mais o sofrimento que segue invisibilizado na AAI. É isso que revela a pesquisa específica Desastres Socioambientais: Cidadania em risco?, são esses apontamentos que revelam as carências e as violações de direitos na AAI.

Mas a pesquisa revela também as lutas, as conquistas, as forças articuladas, as estratégias e principalmente o aprendizado ora forçado, ora estimulado pelo sentimento de solidariedade que valoriza a vida, que engrandece os sentimentos, que enobrece valores, que combatem a indiferença e que é ilimitado diante de todas as ameaças.

O IINCID caminhou pelas maiores fragilidades da vida social e política nesta pesquisa específica, não tem nem teria a pretensão de dar conta de apontar todas as vulnerabilidades por que passam os afetados por desastres socioambientais, mas deseja que apesar das limitações que impediram sequer a produção de novos indicadores, seus apontamentos possam ser mais uma ferramenta das lutas pela democracia do território. Que o alerta para a falta de dados e todas as demais violações seja soado para a cidadania ativa do território com a mesma intensidade e competência que as sirenes de alerta devem soar garantindo vida a população.





Francisco Valdean - Imagens do Povo

Referências

ARAÚJO, Paulo Roberto. **Controlado incêndio na Reserva de Poço das Antas**. O Globo.com. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/controlado-incendio-na-reserva-de-poco-das-antas-11552150>. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2014. Atualizado em 09 de fevereiro de 2014.

AVIT. **Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro de 2011 em Teresópolis** <http://www.avit.org.br/>. Acesso em 10/10/2015.

BARBOSA, Luciana Mendes. **Segurança e mudanças climáticas: explorando a construção de ameaças no setor ambiental**. Curitiba: Appris, 2015.

BAND NEWS FM. Notícias/Cidades. **Rio de Janeiro liderou ranking de mortes por chuvas em 2010**. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=100000386072>. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2011. Atualizado em 06 de jan. de 2011.

BESSA, Maria Gabriela et al. **Plano Local de Habitação de Interesse Social. Ação 4: Diretrizes e Estratégias**. Outubro de 2011, Rev. 01 de junho 2012. URBES - Instituto de políticas públicas urbanas. Disponível em: http://www.teresopolis.rj.web.br.com/planejamento/plhis/PLHIS_04.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2008.

BORGES, Waleska. **Deslizamento de terra atinge casas em São Gonçalo**. O Globo.com. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/deslizamento-de-terra-atinge-casas-em-sao-goncalo-3032349>. Rio de Janeiro, 30 de março de 2010. Atualizado em 01 de novembro de 2011.

BLOG. **Defesa Civil de Teresópolis**. Disponível em : <http://www.dcteresopolis.blog.br/>. Acesso em 22/10/2015.

BLOG. Mageeocudomundo.wordpress.com. **Enchentes em Magé...outra vez**. Postagem em 06 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)**. <http://www.cemaden.gov.br/>

_____. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 12/01/2014.

_____. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

_____, **Decreto nº 5376** de 17 de fevereiro de 2005.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC**. 2012 e 2013. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/>

perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Agência Espacial Brasileira/ Notícias. **Sistema de alerta contra chuvas será antecipado**. Postado em 17 de junho de 2011.

_____. **Ministério das Cidades**. cidades.gov.br

_____. **Ministério da Integração Nacional**. mi.gov.br

_____. Ministério da Integração Nacional. **Proteção e Defesa Civil/ Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)/ Entenda os desastres**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/defesa-civil/cenad/entenda-os-desastres>.

_____. **Proteção e Defesa Civil/ Cidades Resilientes**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/cidades-resilientes>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

CARMO, Roberto do. Urbanização e Desastres: Desafios para a Segurança Humana no Brasil. In: CARMO, Roberto do e VALENCIO, Norma (Orgs.) **Segurança Humana no Contexto de Desastres**. – São Carlos: RiMa Editora, EDUA, 2014.

CARE Brasil. **Care Brasil lança Manual de Formação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil**. <http://www.care.org.br/sala-de-imprensa/releases/care-brasil-lanca-manual-de-formacao-de-nucleos-comunitarios-de-defesa-civil/>. Publicado em 11 de outubro de 2012. Acesso em 24 de agosto de 2015.

CASA FLUMINENSE. **Inscrições estão abertas para o 5º Fórum Rio, em São Gonçalo, dia 22 de agosto**. 21/07/2015. <http://casafluminense.org.br/inscricoes-estao-abertas-para-o-5o-forum-rio-em-sao-goncalo-dia-22-de-agosto/> Acesso me 10/09/2015.

CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA. **Desastres Naturais - impactos, vulnerabilidades e organizações do setor de saúde**. Volume 19, nº9. Rio de Janeiro. ABRASCO. Setembro de 2014.

Combateadengue.com.br. Dengue no Brasil. **Com 13.114 casos de dengue, RJ tem 7 municípios que podem ter surto**. Disponível em: <http://www.combateadengue.com.br/com-13-114-casos-de-dengue-rj-tem-7-municipios-que-podem-ter-surto/#ixzz3fsW7N0jK15/03/2011>. Rio de Janeiro, 15 de março de 2011.

CÓRREGO D'ANTAS. <http://corregodantas.org/>

CEPED/UFSC. **Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres**. <http://www.ceped.ufsc.br/> Acesso em 23/11/2015.

COSTA, Bernardo. **Moradores de Magé que perderam suas casas em deslizamento em 2009 estão sem receber aluguel social há seis meses**. Extra.globo.com. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-de-mage-que-perderam-suas-casas-em-deslizamento->

em-2009-estao-sem-receber-aluguel-social-ha-seis-meses-3994211.html. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

DEFESA CIVIL DE NOVA FRIBURGO. Disponível em : <http://defesacivilnf.wix.com/home>. Acesso em 22/11/2015

DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO. Disponível em : <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/municipios/cidades-resilientes.html> . Acesso em 22/11/2015.

_____. Disponível em : <http://www.defesacivil.sg.nom.br/> Acesso em 22/11/2015.

DEFESA CIVIL DE NOVA FRIBURGO. <https://www.facebook.com/DefesaCivilNovaFriburgo/?fref=nf>. Acesso em 21/11/2015.

DEFESA CIVIL DE NITERÓI. <https://www.facebook.com/defesacivilniteroi/?fref=ts>. Acesso em 21/09/2015.

DEFESA CIVIL DE SÃO GONÇALO. <https://www.facebook.com/comdecsg/?fref=ts>. Acesso em 27/10/2015.

DEFESA CIVIL DE TERESÓPOLIS . <https://www.facebook.com/defesacivil.teresopolis.3/?fref=ts>. Acesso em 26/12/2015.

ENNE, Érika. **Menino de nove anos está desaparecido em Casimiro**. Odebateon.com.br. Disponível em: <http://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/7417/menino-de-nove-anos-esta-desaparecido-em-casimiro>. Macaé, 14 de fevereiro de 2009

EBC Agência Brasil. LISBOA, Vinícius. **Morro do Bumba: cinco anos depois da tragédia, famílias vivem em áreas de risco**. <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-04/morro-do-bumba-cinco-anos-depois-da-tragedia-familias-vivem-em-areas-de-risco> Publicado em 06 de abril de 2015. Acesso em 28 de agosto de 2015.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES. **Marco de Ação de Hyogo 2005 - 2015** . Disponível em : http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf. Acesso em 18 de junho de 2014

FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL. Disponível em: <http://fmclimaticas.org.br/>

FREITAS, Carlos Machado de et al . **Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro , v. 19, n. 9, p. 3645-3656, set. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903645&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.00732014>.

G1.COM. Região dos Lagos (Inter TV). **Alagamento deixa cinco casas debaixo d'agua em**

Saquarema, no RJ. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/07/alagamento-deixa-cinco-casas-debaixo-dagua-em-saquarema-no-rj.html>. Saquarema, 09 de jul. de 2014. Atualizado em 09 de julho de 2014.

_____. Região dos Lagos (Inter TV). **Chuva forte provoca diversos pontos de alagamento na Região dos Lagos.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2015/05/chuva-forte-provoca-diversos-pontos-de-alagamento-na-regiao-dos-lagos.html>. Região dos Lagos, 05 de maio de 2015. Atualizado em 05 de maio de 2015.

_____. Região Serrana (Inter TV). **Chuva forte causa alagamentos e deslizamento em Rio Bonito.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-1/edicao/videos/v/chuva-forte-causa-alagamentos-e-deslizamento-em-rio-bonito/2495971/>. Exibido em 03 de abril de 2013.

_____. Região Serrana (Inter TV). CANEJO, Andressa. **Nº de vítimas em tragédia no RJ pode ser 10 vezes maior, dizem entidades.** Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/08/entidades-apontam-subnotificacao-de-vitimas-da-tragedia-de-2011-na-serra.html>. Região Serrana, 10 de agosto de 2015. Atualizado em 10 de agosto de 2015.

_____. Rio de Janeiro/chuva. **Identificadas seis vítimas de enxurrada.** Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL345242-5606,00-IDENTIFICADAS+SEIS+VITIMAS+DE+ENXURRADA.html>. Rio de Janeiro, 10 de março de 2008. Atualizada em 10 de março de 2008.

GONÇALVES, Juliano C. e SOUSA, Ronaldo D. Desafios de um Planejamento Integrado para Prevenção de Desastres. In: CARMO, Roberto do e VALENCIO, Norma (Orgs.) **Segurança Humana no Contexto de Desastres.** – São Carlos: RiMa Editora, EDUA, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Defesa Civil. Redec Norte.** <http://www.redec-iv.defesacivil.rj.gov.br/>. Acesso em 04 de maio de 2015.

_____. **Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (EsDEC).** Disponível em: http://www.esdec.defesacivil.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. Notícias- INEA. **INEA tem plano para enfrentar desastres naturais.** Publicado em 21 de novembro de 2013.

_____. Instituto Estadual do Ambiente. Notícias - INEA. **Plano de Contingência Institucional para Desastres Naturais. Resposta a emergências e desastres enchentes, enxurradas e escorregamentos.** Centro de Informação e Emergências Ambientais - CIEM. 2014.

_____. **Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro 2014/2015.** Disponível em: <https://www.mindmeister.com/pt/376772296/mapa-de-amea-as-naturais-do-estado-do-rio-de-janeiro-2014>. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

_____. Ministério Público. Jurisprudência. **Prefeituras terão que adotar medidas de prevenção contra deslizamentos e enchentes.** Disponível em: <http://mp-rj.jusbrasil.com>.

br/noticias/2542360/prefeituras-terao-que-adotar-medidas-de-prevencao-contradeslizamentos-eenchentes. Rio de Janeiro, junho de 2014.

----- . **SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL (SEDEC)**.
<http://www.rj.gov.br/web/sedec/> . Acesso em 04 de setembro de 2015.

----- . **REDEC**. Disponível em : <http://www.redec-iv.defesacivil.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=113>

INTERGOVERNAMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Disponível em:
<http://www.ipcc.ch/>

JB.COM.BR. País. **Vendaval deixou duas mortes e atingiu cinco estados**. Rio de Janeiro, 08 de junho de 2011. Atualizado em 08 de junho de 2011.

JORNAL EXTRA. Ludmilla de Lima. **Quatro anos após tragédia, perigo ainda ronda o Morro do Bumba**. <http://extra.globo.com/noticias/rio/quatro-anos-apos-tragedia-perigo-ainda-ronda-morro-do-bumba-12101070.html>. Publicado em 05 de abril de 2014. Atualizado em 31 de agosto de 2015. Acesso em 30 de junho de 2015.

LERVOLINO, Solange Abrocesi e PELICION, Maria Cecilia Focesi. **A Utilização do Grupo Focal como Metodologia Qualitativa da produção da Saúde**. Rev.Esc.Enf usp. 35, n. 2, p. 115-21, jun. 2001.

MANDAROLA JR., Eduardo e D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Vulnerabilidade: Problematizando e Operacionalizando o Conceito. In: CARMO, Roberto do e VALENCIO, Norma (Orgs.) **Segurança Humana no Contexto de Desastres**. – São Carlos: RiMa Editora, EDUA, 2014.

MARCHEZINI, Victor. **Campos de Desabrigados – a continuidade do desastre**. São Carlos -SP: Rima, 2014.

MOLLER, Bjorn. **The United Nations as a security political actor- with a special focus in África**. DIIS Report, v.11, p. 4-18, 2005.

MOREIRA, Heitor. **Temporal provoca deslizamentos de terra e abre cratera em Rio Bonito, RJ**. G1.com/ Serra, Lagos e Norte (Intervt). Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/04/temporal-provoca-deslizamentos-de-terra-e-abre-cratera-em-rio-bonito-rj.html>. Região dos Lagos, 03 de abril de 2013.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/>. Acesso em 21/10/2015.

NITERÓI. **Defesa Civil**. <http://www.defesacivil.niteroi.rj.gov.br/>. Acesso em 22/10/2015.

NITERÓI. Defesa Civil. **Núcleo Comunitário de Defesa Civil - NUDEC**. .
<http://www.defesacivil.niteroi.rj.gov.br/index.php/nudec>. Acesso em 25/11/2015

NITEROIMAS.COM.BR. Tag/Inundação. **De novo - Niterói parou com a Chuva**. Disponível

em: <http://www.niteroimais.com.br/tag/inundacao/>. Niterói, 23 de março de 2015.

NOVA FRIBURGO. **Defesa Civil**. <http://www.defesacivil.sg.nom.br/>

_____. FREZ, Anderson. **Mais 300 apartamentos são entregues no Condomínio Terra Nova em Nova Friburgo em presença da presidente Dilma e do governador Pezão**. Publicado em 11 de novembro de 2015. Disponível em : <http://novafriburgo.rj.gov.br/2015/11/mais-300-apartamentos-sao-entregues-no-condominio-terra-nova-em-nova-friburgo-em-presenca-da-presidente-dilma-e-do-governador-pezao/>. Acesso em 12 de novembro de 2015.

_____. MARCUS, Daniel. **Japoneses se reúnem com Defesa Civil Municipal para fortalecer estratégia de gestão de riscos em Nova Friburgo**. <http://novafriburgo.rj.gov.br/2014/03/japoneses-se-reunem-com-defesa-civil-municipal-para-fortalecer-estrategia-de-gestao-de-riscos-em-nova-friburgo/>. Publicado em 20 de março de 2014. Acesso em 04 de setembro de 2015.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. Disponível em: <http://plamsabnf.wix.com/plamsabnf>. Acesso em 29/11/2015.

O GLOBO.COM. **Morro do Bumba abrigou até 1986 segundo lixão de Niterói**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/morro-do-bumba-abrigou-ate-1986-segundo-lixao-de-niteroi-3026928>. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2010. Atualizado em 01 de novembro de 2011.

PORTAL R7 DENOTÍCIAS. Balanço Geral. **Moradores de Itaboraí protestam contra descaso em alagamento (RJ)**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/moradores-de-itaborai-protestam-contradescaso-em-alagamento-rj-17102015>. Rio de Janeiro, 25 de junho de 2014.

_____. Tragédia no Rio. **Veja a cobertura completa das chuvas no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/confira-a-cobertura-completa-das-chuvas-no-rio-20110113.html>. Do R7, 13 de janeiro de 2011. Atualizado em 22 de setembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU. <http://www.cachoeirasde-macacu.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU. <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM. <http://guapimirim.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. <http://www.itaborai.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. <http://www.mage.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. <http://www.marica.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. <http://www.niteroi.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. <http://www.pmnf.rj.gov.br/>

_____, Prefeitura de Nova Friburgo apresenta Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico ao BID em Washington. 28 Outubro de 2015. <http://www.planodiretornf2014.org/#!/Prefeitura-de-Nova-Friburgo-apresenta-Plano-de-Desenvolvimento-Urbano-Estrategico-ao-BID-em-Washington/c17jj/5649ee7a0cf2708e001d1b4a> Acesso em 30/10/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO. <http://www.riobonito.rj.gov.br/prefeitura/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/>,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA. <http://www.saquarema.rj.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM. <http://www.silvajardim.rj.gov.br/site/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ. <http://tangua.rj.gov.br/home/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Disponível em : <http://www.teresopolis.rj.web.br.com/>. Acesso em 22/10/2015.

SABOYA, Renato. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina.

SEA/INEA. **Metodologia do Envio de Alertas**. Documento cedido pelo INEA.

SORENSEN, Daphne de Souza Lima e DUTRA, Roberta Oliveira. **Formação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs)**. 1ª edição, CARE Brasil 2012. Disponível em: http://www.care.org.br/wp-content/uploads/2010/08/MANUAL_FormacaoNUDECs_CAREBrasil_FINAL.pdf. Acesso em 08 de setembro de 2015.

SILVA, André Luiz. **Enchente no Rio Guapiaçu**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5U_ISheLXb4. Publicado em 16 de abril de 2012.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

TERRA.COM.BR. **Rio: deslizamento de terra mata criança e fere 9**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI3353129-EI8139,00-Rio+deslizamento+de+terra+mata+crianca+e+fer.html>. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2008.

_____. **Você repórter: chuva causa nove mortes em São Gonçalo, no RJ**. São Gonçalo, 06 de abril de 2010. Atualizado em 15 de abril de 2010.

TIERNEY, K.J. Aspectos socioeconômicos de la mitigación del peligro in: LAVELL, A. **Al norte del rio grande Ciencias Sociales, Desastres: una perspectiva Norteamericana**. La RED, Res de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina, 1994, p. 77-90.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. <http://www.ceped.ufsc.br/>. Acesso em 23 de novembro de 2015.

UNIDSR. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres. nacoesunidas.org/agencia/unisdr/

VALENCIO, N. F.L. S. Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre in: VALENCIO, N. F.L. S.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (org). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. VOLUME I. São Carlos: RiMA editora, 2009.

VALENCIO, N. F.L. S. et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMA editora, 2010.

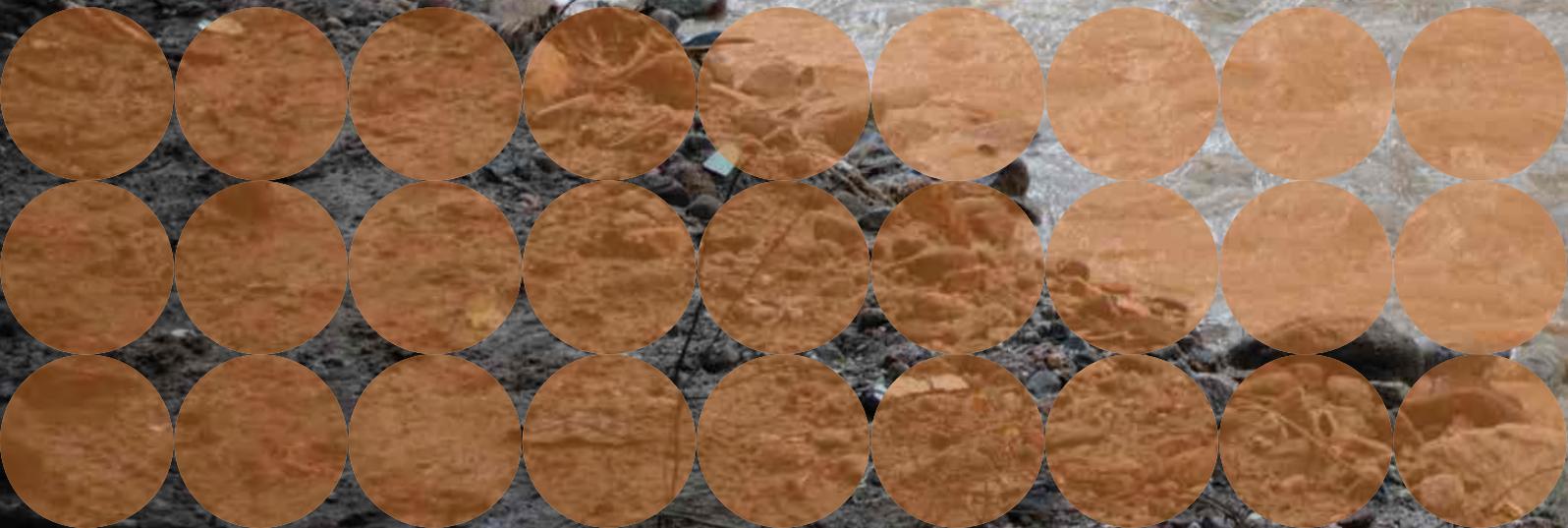
_____, **Desastres: tecnicismo e sofrimento social**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, set. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903631&lng=pt&nrm=iso. acessos em 16 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>.

VIGIDESASTRE. Disponível em: <http://www.vigilanciaemsaude.ba.gov.br/>

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. In: CEPAM. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247

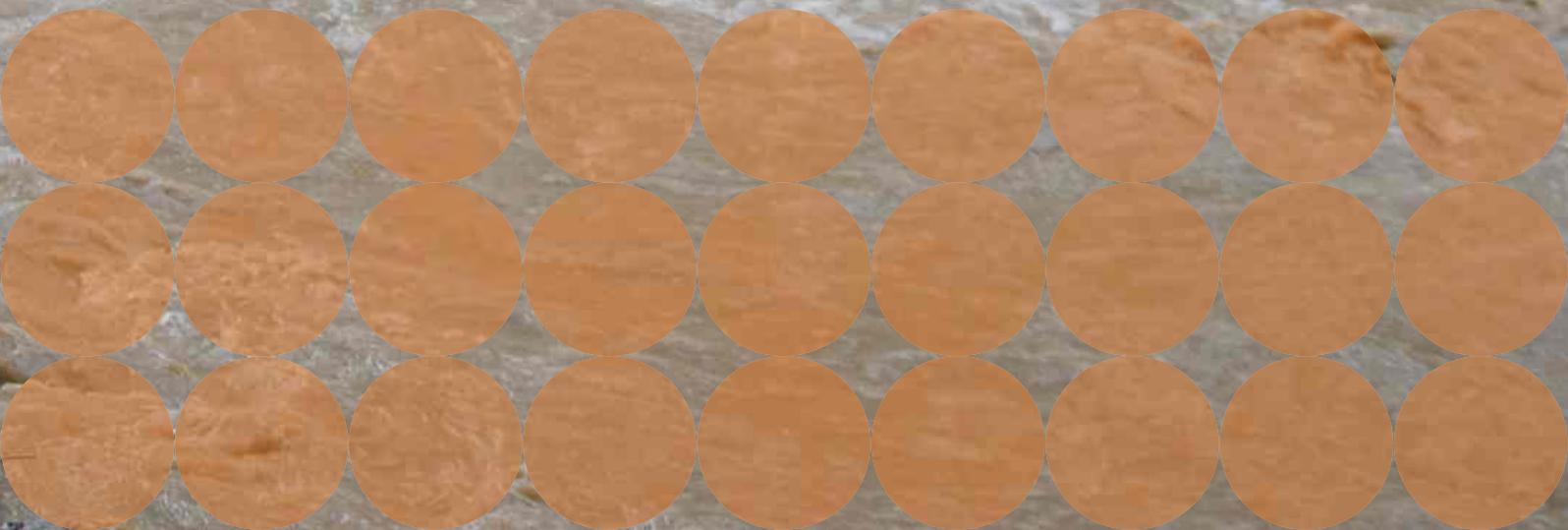
XAVIER, Diego Ricardo et al. **Organização, disponibilização e possibilidades de análise de dados sobre desastres de origem climática e seus impactos sobre a saúde no Brasil**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3657-3668, set. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903657&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014199.00992014>.

Webliografia.



A photograph showing a riverbed filled with large and small rocks, along with debris such as logs and branches. In the background, a white building with a pointed roof, likely a church, is visible through a line of trees. The scene suggests a natural disaster or flood damage.

Anexos



ANEXO I

Metodologia da Pesquisa

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: CIDADANIA EM RISCO?

1 - OBJETIVOS E DADOS

O objetivo principal da pesquisa específica **Desastres socioambientais: Cidadania em risco?** é dar visibilidade às condições de vulnerabilidade com a qual cidadãs e cidadãos da Área de Atuação do Incid (AAI) são obrigados a conviver e, principalmente, às violações de direitos e estratégias de enfrentamento relacionados aos planejamentos e enfrentamentos de desastres ambientais.

O primeiro passo dado em direção à produção da foi a realização de entrevistas com informantes qualificados de Niterói, de Nova Friburgo e de Teresópolis, os três municípios que inicialmente seriam foco mais específico da pesquisa. Por isso, as primeiras entrevistas se distanciam tanto do tempo da realização das demais (São Gonçalo e Magé).

Essas primeiras entrevistas tiveram como objetivo identificar os principais problemas e os nortes que a pesquisa deveria seguir em relação aos levantamentos de dados junto ao poder público.

Foram nesses levantamentos e em diálogos com representantes de organizações de cidadania ativa de São Gonçalo, do bairro Jardim Catariana, e de Magé, com grupos que lutam pelo saneamento básico, que foi identificada também uma grande sensibilidade para a questão dos desastres socioambientais desses municípios que passaram então a aderir na pesquisa um foco mais atencioso como Niterói, de Nova Friburgo e de Teresópolis. Com relação aos levantamentos, ao identificarmos que dos 14 municípios da AAI apenas nesses cinco haviam equipamentos que permitiam emissão de avisos hidrometeorológicos, confirmamos de fato a sensibilidade desses municípios e a necessidade de trata-lo se forma específica.

As entrevistas serviram também de referência para ilustrar e qualificar alguns apontamentos com falas sendo expostas no decorrer do conteúdo, assim como algumas dos diálogos presentes nos grupos de discussão/focal.

Quadro 1- As entrevistas com informantes qualificados da cidadania ativa

Data / Município	Local	Entrevistados (as)	Observação
04/10/2014 Niterói	Creche comunitária de Viçoso Jardim, Niterói	Sr. Ângelo Eder Amora Collares, 54 anos professor, pastor, psicólogo e diretor da Creche	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora) e Glauco Oliveira (articulador)
22/10/2014 Teresópolis	Associação de Moradores e Amigos do Vale da Revolta, Teresópolis	Sr. Judas Tadeu Florêncio da Cruz, 56 anos, ex-funcionário da Sudantex	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora), Manuela Amaral (supervisora de campo) e Zilair Barbosa (articuladora)
22/10/2014 Teresópolis	Bairro Campo Grande	Sr. Manoel Antônio de Oliveira da Silva, 57 anos, pedreiro e membro da Associação de Vítimas da Tragédia de 2011 (AVIT)	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora), Manuela Amaral (supervisora de campo) e Zilair Barbosa (articuladora)
24/10/2014 Nova Friburgo	Casa do entrevistado no bairro de Córrego D'antas, Nova Friburgo	Sr. Sandro Schottz, 43 anos, sargento do Corpo de Bombeiros, presidente da Associação de Moradores de Córrego D'antas	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora), Manuela Amaral (supervisora de campo) e Zilair Barbosa (articuladora). Estava presente também o Sr. Paulo Eduardo de Sá Alvarenga (GAM) que acompanhou a equipe até o local da entrevista. Neste mesmo dia foi feito contato com a Sra. Natália da Associação de moradores de Duas Pedras que foi convidada a participar do Grupo Focal com a cidadania ativa em 2015
30/11/2015 São Gonçalo	CCJC (Centro Comunitário de Jardim Catarina) São Gonçalo	Sra. Rosilene Rodrigues, 53 anos, orientadora social e professora.	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora), Laila Barros (articuladora)
01/12/2015 Magé	Magé (por telefone com gravação de áudio)	Sra. Aga Lopes Pinheiro, 48 anos, do lar e realiza trabalhos comunitários.	Equipe Incid presente: Renata Feno (pesquisadora). A entrevista se deu por telefone com gravação de áudio. No dia anterior, a entrevistada não compareceu ao local combinado em Magé para a entrevista.
Total: 06 entrevistados 04 homens 02 mulheres			

Também, em visitas à órgãos públicos tivemos entrevistas com o Secretário de Proteção e Defesa Civil de Mova Friburgo, Coronel Mori e o diretor da Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Romano, Ricardo Marcelo e o Wilson Duarte de Araújo, ambos do Centro de Informação e Emergências Ambientais (CIEM/INEA).

Estivemos presente em outros órgãos, porém apenas com objetivo de buscar dados e informações rápidas, como o Departamento de Recursos Minerais (DRM), a Secretaria de Defesa Civil de Teresópolis, por exemplo. Embora nesta última tivéssemos tentado várias vezes agendar uma conversa mais extensa com o Secretário.

Esta pesquisa teve como fontes secundárias alguns livros e artigos científicos, notícias de jornais, vasto conteúdo de internet com consultas a sites oficiais e levantamento de dados via solicitação ou busca em bases de dados. As fontes dos dados utilizados na produção dos indicadores são da Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro / EsDEC; da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/2013), do Departamento de Recursos Minerais/DRM e do Instituto Estadual do Ambiente/INEA); além dos sites oficiais das prefeituras dos 14 municípios e das Secretarias ou outro órgão Municipal de Defesa Civil. Utilizamos também, uma fonte primária que se deu pela realização dos Grupos de Discussão ou Grupos Focais ocorridos em Magé, Nova Friburgo, Niterói, São Gonçalo e Teresópolis. A pesquisa específica possui, então, dados quantitativos e dados qualitativos.

2 - OS GRUPOS DE DISCUSSÃO

Os grupos de discussão ou grupos focais são instrumentos privilegiados de pesquisa qualitativa. Eles permitem o entendimento de como são expostos os argumentos e quais destes argumentos são de fato os que definem uma ideia partilhada por todos. Estimulados por perguntas norteadoras ou dinâmicas previamente estabelecidas, porém não indutivas, os diálogos ou discussões que se seguem, com base na construção dos argumentos e convencimentos, revelam os valores e princípios que representam os grupos.

Entre outubro/2015 e novembro/2015 foram realizados um total de 10 Grupos de Discussão, sendo destes, dois em cada um desses municípios. Um foi composto pela Cidadania Ativa que milita pelos direitos em caso de desastres socioambientais e outro grupo com munícipes não diretamente afetados dos municípios.

2.1- Objetivo Geral

Qualificar o estado da cidadania da AAI através de pessoas que convivem sob ameaças de desastres socioambientais. Identificar as percepções e sentimentos relacionados à segurança, risco, ameaças e vulnerabilidades, estratégias de prevenção e enfrentamento para a cidadania atuante nas lutas relacionadas a esses desastres (G1- grupo que experimentou/experimenta o problema das ameaças e riscos/ afetados. Grupos da cidadania ativa na luta pelo direito à segurança humana em casos de desastres) e a percepção de como isso toca ou não a sensibilidade de pessoas que residem nos municípios mas que diretamente não foram/são ameaçadas (G2- grupo de munícipes não afetados).

2.2- Objetivos Específicos

- I- Identificar os problemas que afetavam e que afetam ainda a população fazendo um comparativo das realidades de antes e depois do desastre;
- II- Identificar quais as instituições e quais as estratégias identificadas pela população e pela cidadania ativa para tratar de cada problema descrito;
- III- Estabelecer um comparativo de fragilidades e capilaridades nas soluções dos problemas;
- IV- avaliar as possíveis alterações no cotidiano das mulheres em relação ao acúmulo e sobrecarga de atividades e responsabilidades em consequência dos desastres;
- V- avaliar a percepção da cidadania, dela própria, em relação à segurança humana em contexto de desastres.
- VI- a partir desses levantamentos, estabelecer uma leitura de cada um dos municípios sobre a percepção de afetados e não afetados de acordo com as quatro dimensões da Cidadania Efetiva (Cidadania Viva, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania Ativa)
- VII- levantar aspectos referentes ao Direito à Saúde que podem ser tomados como elementos determinantes a serem investigados e, portanto, futuramente norteadores de indicadores novos.

2.3 - G1: Cidadania Ativa

O desenvolvimento do Grupo G1 foi marcado por três dinâmicas obrigatórias e duas facultativas. As dinâmicas obrigatórias propostas foram: 1) Percepção das áreas de risco visando verificar se antecipadamente o grupo identifica/relaciona o local/município em que residem com os riscos/vulnerabilidades, 2) Resgatar os desastres de referência do município (situações, ocorrência, impactos, etc.) e 3) as responsabilidades e a atuação do Estado, serviços públicos e estratégias da cidadania ativa (enfrentamento). Já as dinâmicas facultativas foram: 4) Rotina e Cotidiano e 5) sobre a Saúde.

2.4 - G2: Munícipes (não afetados)

O desenvolvimento do Grupo G2 foi marcado pelas seguintes dinâmicas 1) Um olhar para o município, afim de verificar se antecipadamente o grupo identifica/relaciona o local/município em que residem com os riscos/vulnerabilidades, 2) Vulnerabilidade/ Perigo / Desastres (identificando nos problemas e prioridades se há algum relacionado aos desastres), 3) Da água aos desastres com objetivo de avaliar a sensibilidade do grupo para eventos hidrológicos ambientais extremos da assimilação da ÁGUA aos DESASTRES, 4) Resgatar os desastres de referência do município(situações, ocorrência, impactos, etc.), 5) Saúde visando verificar se houve mudança na percepção dos tipos de doença nos últimos 10 anos no município e 6) O que fazer com isso? / Avaliação / Revisão para verificar se há desejo de mudar algum dos resultados das dinâmicas.

Quadro 2- Resumo do Desenvolvimento dos Grupos Focais (passo a passo)

G1: Cidadania Ativa	G2: Munícipes (grupo de controle)
1) Um olhar para o município	1) Um olhar para o município
2) Da água aos desastres ÁGUA CHUVA LAMA DESASTRES	2) Vulnerabilidade/ Perigo / Desastres problemas e prioridades
3) Resgate histórico dos desastres no município	3) Da água aos desastres ÁGUA CHUVA LAMA DESASTRES
4) Rotina e Cotidiano Gênero Saúde	4) Resgate histórico dos desastres no município
5) Indicadores	5) Saúde
6) Estado, serviços públicos e Estratégias da cidadania ativa (enfrentamento)	6) Indicadores
	7) O que fazer com isso? Avaliação / Revisão (desejo de mudar algo das dinâmicas?)

2.5- Equipe / função

Quadro 3 - Equipe e Função

Equipe	Função
Facilitadoras	Conduzir o diálogo com base nos roteiros propostos e vistas aos objetivos a serem alcançados.
Relator(a)	Observar expressões, intonações e sequencias nos diálogos e argumentos desenvolvidos pelo grupo, relatando com riqueza de detalhes, portanto, os argumentos que conduziram os diálogos e que deram a tônica dos resultados e do consenso.
Apoio	Providenciar para que a estrutura atenda as necessidades do bem estar do desenvolvimento do grupo (cuidar do tempo de cada dinâmica, cuidar para que barulhos externos não prejudique o entendimento do grupo ou atrapalhe as gravações, garantir a não interrupção do grupo por fatores externos como presença de curiosos ou convidados retardatalhos, garantir que a gravação esteja fluindo e seja salva, cuidar dos lanches, sanitários, fotografar, etc.)

2.6- A realização dos Grupos

Quadro 4- Datas, Locais e Equipe

Município	Teresópolis	São Gonçalo	Magé	Niterói	Nova Friburgo
Datas	G1- 28/10/2015 (4ª feira-17h)	29/10/2015 (5ª feira - 9h)	30/10/2015 (Sábado- 10h)	10/11/2015 (6ª feira- 9h)	G1-10/11/2015 (3ª feira- 19h) G2- 13/01/2016 (3ª feira- 18:30h)
Endereço	ACIAT- Av. José Joaquim de Araújo Regadas, 142- Centro.	Primeira Igreja Batista - Centro	UNIGRANRIO Rua: Coronel João Valério, nº 654, Centro	Prédio dos Conselhos - Amaral Peixoto, 116 – 4º andar- Centro	Casa Eliza Vidal – Rua Monsenhor Miranda, 30 – Centro
Equipe	Relatoria: Gero e Daiane Apoio: Aloha e Zilair Facilitação: Adriana e Manuela	Relatoria: Théo e Gero Apoio: Lalia e Bruna Facilitação: Adriana e Manuela	Relatoria: Théo e Lália Apoio: Luciano e Bruna Facilitação: Adriana e Manuela	Relatoria: Aloha e Théo Apoio: Bruna e Luciano Facilitação: Adriana e Renata	Relatoria: Láila e Suellen Apoio: Manuela e Gero Facilitação: Adriana

Os grupos aconteceram entre 28/10/2015 e 13/01/2016 tendo sido privilegiada a semana de 27/10 à 30/10, sendo as datas posteriores para reconfigurar as impossibilidades ocorridas nesta semana.

O Grupo G2 de Nova Friburgo foi remarcado três vezes, tendo a equipe Incidido até o local, porém sem quórum as reuniões não se realizaram.

Quadro 5- Quantitativos dos grupos por sexo

Teresópolis				São Gonçalo				Magé				Nova Friburgo				Niterói			
G1		G2		G1		G2		G1		G2		G1		G2		G1		G2	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
4	7	4	3	7	1	2	3	2	4	3	9	5	4	2	3	3	6	3	3
11		7		8		5		6		12		9		5		9		6	
Total de Homens:35										Total de Mulheres: 43									
Total: 78																			

Quadro 6- Idade Média de cada Grupo

Teresópolis		São Gonçalo		Magé		Nova Friburgo		Niterói	
G1	G2	G1	G2	G1	G2	G1	G2	G1	G2
47	38	53	34	58	51	47	41	35	27

ANEXO II

Definição e características dos eventos ambientais da AAI

Natureza	Evento/desastre	Descrição
GEOLOGICO	Deslizamentos de solo e ou rocha	São movimentos rápidos de solo e ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais deste movimento são a presença de fissuras.
	Corridas de massa (Solo/Lama)	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.
	Quedas, tombamentos e rolamentos (Blocos)	É um tipo de Movimentos de massa, as quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimento de massa em que ocorre a rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorre geralmente pela perda de apoio (descalçamento).
	Quedas, tombamentos e rolamentos (Matacões)	Movimentos de massa, os rolamentos de matacões são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.
	Erosão de margem fluvial	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.
	Erosão continental (Laminar)	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.
METEORO-LÓGICO	Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos causando múltiplos desastres (ex. inundações, movimentos de massa, enxurradas etc.).
	Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.
HIDROLÓGICO	Inundações	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.
	Alagamentos	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.
	Enxurradas	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.
CLIMATO-LÓGICO	Incêndio Florestal	Incêndios em Parques, Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente Nacionais, Estaduais ou Municipais; Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.
	Seca/ Estiagem	Período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.
BIOLÓGICO	Epidemias/ Doenças infecciosas virais	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.

ANEXO III

Fichas Técnicas dos Indicadores

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança Humana: Situação da Importância e Recorrência de Desastres Socioambientais
Definição / Conceitos	Busca quantificar as ameaças naturais mencionadas pelos municípios do estado do Rio de Janeiro que fazem parte da área de estudo considerando a recorrência dessas ameaças e seu grau de importância.
Fonte de Pesquisa	Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro
Ano de Referência	2014
Tipo de Medida	Absoluta
Variáveis	Ordem de importância das ameaças naturais, tipos de ameaças naturais
Observações	Atribui pesos de 1 a 5 para as ameaças de acordo com a importância dela em cada município (peso 5 para a mais importante), contabiliza as ameaças de acordo com sua posição em cada município e estabelece escala de 1 até 70 da seguinte forma: Pouco importante (até 10), Importante (11-20), Mais ou menos importante (21-30), Muito Importante (31- 40), e Extremamente importante (acima de 41)

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança Humana: Situação da População em Risco de Deslizamentos
Definição / Conceitos	Contabiliza o número absoluto e a taxa de pessoas em risco iminente a escorregamentos de acordo com o local de moradia
Fonte de Pesquisa	DRM - RJ
Ano de Referência	Cachoeiras de Macacu, Maricá, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo (2011); Niterói (2012); Tanguá, Silva Jardim, Saquarema, Nova Friburgo, Itaboraí e Guapimirim (2013)
Tipo de Medida	Gráfico A) Total absoluto da população da AAI em risco - Número de habitantes Gráfico B) Percentual em relação à população total segundo municípios - Percentual de habitantes
Variáveis	Gráfico A) - Quantidade de pessoas em risco iminente a deslizamentos segundo municípios Gráfico B) - Total da população em risco de deslizamentos / População total do município

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança Humana: Situação dos domicílios em Risco de Deslizamentos
Definição / Conceitos	Contabiliza o número de domicílios em risco iminente de deslizamento de acordo com os bairros e cidade
Fonte de Pesquisa	DRM - RJ
Ano de Referência	Cachoeiras de Macacu, Maricá, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo (2011); Niterói (2012); Tanguá, Silva Jardim, Saquarema, Nova Friburgo, Itaboraí e Guapimirim (2013)
Tipo de Medida	Número de domicílios
Variáveis	Quantidade de domicílios em risco iminente de deslizamento segundo municípios e os bairros dos municípios
Observações	Foram considerados domicílios todos os imóveis que não foram classificados como comerciais e/ou garagens, independente do estado de conservação

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança: Garantia Segurança Humana na prevenção de desastres socioambientais: A) Plano Diretor: garantia de medidas preventivas a desastres socioambientais B) Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB): garantia de medidas preventivas a desastres socioambientais
Definição / Conceitos	Busca confirmar ou não a existência de instrumentos de prevenção a desastres socioambientais presentes no Plano Diretor e no Plano Municipal de Saneamento Básico.
Fonte de Pesquisa	MUNIC
Ano de Referência	2013
Tipo de Medida	Existência
Variáveis	Existência de medidas de prevenção a desastres socioambientais A) Plano Diretor contemplando a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas e também a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas e B) Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando medidas para o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança Humana: Garantia de segurança humana para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais
Definição / Conceitos	Mapa com os municípios que possuem algum programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco e algum sistema de alerta antecipado
Fonte de Pesquisa	MUNIC
Ano de Referência	2013
Tipo de Medida	Existência
Variáveis	Existência ou não de programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco e sistema de alerta antecipado

Enunciado do Indicador	Direito à Segurança Humana: Garantia de alertas de cheias para respostas de emergência em caso de desastres socioambientais
Definição / Conceitos	Contabiliza a incidência de avisos hidrometeorológicos segundo o tipo de aviso
Fonte de Pesquisa	INEA
Ano de Referência	Série histórica: 2009 - 2014
Tipo de Medida	Valor absoluto do número de avisos hidrometeorológicos segundo tipo
Variáveis	Quantidade de avisos hidrometeorológicos segundo tipo; mês e ano do registro

ANEXO IV

Textos da Cidadania Ativa sobre a atuação em Nova Friburgo e Teresópolis

TEXTO DE NOVA FRIBURGO

Sobre a cidadania ativa Nova Friburgo no pós tragédia

A tragédia revelou não só o despreparo do poder público para lidar com tragédias de grandes proporções, mas também a desarticulação dos movimentos populares e comunitários.

Em Nova Friburgo, houve uma tentativa de mobilização dos afetados pela tragédia através do Fórum social e sindical, articulado por partidos de esquerda e sindicatos. Realizaram-se diversas manifestações públicas com carro de som, microfone aberto às pessoas, descrição das demandas dos bairros, passeata e protestos em frente à prefeitura, culminando com encontro de lideranças comunitárias com o prefeito. Contudo, este Fórum não teve continuidade, perdeu o apoio das pessoas das comunidades e sucumbiu à crises entre os articuladores internos.

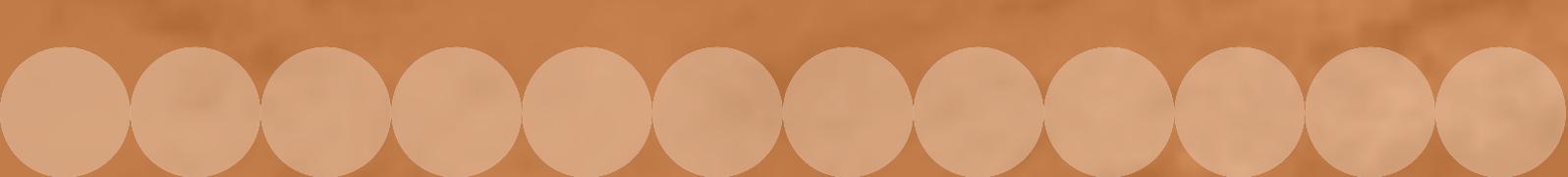
Em contrapartida, as necessidades pela qual passavam as comunidade afetadas pela tragédia, forçou as pessoas a se organizarem minimamente, como a Associação de Moradores do Loteamento Três Irmãos que, através de organização de suas lideranças e moradores, convenceram o Estado e Município a realizarem uma importante obra de contenção de encosta na localidade, que garantirá a segurança de muitos moradores.

Neste cenário de luta pela reconstrução, destacou-se a organização da Associação de Moradores do Bairro de Córrego d'Antas (AMBCD) que, com o surgimento de novas lideranças, conseguiram articular os moradores e passaram a desenvolver várias ações que chamaram a atenção da opinião pública e pressionaram os órgãos públicos para a realização de obras de reconstrução da infraestrutura do bairro e também obras voltadas a mitigação de áreas risco.

Logo após a tragédia AMBCD passou a realizar uma sequencia de assembleias e reuniões que mantiveram a união e ajudaram a reforçar o espírito comunitário dos moradores. Construíram uma mala direta eletrônica e criaram um site para a divulgação das necessidades e ações da Associação, realizaram mutirões de limpeza de ruas e casas do bairro, passaram a frequentar reuniões em diversos setores do poder público, como Defensoria Pública, Ministério Público, Secretarias do Poder executivo Municipal e Estadual e seções do Poder Legislativo, sempre com exposição claras das demandas, evitando o diálogo "belicista" e imprimindo uma postura proativa diante da busca de soluções.

Desse modo, a AMBCD alcançou diversas conquistas, como a aquisição de importantes obras de reconstrução do bairro, a retirada de uma incineradora de resíduos infectantes próximo às moradias, a construção de um Centro Sociocultural e o mais importante, o respeito e confiança da população assim como do poder público.

Mas a AMBCD teve também derrotas, as principais delas foram a perda de diversas famílias que foram transferidas para o assentamento Terra Nova, apartamentos construídos distantes do bairro para abrigar as vítimas da tragédia de toda a cidade. A creche e a escola municipais do bairro ainda estão em situação provisória, sendo que a creche encontra-se em situação extremamente precária desde a tragédia.



Neste contexto de organização, a AMBCD atraiu a parceria de instituição universitária que, após desenvolverem importantes trabalhos junto à comunidade, como a elaboração de propostas para a revisão do Plano Diretor Municipal e a elaboração de estudos que auxiliaram a liberação da construção do Centro Sociocultural, formaram a Rede de Gestão de Risco da Bacia do Córrego d'Antas, agora formada com aproximadamente 25 instituições do setor público, privado e comunitário, que visa articular ações voltadas a cultura da segurança e proteção civil.

Podemos citar, ainda, em decorrência de todo este despreparo e desmandos do Poder Público, a criação e surgimento de outros espaços que se tinham por finalidade estabelecer o diálogo e (re)conhecimento entre cidadãos e espaços que, de alguma forma, se mobilizavam na luta pela garantia de direitos.

Neste sentido, surge a Ong “Diálogo – Por novas relações sociais”, em janeiro de 2011, cuja principal finalidade era a orientar e auxiliar no acesso aos serviços básicos aos cidadãos friburguenses, divulgando os locais e formas de acesso aos direitos no pós tragédia, servindo primeiramente, naquele momento, como uma “central de informações”. Ainda desenvolveram/ implementaram uma metodologia para mobilização comunitária, onde procuraram estabelecer um diálogo mais próximo entre cidadania e poder público, articulando Associações de Bairros e ações de desenvolvimento pessoal e organizacional, procurando fazer com que, desta forma, as comunidades ficassem mais organizadas e fortalecidas para a incidência em políticas públicas, principalmente, para as de prevenção.

Ainda, importante ressaltar a criação do GAM (Grupo Articulação dos Movimentos), que surgiu em agosto de 2011, após mobilização feita através da rede social “Facebook”, tendo em vista o esvaziamento e desmobilização dos diversos movimentos e grupos surgidos após a tragédia de janeiro. A finalidade do GAM é ser um meio de articulação entre cidadãos, no combate às arbitrariedades do poder público, além de promover a maior integração entre os movimentos existentes em Nova Friburgo e outros Municípios.

Neste contexto, a construção da Rede de Cidadania Ativa de Nova Friburgo foi mais um fator onde as pessoas e instituições de militância puderam debater e visibilizar as violações ocorridas em relação à inércia do Poder Público na resposta às ações necessárias à reconstrução de estradas, escolas e casas, melhoria da infraestrutura do bairro Conselheiro Paulino (onde foi erguido o Assentamento Terra Nova, e não recebeu ampliação e/ou construção de novos aparelhos públicos que implementem políticas públicas de educação e saúde, por exemplo), inserção dos moradores atingidos pela tragédia em novos locais dignos (com segurança adequada e estrutura para atendimento da nova demanda surgida com novos moradores), dentre várias outras violações.

Assim, ao longo dos meses desde a pactuação da Rede, ocorrida em novembro de 2014, a Rede tem aprofundado a discussão sobre temas relevantes como a Educação e a Saúde, recebendo do projeto Incid instruções e capacitação para produzir e interpretar indicadores e construir mapas de cidadania. Uma capacitação em Comunicação Popular realizada em julho de 2015 também ajudou a fortalecer a divulgação das ações do grupo, assim como a realização de um grupo focal, para a esta própria pesquisa com os integrantes da Rede de Cidadania Ativa de Nova Friburgo.

TEXTO DE TERESÓPOLIS

A cidadania ativa de Teresópolis tem como um de seus principais marcos os processos de mobilização e lutas por direitos que se sucederam às graves enchentes e deslizamentos ocorridos em janeiro de 2011, que devastaram e atingiram fortemente vários bairros do Município, dentre eles Campo Grande, Caleme, Granja Florestal, Parque do Imbuí, Santa Rita, Posse, Vargem Grande, Lucios, Cruzeiro, Espanhol, Feos, dentre outros. A situação de calamidade afetou o funcionamento de toda a cidade, que se viu impelida a procurar e inventar recursos para salvar vidas, prestar assistência a desabrigados, minimizar os traumas emocionais sofridos pela população (em especial as crianças, muitas das quais órfãs) e pouco a pouco retomar sua rotina em todas as áreas - nas escolas, no trabalho, nas igrejas e daí por diante.

O engajamento forçoso e súbito de grande parte dos teresopolitanos durante este acontecimento descortinou na cidade uma vocação que já existia - mas que talvez estivesse num estado de adormecimento - que foi a intensa valorização da cidadania em todos os seus matizes.

Teresópolis redescobriu-se solidária, militante, vigilante, resiliente, coletivizada, pró-ativa. A lição provocada pela tragédia despertou no íntimo de cada morador o ímpeto da transformação social em sua vertente prática, não mais teórica. Deixou-se de falar em transformação para se viver a transformação, e não por uma escolha fruto de estudos, debates políticos e campanhas educativas, mas pela primária necessidade de sobrevivência num território espartilhado. De um dia para o outro, a cidade emergiu de si mesma empunhando a bandeira da solidariedade, tornando-se um exemplo de garra para todo o Estado do Rio de Janeiro - e para o Brasil como um todo.

Neste contexto, surgiu a AVIT (Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de Janeiro de Teresópolis), criada em março de 2011, que tem por finalidade reunir cidadãos teresopolitanos (vítimas e colaboradores), no intuito de buscar ações que auxiliem as comunidades atingidas, organizando-as e mobilizando todos os agentes envolvidos, para a resolução e visibilização dos problemas causados, mesmo após 5 anos de decorrência da tragédia, que não tiveram solução, como a garantia de mais de 600 aluguéis sociais via ação jurídica, a mobilização e interferência em políticas públicas por habitação via audiências públicas, Ministério Público, assembleias, atos públicos etc. Com isso, podemos também perceber o fortalecimento de algumas Associações de Moradores, que não somente as atingidas em 2011 (eis que o Município já tem longo histórico de outras comunidades atingidas pelas chuvas de verão), a partir da criação da AVIT, dentre elas, podemos citar a Associação de Moradores do Vale da Revolta, Rosário, Pimentel, etc.

Importante citar que em outubro de 2014, haja vista a inércia do Poder Público em relação à construção de habitações populares para combater o déficit já existente anteriormente em Teresópolis, e ainda agravado pelo ocorrido em 12 de janeiro de 2011, a Associação supracitada conseguiu a habilitação ao Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, feita pelo Ministério das Cidades, sendo uma das únicas instituições cadastradas no Estado do Rio de Janeiro, onde poderá gerir com verba federal, em conjunto com a população atingida, a construção de 200 unidades habitacionais em Teresópolis.

A construção da Rede de Cidadania Ativa de Teresópolis trouxe à cena militantes de longa data que uniram sua capacidade de articulação e diálogo para escrever mais um capítulo na tradição de lutas da cidade serrana. Ao longo dos meses desde sua pactuação, ocorrida em novembro de 2014, a Rede tem aprofundado a discussão sobre temas relevantes como a Educação e a Saúde, recebendo do projeto Incid instruções e capacitação para produzir e interpretar indicadores e construir mapas de cidadania. Uma capacitação em Comunicação Popular realizada em julho de 2015 também ajudou a fortalecer a divulgação das ações do grupo.

Em novembro de 2014, houve o “I Seminário Regional: Luta por moradia e convivência com o Meio Ambiente na Região Serrana”, no qual se abordou a desnaturalização dos desastres socioambientais, e, em setembro de 2015 o seminário "Direito à Moradia: Mobilização e Organização Popular na Serra Fluminense", que reuniu dezenas de moradores de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo atingidos pela tragédia de 2011. O encontro aconteceu na Igreja Católica da comunidade Granja Florestal e teve por objetivo orientar os atingidos na cobrança de seus direitos, como indenizações e moradia. O evento serviu ainda para o

planejamento de ações para o Seminário Internacional de Desnaturalização de Desastres Ambientais que ocorreu um mês depois na Fiocruz (Rio de Janeiro). Participaram instituições como o Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), Fiocruz, pastorais católicas e associações de moradores.

Neste encontro, foi redigida uma carta política dos afetados da região serrana, que apontou a necessidade de ampliar o debate sobre a luta por moradia digna, a realização de obras que garantam a segurança das moradias e das pessoas sem a necessidade

de remoção de suas comunidades, a construção popular de marcos legais de proteção comunitária e o combate à violência vivenciada pela atual política estadual de remoção das classes populares. Um trecho da carta resume o tom do documento: "Perdemos parentes, amigos e amigas, vizinhança, móveis, fotografias, objetos, grande parte de nossa vida material, mas não perdemos nossa memória e a nossa esperança. Os prejuízos sociais e pessoais provocados por essa tragédia produziram danos irreparáveis em nossas vidas, em nossa história, em nossas famílias e cotidiano. Sofremos impactos psicológicos, físicos e morais que jamais serão esquecidos". A carta prossegue, com firmeza, jogando luz no que se chamou de "uma tragédia político-social" após a tragédia das chuvas de 2011: "A Região Serrana foi e é assolada por um esquema assustador de corrupção de desvios das verbas para a reconstrução dos impactos das chuvas". Ela continua: "Foram enviados à Região Serrana centenas de milhões de reais, mas foram destinados a muitas obras superfaturadas, como os parques fluviais que se tem construído nas áreas devastadas pelas chuvas, enquanto não se entregou nenhuma moradia até hoje em Teresópolis às milhares de famílias ainda hoje desabrigadas e dependentes do aluguel social, frequentemente cortado e dificultado".

Teresópolis aparece em destaque no documento-denúncia quando se evidencia a inércia do Estado em entregar as unidades habitacionais do município. Segundo a carta, algumas unidades foram construídas, mas atualmente dependem, para serem entregues, da construção de um viaduto devido à alta periculosidade da estrada ao lado, e não se tem previsão de quando será construído. Outra denúncia grave é a de que o Estado suspendeu em 2013 as formas de auxílio às famílias atingidas em 2011, a compra assistida e a indenização, "possibilidades que seriam o caminho para muitas famílias, que veem inviável receber o apartamento, por exemplo, os moradores da zona rural".

Ao longo do segundo semestre de 2015, após a suspeita de enriquecimento ilícito do prefeito Arlei Rosa, a sociedade civil teresopolitana promoveu intensas manifestações contra a má gestão municipal, tendo como ponto alto a ocupação da prefeitura, em outubro, por centenas de manifestantes vestidos de preto, em luto pela falência financeira e administrativa da cidade. Arlei, que já havia sido afastado da prefeitura em agosto desse ano, depois novamente em setembro, sendo em seguida readmitido em ambas as ocasiões, desta vez foi cassado em caráter definitivo. A Comissão Processante da Câmara de Vereadores votou pela cassação no dia 8 de outubro, por unanimidade. Os vereadores concluíram a negligência e omissão do agora ex-prefeito na defesa de bens e rendas do município. Segundo o documento, o não pagamento dos valores do Tereprev teve como consequência a impossibilidade do município obter o Certificado de Regularidade Previdenciária, o que "inviabiliza a obtenção de recursos adicionais junto ao Governo Federal ou a participação em qualquer programa de financiamento".



Francisco Valdean - Imagens do Povo





PUBLICADO SOB LICENÇA CREATIVE COMMONS
ALGUNS DIREITOS RESERVADOS

PARCERIA:



REALIZAÇÃO:

